

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**
Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação

JANICE APARECIDA DE SOUZA

**ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS
COM SUCESSO ACADÊMICO**

**Belo Horizonte
2013**

JANICE APARECIDA DE SOUZA

**ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS
COM SUCESSO ACADÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr^a. Adla Betsaida Martins Teixeira

**Belo Horizonte
2013**

S729e
T

Souza, Janice Aparecida de, 1965-
Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico / Janice
Aparecida de Souza. - Belo Horizonte, 2013.
113, enc, il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de
Educação.

Orientadora : Adla Betsaida Martins Teixeira.

Bibliografia : f. 96- 105.

Anexos : f. 106-113.

1. Educação -- Teses. 2. Direitos humanos -- Teses. 3. Direitos dos homossexuais --
Teses. 4. Homossexuais -- Direitos civis -- Teses. 5. Homossexuais -- Educação -- Teses. 6.
Homossexuais -- Direito a educação -- Teses. 7. Homofobia -- Teses. 8. Educação --
Relações de gênero -- Teses. 9. Bullying -- Teses. 10. Rendimento escolar -- Teses. 11.
Políticas públicas -- Teses.

I. Título. II. Teixeira, Adla Betsaida Martins. III. Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG

JANICE APARECIDA DE SOUZA

**ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS
COM SUCESSO ACADÊMICO**

Dissertação intitulada “Estratégias de Escolarização de Homossexuais com Sucesso Acadêmico”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação, por Janice Aparecida de Souza, à banca examinadora composta pelos/as seguintes professores/as:

Prof^a. Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira (FAE/UFMG)
Orientadora

Prof^a. Dra. Regina de Paula Medeiros (PUC/MINAS)
Membro Externo ao Programa

Prof^a. Dra. Carmen Eiterer (FAE/UFMG)
Membro Interno ao Programa

Prof^a. Dra. Sandra Maria da Mata Azevedo (FAFICH/UFMG)
Suplente Externo ao Programa

Prof^o. Dr. Geraldo Leão (FAE/UFMG)
Suplente Interno ao Programa

Prof^a. Dra. Daisy Moreira Cunha (FAE/UFMG)
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e
Inclusão Social

Aprovada em: 28 de maio de 2013

Eros e Psique

Fernando Pessoa

Conta a lenda que dormia
Uma Princesa encantada
A quem só despertaria
Um Infante, que viria
De além do muro da estrada.

Ele tinha que, tentado,
Vencer o mal e o bem,
Antes que, já libertado,
Deixasse o caminho errado
Por o que à Princesa vem.

A Princesa Adormecida,
Se espera, dormindo espera.
Sonha em morte a sua vida,
E orna-lhe a fronte esquecida,
Verde, uma grinalda de hera.

Longe o Infante, esforçado,
Sem saber que intuito tem,
Rompe o caminho fadado.
Ele dela é ignorado.
Ela para ele é ninguém.

Mas cada um cumpre o Destino—
Ela dormindo encantada,
Ele buscando-a sem tino
Pelo processo divino
Que faz existir a estrada.

E, se bem que seja obscuro
Tudo pela estrada fora,
E falso, ele vem seguro,
E, vencendo estrada e muro,
Chega onde em sono ela mora.

E, inda tonto do que houvera,
À cabeça, em maresia,
Ergue a mão, e encontra hera,
E vê que ele mesmo era
A Princesa que dormia.

AGRADECIMENTOS

Às amáveis e generosas pessoas que encontrei ao longo da tessitura desta pesquisa e que se dispuseram a contribuir.

Aos membros da Confraria que responderam aos questionários da primeira etapa, colaboração imprescindível para apurar e aprofundar o meu olhar.

Às alunas e aos alunos do curso de Medicina e Direito por terem compartilhado, de forma tão generosa, a sua intimidade. Seus tocantes depoimentos reafirmam a necessidade e a urgência de se preparar as escolas públicas para acolher e lidar com as diferentes orientações sexuais.

À Maria Adélia, companheira na jornada, pelo apoio incansável.

À Faculdade de Educação da UFMG e ao Governo de Minas pela possibilidade de realização desta pesquisa.

À minha orientadora, Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira, que me acolheu, orientou meus estudos, compartilhou sua experiência e saber.

Às minhas amadas amigas e amados amigos, verdadeiros presentes de Deus a iluminar a minha vida.

Dedico esta pesquisa a todos/as os/as estudantes gays, lésbicas, transgêneros e demais vítimas da exclusão escolar.

RESUMO

A pesquisa investiga o impacto da orientação sexual sobre o desempenho e a permanência de estudantes gays e lésbicas nos espaços escolares. Identifica as estratégias adotadas por eles/elas para o ingresso e a permanência nos prestigiados cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A metodologia adotada, qualitativa, foi composta por duas fontes de coleta de dados: a primeira etapa, aplicação de cem questionários exploratórios em uma Confraria de homossexuais. A segunda, entrevistas semiestruturadas com duas lésbicas e dois gays estudantes da UFMG. Conclui-se que os/as entrevistados/as foram academicamente bem sucedidos devido à omissão da orientação sexual, às condições social e financeira privilegiadas e à postura das escolas particulares por eles/elas frequentadas.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Estudantes homossexuais – gays e lésbicas. Gênero. *Bullying*. Desempenho escolar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The research investigates the impact of sexual orientation on performance and permanence of lesbian and gay students in school spaces. It identifies the strategies adopted by students to enter and remain in the prestigious courses of Law and Medicine of the Federal University of Minas Gerais (UFMG). The methodology adopted, qualitative, comprised two sources of data collection: the first part, the application of one hundred exploratory questionnaires in a Confraternity of homosexuals. The second, semistructured interviews with two lesbians and two gay students of UFMG. We conclude that students were academically successful due to the omission of their sexual orientation, to privileged social and financial condition, and to the posture of the private schools they attended to.

Keywords: Human Rights. Homosexual students - lesbian and gay. Gender. Bullying. School performance. Public Policies.

LISTA DE SIGLAS PRESENTES NO TEXTO

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais

CID – Classificação Internacional de Doenças

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Disque 100 – Disque Direitos Humanos

GLS – Gays, lésbicas e simpatizantes

GLBT – Gays e lésbicas, bissexuais e transgêneros

GGB – Grupo Gay da Bahia

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros

LGBTTT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OMS – Organização Mundial da Saúde

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONG – Organização Não Governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PNLGBT – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de
lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e
Inclusão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vítimas, segundo escolaridade ¹ , 2011.....	22
Gráfico 2 – Vítimas, segundo faixa etária, 2011.....	23
Gráfico 3 – Vítimas, segundo faixa etária, 2012.....	23
Gráfico 4 – Vítimas, segundo orientação sexual, 2011.....	35
Gráfico 5 – Vítimas, segundo orientação sexual, 2012.....	35
Gráfico 6 – Violações denunciadas, segundo via de denúncia ao poder público federal, 2011.....	53

¹ O Relatório de 2012 sobre a Violência Homofóbica no Brasil não apresentou a mesma variedade de gráficos do Relatório de 2011.

LISTA DE TABELAS COM OS DADOS COLETADOS

Tabela 1 – Características gerais da Confraria	111
Tabela 2 – Orientação sexual	111
Tabela 3 – Afirmação pública da homossexualidade	111
Tabela 4 – Vivência homossexual e espaço escolar	111
Tabela 5 – Sexo biológico	111
Tabela 6 – Faixa etária	112
Tabela 7 – Raça	112
Tabela 8 – Escolaridade	112
Tabela 9 – Formação escolar: pública ou privada	112
Tabela 10 – Áreas de atuação profissional	112
Tabela 11 – Aspiração por escolaridade	113
Tabela 12 – Orientação sexual e escolha profissional	113
Tabela 13 – Perfil religioso	113
Tabela 14 – Características gerais dos estudantes	113

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 A homossexualidade e o objeto da pesquisa	19
1.2 Alguns conceitos envolvidos na pesquisa.....	24
2. NA ESFERA DOS DIREITOS HUMANOS.....	27
2.1 Direitos humanos, democracia, educação e políticas públicas	27
2.2 Conferências	42
2.3 Gênero, diversidade sexual, heteronormatividade, homofobia e cidadania LGBT	46
2.4 A homofobia em números.....	49
3. PERCURSO METODOLÓGICO	54
3.1 Confraria: questionários exploratórios.....	59
3.2 Estudantes da UFMG: entrevistas semiestruturadas	59
4. CONTATO COM O CAMPO DE PESQUISA.....	63
4.1 Explorando o universo homossexual a partir de uma Confraria.....	64
4.2 Entendimento das trajetórias escolares a partir de estudantes da UFMG.....	70
4.2.1 Estudantes homossexuais e suas estratégias.....	70
4.2.2 Reflexões a partir das entrevistas com estudantes da UFMG	83
5. CONCLUSÕES.....	93
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
7. ANEXOS.....	106
7.1 Relação candidato/vaga vestibular UFMG 2011	106
7.2 Questionário.....	108
7.3 Termo de consentimento livre e esclarecido	109
7.4 Mapa de análise das entrevistas	110
7.5 Tabelas	111

1. INTRODUÇÃO

O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de Sousa Santos

O objetivo deste estudo, cujo campo de análise é a educação, é identificar estratégias e características comuns no processo de escolarização de lésbicas e gays que vêm obtendo sucesso escolar. Toma-se, nesta pesquisa, o sucesso escolar como sendo o ingresso, por meio de vestibular, em dois concorridos e tradicionais cursos presenciais de bacharelado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)².

O interesse em pesquisar as estratégias adotadas por estudantes lésbicas e gays bem sucedidas/os relaciona-se com o desejo de entender suas trajetórias tendo em vista as atuais e recorrentes práticas de *bullying*³. Relaciona-se ainda com a relevância e a necessidade de discussão dos direitos humanos da população LGBT, a qual deveria ser tratada sem distinção de qualquer natureza, conforme garante a Constituição. Sou graduada em história com experiência na docência do ensino médio e superior, Superintendente de Políticas de Promoção de Direitos Humanos e Cidadania e Coordenadora da Casa de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais. Tais experiências contribuíram decisivamente para a escolha da temática abordada.

Nas discussões em sala de aula pude perceber o impacto do preconceito e da discriminação que pesam contra os não heterossexuais e a importância de se ouvir os sujeitos, conhecer suas experiências individuais e entender as estratégias mobilizadas pelos que conseguiram lograr êxito na trajetória escolar.

² Os três primeiros cursos mais concorridos do Vestibular 2013 foram os mesmos de 2012: Medicina, Engenharia Química e Comunicação Social – Publicidade (UFMG). Diante das inúmeras dificuldades para conseguir estudantes para contribuir com esta pesquisa, o curso de Engenharia Química deu lugar ao de Direito. O quadro vestibular/vaga pode ser consultado no Anexo 7.1.

³ O *bullying* pode se manifestar, dentre outras formas, como insultos, intimidações, apelidos pejorativos, humilhações, amedrontamentos, isolamentos, assédio moral e violência física.

Cumpra concordar com Page e Liston (2002) quando afirmam que embora a escola não seja a única instituição a poder abordar a homofobia diretamente, ela é aquela na qual nós, professores educadores, temos alguma influência⁴.

Em que pese o combate à homofobia⁵ ser importante premissa da promoção dos direitos humanos e a despeito dos passos que vêm sendo dados neste sentido, ainda é comum nos depararmos com desprezo, indiferença e desrespeito às diferenças humanas⁶. Além de abusos explícitos, como atentados físicos, incluem manifestações silenciosas, dissimuladas como piadas, assédios ou processos de exclusão nos espaços públicos e privados, que inibem a participação plena desses indivíduos nas oportunidades e espaços sociais.

Para Junqueira:

Embora produza efeitos sobre todo o alunado, é mais plausível supor que a homofobia incida mais fortemente nas trajetórias educacionais e formativas e nas possibilidades de inserção social de jovens que estejam vivenciando processos de construção identitária sexual e de gênero que os situam à margem da 'normalidade' (JUNQUEIRA, 2009, p. 24).

Para Epstein (2000) há, na grande maioria das escolas de língua inglesa, um silêncio oficial sobre todos os tipos de sexualidade. Onde esta é permitida é na sua forma mais convencional. Embora todos os tipos de sexualidades permeiem as escolas, seus efeitos não são reconhecidos, porque a própria existência das diversas sexualidades é negada⁷. No Brasil a situação não é diferente.

⁴ Texto original – *Although the school is not the only institution that can address homophobia directly, it is the one within which we, as teacher educators, have some influence.*

⁵ A literatura registra a utilização do termo *homofobia* no final da década de 60 do século passado. “As definições valem-se basicamente de duas dimensões, veiculadas de modo isolado ou combinado, conforme a respectiva compreensão. Enquanto umas salientam a dinâmica subjetiva desencadeadora da homofobia (medo, aversão e ódio, resultando em desprezo pelos homossexuais), outras sublinham as raízes sociais, culturais e políticas desta manifestação discriminatória, dada a institucionalização da heterossexualidade como norma, com o conseqüente vilipêndio de outras manifestações da sexualidade humana” (JUNQUEIRA, 2009, p. 60).

⁶ O caso da operária chamada de “sapatona”, “machorra” e “mal-amada” pelo gerente exemplifica o desrespeito às diferenças humanas. A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul manteve sentença que condenou uma distribuidora de ferros a pagar R\$ 30 mil, a título de danos morais à ex-operária. Estressada com os deboches, foi acometida de mal súbito no ambiente de trabalho. Após o atendimento médico, teve diagnosticado um quadro de estresse. A gota d’água aconteceu durante a reunião para tratar da conduta do gerente que a perseguia. Ele teria lhe perguntado na ocasião: “Tá, mas tu és ou não sapatona?”. Poucos dias depois, acometida de depressão, pediu demissão do emprego e “trancou” a faculdade, já que não sentia mais ânimo. (MARTINS, 2012)

⁷ Texto original – *There is an official silence about all kinds of sexuality in the vast majority of mainstream schools in Anglophone countries. And even where sexuality is permitted, the form of*

Segundo Teixeira, (2010), a questão hoje assume contornos mais complexos que no século passado. Até a década de 70, o desempenho escolar poderia ser explicado como consequência do pertencimento a determinada classe social. Atualmente, tal fenômeno tem sido compreendido a partir da interação entre múltiplos fatores como classe, raça, sexualidade, biografias pessoais, condições institucionais e, certamente, pela condição de gênero dos indivíduos.

Não podemos afirmar que as identidades sociais e sexuais dos alunos estejam, necessariamente, relacionadas à eficácia escolar, mas como afirmam Stool e Fink (1996), há uma conexão direta entre a forma como os alunos se sentem e o êxito na escola⁸. Neste sentido, os atos homofóbicos podem gerar mal-estar nos/nas estudantes homossexuais, com impacto negativo sobre suas trajetórias.

Espera-se que este estudo contribua para a compreensão dos impactos da orientação sexual sobre o acesso e a permanência de lésbicas e gays na escola. E que contribua também para a formulação de políticas públicas na área educacional e de alternativas metodológicas mais inclusivas, respeitando o princípio da dignidade humana, pilar da nossa República. Para Habermas (2002), a “inclusão do outro” significa que as fronteiras da comunidade estão abertas a todos – também e justamente àqueles que são estranhos uns aos outros e querem continuar sendo estranhos.

Para análise das perspectivas das relações sociais foram utilizados os trabalhos desenvolvidos por Bourdieu⁹, mais especificamente os conceitos de *habitus* e capital cultural. Para o autor (1979), a noção de capital cultural surge da necessidade de se compreender as desigualdades de desempenho escolar dos indivíduos oriundos de diferentes grupos sociais. Sua sociologia da educação se caracteriza pela relativização do fator econômico, em comparação ao peso do fator cultural, na explicação das desigualdades escolares. Para o autor o capital cultural

sexuality allowed is the straightest of straight versions. At the same time, sexualities of all kinds pervade schools, with their effects unrecognized, because their very existence is denied.

⁸ Texto original – *There is a direct connection between how pupils feel about themselves and their achievement in school.*

⁹ No texto “Fieldwork in Philosophy”, Bourdieu (1986, p. 22) explica que a noção de *habitus* foi uma estratégia pensada para escapar do estruturalismo sem sujeito e da filosofia do sujeito.

pode existir sob três formas: no estado incorporado, no estado objetivado e no estado institucionalizado.

A opção pelo autor deu-se em função da possibilidade de seus estudos permitirem, de acordo com MISOCZKY:

[...] autonomia relativa dos campos sociais em relação ao campo de poder (ou seja, a não determinação da superestrutura), a possibilidade de estudar as estratégias dos agentes que compõem o campo e nele têm interesses em disputa, mobilizando tipos de capital (recursos de poder) nesta disputa (MISOCZKY, 2003, p. 17).

Com relação à crítica sobre o suposto determinismo de sua teoria, o próprio Bourdieu - com quem a autora concorda - o nega. Embora o indivíduo tenha suas ações condicionadas pelo *habitus* e pelas situações concretas com as quais se defronta, ele age com certo grau de liberdade. Para o autor, “o *habitus* não se opõe menos à necessidade mecânica que à liberdade reflexiva, às escolhas sem história das teorias mecanicistas que aos sujeitos ‘sem inércia’ das teorias racionalistas” (BOURDIEU, 1980, p. 95).

Tendo como objetivo compreender as perspectivas das relações de gênero, foram adotados os referenciais teóricos de Rogério Junqueira (2009), com políticas educacionais, cotidiano escolar, diversidade sexual e de gênero, direitos humanos, e enfrentamento a preconceitos e discriminações na escola; Marco Antonio Torres (2010), que aborda educação, diversidade sexual, cidadania, identidades coletivas e políticas públicas; Adla Teixeira (2006, 2009 e 2010), que investiga aspectos da micropolítica das organizações escolares e a segregação dos sexos por áreas de conhecimento; Guacira Louro (1997, 1999, 2004 e 2008), com os estudos de educação e relações de gênero; Luiz Neto (2004), com a invisibilidade dos/das homossexuais nos espaços escolares; e Dolores Liston e Jane Page (2002), com homofobia nas escolas.

O conceito de ação estratégica foi utilizado na perspectiva habermasiana (HABERMAS, 1987). Para o autor a ação estratégica pode ser definida como aquela condicionada pela racionalidade instrumental.

Este trabalho conta com cinco capítulos. No primeiro fazemos uma contextualização da temática e dos conceitos envolvidos; no segundo trabalhamos as temáticas de direitos humanos que se relacionam com o objeto pesquisado; no

terceiro são tratados os referenciais metodológicos; no quarto capítulo analisamos os dados coletados nas duas etapas do trabalho de campo e, finalmente, no quinto, tecemos as conclusões às quais a pesquisa nos permitiu chegar.

1.1 A homossexualidade e o objeto da pesquisa

O tema homossexualidade tem se apresentado de forma relevante, atual, controversa e abrangente.

Desde 1973, o *homossexualismo* deixou de ser considerado doença mental pela Associação Americana de Psiquiatria, tendo sido excluído do Manual de Diagnóstico e Estatística de Desordens Psiquiátricas. Porém, somente em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) o retirou do rol de patologias ou transtornos mentais. A Classificação Internacional de Doenças (CID) não o relaciona como doença mental desde 1993.

No Brasil, desde 1985, o Conselho Federal de Medicina deixou de relacionar o *homossexualismo* como um desvio sexual. Mais tarde, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu regras para a atuação dos psicólogos nas questões de orientação sexual declarando, de maneira textual, que a homossexualidade não constitui “doença, nem distúrbio e nem perversão”¹⁰.

O desuso do termo *homossexualismo*, em prol de *homossexualidade*, se deu com o objetivo de se ressignificar o fenômeno, trazendo a homossexualidade para o campo da diversidade sexual e da construção de identidade e afastando-a da ideia de doença.

Reconheceu-se, a partir de então, inapelavelmente, que orientação sexual refere-se tão somente à inclinação e direção do desejo afetivo e erótico. O desejo, ao direcionar-se, pode ter, como principal ou exclusivo objeto, pessoas do sexo oposto (heterossexualidade), de ambos os sexos (bissexualidade), ou pessoas do mesmo sexo (homossexualidade).

¹⁰ Vide Resolução n. 01/99, editada pelo Conselho Federal de Psicologia, na qual são estabelecidas normas para atuação dos psicólogos.

Nas idas e vindas para a aceitação social de indivíduos cuja orientação sexual foge aos padrões heterossexuais, vemos eventos interessantes e contraditórios. Por exemplo, em 2011, a fabricante americana de computadores e *software* Apple disponibilizou um aplicativo da Exodus Internacional¹¹ que prometia promover a “cura gay”, numa clara manifestação homofóbica¹².

Segundo Foucault:

Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo: a idéia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, às diferentes idades e às classes sociais (FOUCAULT, 1999, p. 98).

De acordo com Candau (2012), diferentes manifestações de preconceito, discriminação, diversas formas de violência, homofobia, intolerância religiosa, estereótipos de gênero, exclusão de pessoas com deficiência, entre outras, estão presentes em nossa sociedade, assim como nas escolas.

Para Smigay (2002), “a homofobia ainda é um conceito ambíguo, geralmente associado à homossexualidade, uma postura de rejeição, de medo de contato [...]”.

Torres (2010)¹³ utiliza o termo *heterossexismo* no lugar de *homofobia*. O autor pretende, desta forma, ampliar as discussões sobre o preconceito e a discriminação na escola.

O termo *homofobia* significa rejeição ou aversão a homossexual e à homossexualidade. Os termos *lesbofobia*, *bifobia* e *transfobia* significam rejeição, aversão ou medo de contato com pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros, respectivamente.

¹¹ O *software* da Exodus Internacional, lançado pela Apple, exclusivo para iPad, foi liberado gratuitamente na loja do iTunes para crianças acima de quatro anos. Na descrição do aplicativo a Exodus (criadora do serviço) se apresenta como a maior instituição do mundo de ajuda a indivíduos e famílias afetadas pelo *homossexualismo*. A despeito dos supostos “benefícios” apregoados, mais de 100 mil pessoas endossaram uma petição *on-line* que levou a Apple a remover o aplicativo.

¹² Entre os muitos exemplos de práticas homofóbicas, outro caso veiculado pela mídia brasileira foi o da ex-atriz e deputada estadual Myrian Rios (PDT-RJ). Em discurso, defendeu o direito de demitir funcionários homossexuais, além de relacionar os gays com atos de pedofilia e crime.

¹³ O livro no qual o referido autor aborda a temática é “A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola”

Essas diferentes fobias seriam englobadas por uma única palavra, *homolesbotransfobia*,¹⁴ cujas consequências afetam a todos. A discriminação dificulta o acesso à informação sobre cuidados preventivos e afasta a população LGBT dos serviços de saúde, apesar da gratuidade de exames e medicamentos¹⁵.

Além disso, a discriminação e o preconceito sofridos pelos/as homossexuais pesam não só, mas também, na educação, com impactos negativos no aprendizado dos/das estudantes e a consequente geração de ônus, suportados pelos impostos pagos pelos/as cidadãos/as.

Neste estudo interessam as perdas educativas, a evasão escolar de lésbicas e gays que, devido a atitudes e ambientes homofóbicos, se veem muitas vezes privados/as do direito à educação. Somam-se a isto os transtornos emocionais e as perdas materiais que poderiam advir de tais situações.

Ações homofóbicas no ambiente escolar têm sido identificadas em vários países, sejam eles desenvolvidos ou não.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o *bullying* homofóbico colabora com a evasão escolar. A Organização tem sido incisiva sobre a necessidade de se combater o preconceito contra homossexuais nas escolas. A pesquisa “Juventudes e Sexualidade” (UNESCO, 2004) revelou que muitas vezes os professores não apenas silenciam, mas colaboram ativamente na reprodução de violências homofóbicas. Não há como ignorar a existência de várias formas de *bullying* presentes no ambiente escolar.

O estudo “Homofobia, transfobia e discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero nos Estados-Membros da União Europeia”¹⁶

¹⁴ A *homolesbotransfobia* é um termo que tem sido utilizado para definir rejeição, aversão ou medo de contato com pessoas homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros. Foi amplamente divulgado pela mídia em 2011 o caso do pai que teve a orelha decepada quando abraçava o filho e foi vítima de uma gangue, que os “acusou” de gays. Outro, de junho de 2012, refere-se aos irmãos gêmeos agredidos ao andarem abraçados, próximos a um evento junino em Camaçari, região metropolitana de Salvador. Os agressores os identificaram como gays e um dos gêmeos faleceu devido às agressões.

¹⁵ De acordo com dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com assistência ambulatorial e internação hospitalar devem atingir, em 2030, R\$63,5 bilhões, uma elevação de quase 149% em relação aos R\$25,5 bilhões gastos em 2010 (BOCCHINI, 2013). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1750>. Acesso em 11/05/2013 às 19h52.

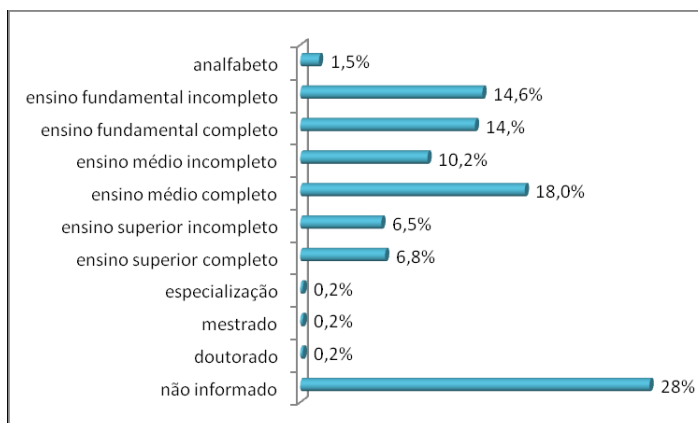
¹⁶ Texto original – *Homophobia, transphobia and discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in the EU Member States*.

(EUROPEAN COMMISSION, 2011) identificou que jovens submetidos ao assédio homofóbico são mais propensos a abandonar os estudos, resultado do estigma e da discriminação sofridos na escola. Igualmente, são mais predispostos a automutilação, a cometer suicídio e a se engajar em atividades ou comportamentos que apresentam risco à saúde.

O abuso verbal e físico são comumente experimentados por pessoas LGBT em escolas dos Estados membros da União Europeia. O *bullying* e o assédio moral podem se apresentar por ataques físicos, xingamentos e ameaças [...]. Para a maior parte, o abuso verbal é tratado como normal e aceitável no cotidiano escolar. Escolas na maioria dos países parecem não ter políticas escolares ou capacitação para combater o *bullying* e, para aquelas escolas que têm tais políticas, não está claro até que ponto elas cobrem especificamente o *bullying* homo e transfóbico. No entanto, esse *bullying* pode levar a altas taxas de evasão e absentismo escolares entre os estudantes LGBT, o que irá reduzir as chances de se continuar estudando [...]. Ele também pode resultar em isolamento social e sofrimento mental e pode aumentar o risco de comportamentos e manifestações autoprejudiciais (EUROPEAN COMMISSION, 2011, p. 13-14. Tradução da autora)¹⁷.

No Brasil, apesar das vítimas de violências homofóbicas estarem presentes em todos os níveis de escolaridade, a violência se concentra entre aquelas pessoas que têm até o ensino médio completo, com 58,3% das marcações.

Gráfico 1 – Vítimas, segundo escolaridade, 2011.



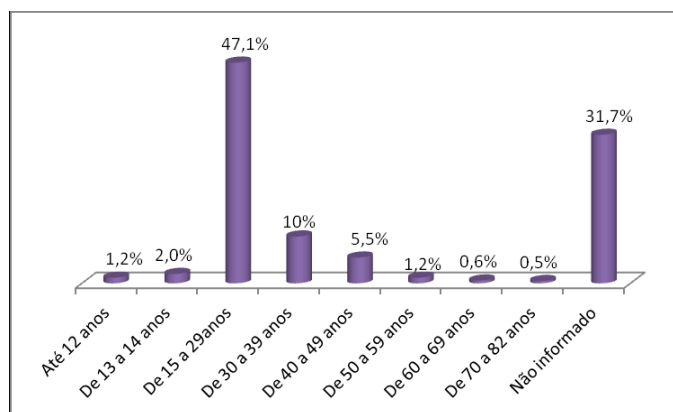
Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011 - Governo Federal (BRASIL, 2012, p.24)

¹⁷ Texto original – *Verbal and physical abuse is commonly experienced by LGBT persons across schools in EU Member States. Bullying and harassment may take the form of physical attacks, or name-calling and threats delivered using the internet or mobile phones. For the most part abusive language is treated as a normal and acceptable part of daily school life. Schools in most countries do not appear to have policies or training to combat bullying, and for those schools that have such policies, it is unclear to which extent they specifically cover homo- and transphobic bullying. However, such bullying can lead to higher drop-out rates and truancy among LGBT students, which will reduce the chances of going on to further or higher education. It can also result in social isolation and mental suffering, and may increase the risk of self-harming behavior.*

Há pelo menos 60 mil casais homossexuais no Brasil, segundo o Censo de 2010. Não há números oficiais sobre a população de homossexuais no país, mas estima-se que sejam cerca de 17,9 milhões de pessoas (JUSBRASIL NOTÍCIAS, 2012).

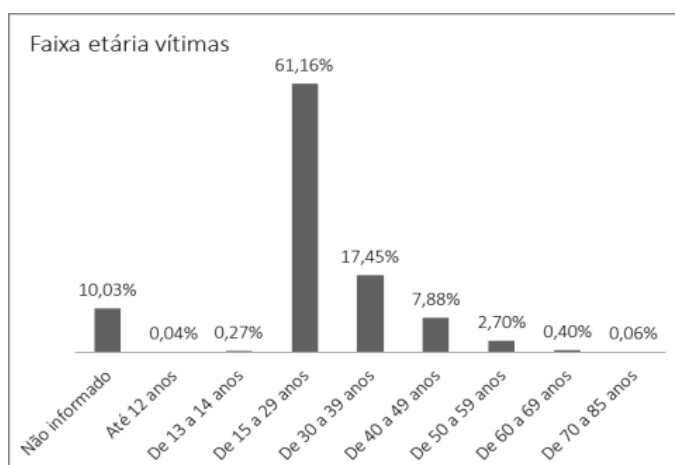
Entre 15 e 29 anos concentrou-se a maior parte, 47,1%, das violações de direitos humanos sobre a população LGBT em 2011. Em 2012 houve significativo aumento do número de tais violações, mantida a grande maioria concentrada na população jovem, com 61,16% na mesma faixa etária.

Gráfico 2 – Vítimas, segundo faixa etária, 2011



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011 - Governo Federal (BRASIL, 2012, p.24)

Gráfico 3 – Vítimas, segundo faixa etária, 2012



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano 2012 - Governo Federal (BRASIL, 2012, p.26)

Na mesma faixa etária dá-se o ingresso no ensino superior, por meio do vestibular, aos 19 anos, em média. De acordo com o Censo da Educação Superior 2009 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010), setenta e um por cento da procura nos exames vestibulares se concentram nos cursos de bacharelado.

Tendo como norte os dados apresentados, a seleção dos/as entrevistados/as para a presente pesquisa levou em consideração, além da concorrência no vestibular, a idade de ingresso na Universidade e a idade na qual são mais comuns as violações de direitos dos/das homossexuais.

Após a aplicação dos questionários exploratórios, foram realizadas entrevistas com dois gays e duas lésbicas dos cursos de Direito e Medicina da UFMG, na faixa etária entre 19 e 24 anos.

Segundo Bourdieu e Passeron (1977), a educação formal aprofunda e legitima a marginalização das classes populares e/ou grupos culturais periféricos, enquanto privilegia sujeitos que já dispõem dos capitais que lhes assegurarão a manutenção de posições sociais privilegiadas. Desta forma, faz-se necessário conhecer qual o impacto das vivências nos espaços escolares sobre o êxito ou fracasso do estigmatizado grupo LGBT. Afinal, a escola não é um ambiente neutro, como o afirma LOURO (1997), por meio de “seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos”.

1.2 Alguns conceitos envolvidos na pesquisa

Embora alguns dos conceitos tenham sido necessariamente expostos na introdução deste trabalho, algumas siglas e outros conceitos e são necessários para transitar nesse universo de “novas” identidades sexuais e sociais¹⁸.

A sigla LGBT, utilizada para denominar lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, ainda gera confusão para a maioria das pessoas que não lidam com o

¹⁸ Compilo de Enézio de Deus Silva Júnior (2011) algumas definições por ele trazidas na obra organizada pela advogada e desembargadora aposentada Maria Berenice Dias.

multifacetado e heterogêneo universo das sexualidades possíveis. É preciso considerar a sexualidade como um construto social fundado sobre os corpos, que não se limita ao biológico.

Os homossexuais masculinos, usualmente identificados como gays e as homossexuais femininas, identificadas como lésbicas são pessoas que se sentem atraídas emocional, sexual e afetivamente por outras do mesmo sexo biológico. Têm como orientação sexual a homossexualidade.

Os/as bissexuais são pessoas que se atraem emocional, sexual e/ou afetivamente por ambos os sexos, em diferentes níveis, quer ao mesmo tempo, quer alternando em fases distintas da vida a variação do desejo por um e por outro sexo.

Os/as transgêneros, independentemente da orientação sexual, são pessoas que, na sua forma particular de estar e/ou de agir, ultrapassam as fronteiras de gênero esperadas e construídas pela cultura para um e para outro sexo. Esses indivíduos mesclam, nas suas formas plurais de feminilidade e de masculinidade, traços, sentimentos, comportamentos e vivências as quais vão além das questões de gênero. Incluem desde modos de se expressar até modos de se vestir. Assim, a palavra *transgênero* pode englobar travestis, transexuais, *drag queens*, *drag kings*, *cross-dressers*, transformistas, entre outros.

Os/as travestis, independentemente da orientação sexual, são pessoas que aceitam, do ponto de vista psicológico, o sexo biológico do seu nascimento. Entretanto, ao longo de seu desenvolvimento psíquico-social, constroem um imaginário todo próprio, cuja identificação de gênero se volta mais para o sexo oposto, e isso é perceptível em suas formas de ser, agir, vestir e se comportar.

Os/as transexuais, independentemente da orientação sexual, desde tenra infância, sentem-se em desconexão psíquico-emocional com o sexo biológico de nascimento, pelo fato de identificarem-se de modo oposto ao esperado para seu corpo.

Alguns autores têm utilizado a palavra *homoafetividade*, em substituição à homossexualidade, por a considerarem mais adequada. Esta mera alteração dissocia a homossexualidade de sexo e a associa à afetividade. O bem difundido termo *homoafetividade* foi utilizado pela primeira vez em 2000 pela então desembargadora gaúcha Maria Berenice Dias e realça o afeto existente na relação

entre duas pessoas do mesmo sexo. Considera a complexidade e a multiplicidade das relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero e denota aspectos emocionais e afetivos envolvidos nessas variadas e possíveis relações.

A jurisprudência do país logo incorporou a expressão *relações homoafetivas* e assim tem sido amplamente dito nas decisões e nos acórdãos das várias cortes, inclusive da Suprema.

Apesar de avanços, como no caso do reconhecimento das uniões homoafetivas¹⁹, no Brasil, há, ainda, longo caminho a ser percorrido na busca da garantia da dignidade humana, no enfrentamento à homofobia e à discriminação, sobretudo nos espaços escolares.

No que diz respeito às siglas para identificar o complexo universo homossexual, a inicialmente usada GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) foi sucedida pela GLBT. Mais ampla, abarca, além de gays e lésbicas, bissexuais e transgêneros.

A partir da “I Conferência Nacional GLBT”²⁰, a sigla passou a ser iniciada pela letra **L**, as lésbicas abrindo o grupo, LGBT, com o propósito de combater preconceitos de gênero, destacar e valorizar as mulheres, historicamente discriminadas e tratadas como inferiores, situação muito comum em sociedades patriarcais.

No trecho a seguir, Simone de Beauvoir ilustra o lugar ocupado pelas mulheres em tais sociedades:

'A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades', diz Aristóteles. 'Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural'. E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser 'ocasional'. É o que simboliza a história do Gênesis em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um 'osso supranumerário' de Adão. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; não é considerada um ser autônomo [...] o homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que ela seja (BEAUVOIR, 1980, p. 201).

¹⁹ Em 5 de maio de 2011, foi apreciada e reconhecida, pelo Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

²⁰ A I Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília em 2008, foi convocada por um Decreto Presidencial (DOU 29.11.2007).

Faz-se uso também da sigla com três Ts, LGBTTT, representando e abrangendo os três grupos populacionais, travestis, transexuais e outros/as transgêneros, além de lésbicas, gays e bissexuais. No entendimento de que as duas primeiras categorias – travestis e transexuais - estariam contidas na categoria transgêneros, pesquisas e estudos recentes têm utilizado a sigla com um único T. Neste trabalho optou-se pela utilização da sigla LGBT.

Por fim e de fundamental importância para este estudo é o conceito de estratégia, utilizado de acordo com Habermas, que privilegia a perspectiva dos atores na compreensão dos processos culturais, sociais e políticos. Para Habermas (1987), a ação estratégica pode ser definida como sendo a ação condicionada pela racionalidade instrumental, ou seja, aquela centrada no cálculo utilitário de consequências, em que “se supõe que o ator elege e calcula meios e fins do ponto de vista da maximização da utilidade ou da expectativa da utilidade”.

2. NA ESFERA DOS DIREITOS HUMANOS

2.1 Direitos humanos, democracia, educação e políticas públicas

No que se refere aos documentos e tratados internacionais que versam sobre direitos humanos, e, inevitavelmente, da população LGBT²¹, pode-se citar, como marcos ético e político: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (1969); a Declaração Jomtien (1990); a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção de Guatemala (1999); a Declaração de Montreal (2001); os Princípios de Yogyakarta (2007); o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos – *Human Rights Educations Associates* (2012) etc. Igualmente relevante é a Resolução da Organização dos Estados Americanos (OEA), “Direitos Humanos, orientação sexual e identidade de gênero” (ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. ASAMBLEA

²¹ Muitos países ainda criminalizam relações homossexuais consentidas entre adultos. Em alguns casos a homossexualidade é punida com prisão perpétua ou pena de morte.

GENERAL, 2008), a qual prevê punições às violações de direitos humanos se comprovadas discriminações de orientação sexual e de identidade de gênero.

Os Princípios de Yogyakarta (2007),²² sobre orientação sexual e identidade de gênero, estabelecem que:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são universais, interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados. A orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU (junho de 2011) aprovou uma Resolução na qual se reconhece a universalidade dos direitos humanos às pessoas LGBT, sem possibilidade de nenhuma distinção excludente. Tal Resolução foi apresentada pela África do Sul, com o objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres, independentemente de sua orientação sexual, proclamando “tolerância zero” contra qualquer forma de violência ou discriminação com base na orientação sexual. A referida resolução solicita aos demais países membros da ONU, entre os quais o Brasil, que realizem intervenções diretas para coibir os abusos, estabelecendo a pauta com prioridade máxima (UNIÃO EUROPEIA, 2011).

Conforme o *caput* do art. 5º da Constituição de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Violações de direitos não deveriam acontecer, uma vez que na Constituição “consagra-se os direitos civis e políticos como próprios da cidadania e revoga-se grande parte dos obstáculos pretéritos para essa participação” (CURY, 2007).

Entretanto os/as homossexuais, assim como outros grupos marginalizados, nem sempre recebem o tratamento prescrito na Carta Magna²³.

²² Em novembro de 2006, reunidos em Yogyakarta, Indonésia, um grupo composto por 29 especialistas em questões relativas à legislação de direitos humanos, provenientes de 25 países, adotou, por unanimidade, os “Princípios de Yogyakarta”. O documento trata de amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação às questões de orientação sexual e identidade de gênero, refletindo a evolução da legislação internacional de direitos humanos relativa a tais questões.

²³ O deputado e pastor Marco Feliciano (PSC), designado para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, por exemplo, tem uma postura contraditória ao prescrito na Constituição. Entre seus comentários divulgados na rede social e servidor para *microblogging Twitter*: “A podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime e à rejeição” (31/03/2011); “Os artistas são a favor do casamento gay; os intelectuais também são. Resta aos cristãos e conservadores dos valores morais lutarem” (20/01/2013) e

Na contramão de iniciativas como as propostas nos tratados internacionais e das políticas públicas no âmbito dos direitos humanos elencadas neste trabalho, nos deparamos com propostas ainda conservadoras. Surpreende, por exemplo, o Projeto de Lei n. 1.082/2011, da cidade do Rio de Janeiro, vitrine do Brasil no cenário mundial, o qual pretendia proibir a divulgação de quaisquer tipos de materiais didáticos com informações sobre diversidade sexual no ensino fundamental e na educação básica. Isso ilustra o quão polêmico e difícil tem sido a inserção de temáticas relacionadas à diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero nos espaços escolares.

Há muito a ser feito no sentido fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Um Estado democrático pressupõe a supremacia de ações e iniciativas coercitivas a todas as formas de discriminação, preconceito, intolerância ou violência justificada com base na origem social, raça, sexo, cor, religião ou orientação sexual. Para Bobbio (2001), a democracia se fundamenta no amplo "reconhecimento dos direitos de liberdade e como natural complemento o reconhecimento dos direitos sociais ou de justiça". Para o autor a democracia supõe a existência de uma "ampla e segura participação da maior parte dos/das cidadãos/ãs, em forma direta e indireta, nas decisões que interessam a toda coletividade" (BOBBIO, 1983).

A efetiva democracia somente se concretizará na medida em que a sociedade assumir a diversidade como dimensão humana e aprender a respeitar o direito à livre orientação sexual e identidade de gênero. A orientação sexual pode gerar, para homossexuais, expressivas perdas sociais, emocionais e materiais quando comparados ao grupo dos heterossexuais, como se constata pelas notícias veiculadas quase todos os dias.

Como relata Anderson Ferrari (2008, p. 49):

Discutir e problematizar a homossexualidade nos possibilita não apenas pensar as sexualidades, suas práticas e discursos, mas sobretudo nos coloca o desafio de repensar as representações e as identidades que estão presentes nas escolas e na sociedade em geral. Além disso, as questões

"Depois da união civil, virá a adoção de crianças por parceiros gays, a extinção das palavras pai e mãe, a destruição da família" (20/01/2013).

que envolvem saber e poder e que organizam as sexualidades nos possibilitam pensar a educação a partir de uma perspectiva desconstrucionista, ou seja, entender a sociedade como uma construção histórica, cultural e social e que, portanto pode ser desconstruída e reconstruída.

No Brasil ainda são muitos, e nas mais diversas regiões, os atos de violação de direitos cometidos contra cidadãos/ãs homossexuais, muitas vezes tratados/as como párias sociais em razão de sua orientação sexual.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD (2004)²⁴, vinculada ao Ministério da Educação, tem apoiado ações contra as violações de direitos da população LGBT e ações para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos/as em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação.

O Ministério da Saúde, por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, lançou, também em 2004, o *Programa Brasil Sem Homofobia*, cujo objetivo é combater a violência, a discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros e promover a cidadania homossexual.

O Programa Brasil Sem Homofobia traz no seu cerne a compreensão de que a democracia não pode prescindir do pluralismo e de políticas de equidade e que, para isso, é indispensável interromper a longa sequência de cumplicidade e indiferença em relação à homofobia e promover o reconhecimento da diversidade sexual e da pluralidade de identidade de gênero, garantindo e promovendo a cidadania de todos/as. (JUNQUEIRA, 2009, p. 15)

Destacam-se como resultados do citado Programa, no período de 2004 a 2010, as ações de capacitação e desenvolvimento; apoio a projetos de governos estaduais, municipais e organizações não governamentais; implantação de núcleos de apoio a pesquisas nas principais universidades brasileiras; financiamento de capacitações; realização de eventos que pudessem contribuir para o alcance dos objetivos do Programa e implantação de centros de referência para combate à homofobia em todo o país.

Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006) comunga com os objetivos de construção de uma sociedade menos

²⁴A SECAD foi renomeada, em 2011, para Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

preconceituosa. O documento reflete o esforço do poder público e da sociedade civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população.

O PNEDH aprofundou questões do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH (1996) e incorporou aspectos dos principais pactos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Agregou, ainda, demandas antigas e contemporâneas de importantes segmentos da sociedade brasileira pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz.

Com relação à transversalidade²⁵ da temática, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) recomenda:

A prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais (p.32).

[...]

No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros (p.34).

[...]

As atividades acadêmicas devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros (p. 39).

Especificamente relacionado aos não heterossexuais, merece destaque o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNLGBT (2009). O documento traz os princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos, da participação e do controle social.

²⁵ Domingues *et. al.* (2001, p.18) destacam que o “prefixo ‘trans’, além de sua acepção de ‘através’ ou de ‘passar por’, encerra os sentidos de ‘passar além’, ‘passagem’, ‘transição’, ‘mudança’, ‘transformação’, aquelas situações de conhecimento que conduzem à transmutação ou ao traspasse das disciplinas, à escuta de suas aproximações e frequências [...] a transdisciplinaridade permite pensar o cruzamento de especialidades, o trabalho nas interfaces”. Para estes mesmos autores (2001, p. 49), “o transdisciplinar é ainda um conceito vazio e que deverá ser preenchido ao longo das pesquisas”.

Igualmente importante para a proposição de políticas para os coletivos LGBT foi a criação do Conselho Nacional LGBT, de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil. O Conselho tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de LGBT. Entre as suas competências encontra-se a revisão de ações, prioridades, prazos e metas do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNLGBT.

Tais documentos – nacionais e internacionais – têm norteado não só a construção de políticas públicas, como também a ação da militância, de alguns segmentos da sociedade civil e o desenvolvimento de pesquisas no âmbito dos direitos humanos.

A título de exemplo de políticas públicas implementadas para a população LGBT, na esfera estadual mineira, foi criado, em 2007, o Centro de Referência para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – GLBTTT e a este sucedeu, em 2011, a Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual²⁶.

No âmbito municipal, em 2009, implantou-se a inclusão do nome social²⁷ para os registros internos das escolas de Belo Horizonte, prática que vem sendo adotada também por outras cidades e estados brasileiros. Assim os/as estudantes de sexo biológico em desacordo com a sua identidade de gênero poderão usar nomes sociais nos quais se reconheçam.

Segundo o Núcleo das Relações Etnico-Raciais e de Gênero de Belo Horizonte, e como é possível perceber na maioria das instituições de ensino, “há uma presença cada vez maior de estudantes com os mais variados perfis e é preciso acolher e lidar com a diversidade que se apresenta”. Entretanto, a questão tem sido bastante polêmica e passa desde o despreparo da escola e dos professores para lidar com as novas situações, até a controversa adequação da estrutura física dos prédios. Além de encontrar resistências ligadas a valores morais

²⁶ A Coordenadoria foi criada pela Lei Delegada n. 180/2011 e compõe a estrutura da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese.

²⁷ Para mais informações sobre o nome social implantado em Belo Horizonte consultar Resolução CME/BH n. 002/2008, da Secretaria Municipal de Educação/Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte.

e religiosos, o tempo entre a edição de uma nova lei ou orientação institucional (decretos, resoluções, portarias *etc*) e seu efetivo e consolidado uso pode ser bastante lento. A utilização dos banheiros é uma das demandas neste novo e contemporâneo cenário.

As múltiplas formas de sexualidade e gênero que ora ganham visibilidade pública e civil — transexuais, transgêneros, travestis, lésbicas, gays — questionam a distinção binária de sexo/gênero, expressa nos banheiros públicos, para apontar a sua insuficiência e sua inadequação. A linguagem e a prática social começam a dar sinais de que se precisa de novos conceitos de organização sanitária para acolher as novas subjetividades e corporeidades (TEIXEIRA, e RAPOSO, 2006, p.9).

São muitas as questões que emergem na sociedade e se manifestam nas escolas com seus impactos não desejados. SANTOS (2009) argumenta que a evasão escolar apresenta várias faces, entre as quais a sexualidade, como tem sido relatado nos depoimentos das/dos travestis e transexuais quando questionadas/os sobre sua educação formal. Para a autora praticamente inexitem pesquisas quantitativas que apontem dados conclusivos sobre a evasão escolar relacionadas ao preconceito e à discriminação sobre essas pessoas.

Cabe registrar que vêm sendo desenvolvidas pesquisas qualitativas, fundamentadas em relatos de sujeitos que denunciam ter vivenciado situações de violação de direitos relacionadas às questões de gênero.

Um documentário que ilustra a situação daqueles que não se enquadram na norma é o “Ser Mulher” de 2007. O documentário apresenta falas de quatro mulheres transexuais que relatam problemas de discriminação e preconceitos enfrentados na idade escolar:

Depois de 20 anos fora da escola por medo do preconceito, da discriminação parei de estudar e 20 anos depois eu resolvi voltar. No primeiro dia de aula eu não queria ir. Eu tive dor de barriga, eu tive cólica, eu tive vontade de chorar, eu não queria ir (Carla, 34 anos, Curitiba).

A diversidade sexual presente na sociedade e, naturalmente, no cotidiano escolar precisa ser considerada na elaboração de políticas de educação e direitos humanos. Conforme prescrito nas diretrizes do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – PNLGBT, de 2009, fazem-se necessárias medidas importantes, dentre as quais, destacam-se:

Adoção de abordagem pluralista que reconheça e garanta a universalidade e indivisibilidade, interdependência e de todos os aspectos da pessoa humana, incluindo a orientação sexual e identidade de gênero [...]; Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero; Prevenção e enfrentamento da vulnerabilidade social de crianças e jovens em razão da orientação sexual e identidade de gênero; Ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT e assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero [...]; Combate à intolerância religiosa em relação à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero; **Garantia, a estudantes LGBT, do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero** (PNLGBT 2009, p. 14, 15 e 16, *sic*).

As diretrizes relacionadas acima precisam efetivar-se em planos, projetos, programas e ações nos quais se promova um processo educativo cuja premissa básica seja o princípio da igualdade e da universalidade, pilares imprescindíveis à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

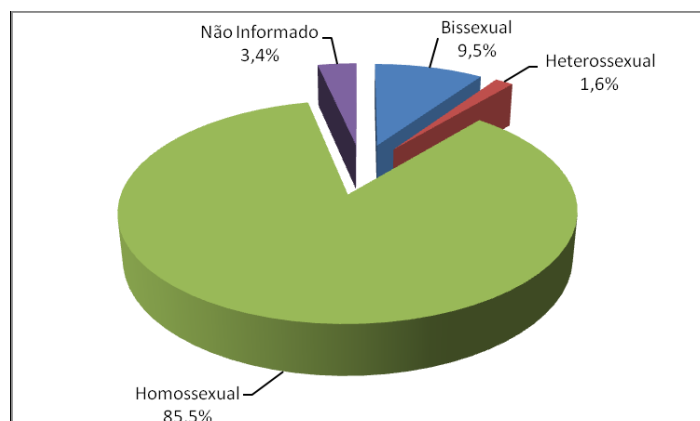
Temos [...] o desafio de desenvolver uma educação em direitos humanos durante o processo de ensino formal. Isto significa também ter garantias de acesso aos conhecimentos e às oportunidades de aprendizagem, vivenciados num ambiente seguro (a escola), sem violação aos direitos humanos independente da condição destes indivíduos: seja de classe social, cultura, identidade de gênero, cor de pele, faixa etária, credo, condições física ou cognitiva (TEIXEIRA; PEREIRA e MIRANDA, 2009, p. 45).

A maioria das violações de direitos humanos, reportadas ao poder público em 2011, se relaciona com a orientação sexual²⁸. Oitenta e cinco por cento das vítimas que acessaram o serviço Disque 100²⁹ se definem como homossexual. Os/as bissexuais representam 9,5% do total de vítimas e os/as heterossexuais, 1,6%. A orientação sexual de 3,4% das vítimas não foi informada.

²⁸ Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (2011, p. 21).

²⁹ O serviço **Disque 100** foi criado para ser um serviço de proteção a crianças e adolescentes contra a violência sexual. O serviço foi ampliado para receber denúncias também de outros segmentos e está vinculado à Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Abarca, desde dezembro de 2010, módulo específico para violações cometidas contra a população LGBT.

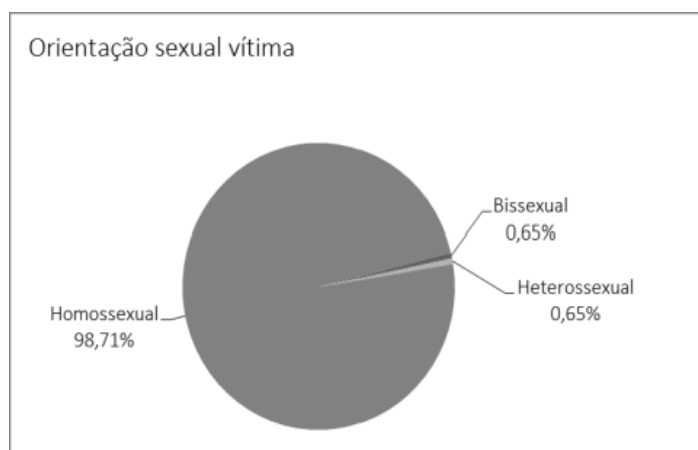
Gráfico 4 – Vítimas, segundo orientação sexual, 2011



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011 - Governo Federal (BRASIL, 2012, p.22)

Consta-se um aumento expressivo do número de homossexuais vítimas de violações de direitos humanos de 2011 para 2012. Passou-se de 85,5% para 98,71% no ano seguinte:

Gráfico 5 – Vítimas, segundo orientação sexual, 2012



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012 - Governo Federal (BRASIL, 2013, p.49)

A experiência da agressão física ou a percepção de sua ameaça obsedante são tão presentes na vida dos gays que são encontrados em quase todos os relatos autobiográficos e em numerosos romances cujos personagens são homens gays. Às vezes, não é preciso gesto algum: a aparência e as roupas bastam para desencadear o ódio. Tanto contra os gays mais assumidos quanto contra aqueles que o são menos ou não o são nem um pouco, contra os que “se exibem” como contra os que dão prova de “discrição”, a possibilidade de ser objeto da agressão verbal ou física permanece onipresente e, ao menos foi, com frequência, determinante na maneira como os gays construíram a identidade pessoal, desenvolvendo

principalmente uma capacidade de perceber o perigo ou aprendendo a controlar muito estritamente os gestos e as falas. (ERIBON, 2008, p.30)

É preciso considerar ser a orientação sexual, em determinados estados e pequenos municípios, um componente ainda mais comprometedor das trajetórias escolares.

Todas as pesquisas de opinião feitas junto aos homossexuais (dos dois sexos) atestam que a experiência de insulto (sem falar até de agressão física) é um dos traços mais comum de suas existências. Em graus diversos, é claro, conforme os países e, no seio de um mesmo país, conforme o lugar onde vivem e no meio social em que evoluem (ERIBON, 2008, p.30).

As práticas homofóbicas estão presentes nas escolas, como revelam as pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo (2009); Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (2009); Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 8ª Parada do Orgulho GLBT (2005); UNESCO (2004); Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA – 2002); Tais pesquisas são apresentadas no capítulo 2, subitem 2.4 - A homofobia em números. A Agência Brasil de Comunicação (2010) também apresenta dados significativos referentes à homofobia.

Em 2010, 260 gays, travestis e lésbicas foram assassinados no Brasil. De acordo com um relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada um dia e meio um homossexual brasileiro é morto. Nos últimos cinco anos, houve aumento de 113% no número de assassinatos de homossexuais. Entre as vítimas, 54% são gays, 42%, travestis e 4%, lésbicas. Para o antropólogo responsável pelo levantamento, Luiz Mott, as estatísticas são inferiores à realidade. O estudo também aponta que o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de homossexuais³⁰.

De acordo com informação da Secretária de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o orçamento para promoção de direitos humanos da população LGBT de 2012 teria sido 64% maior que os recursos empenhados em 2011 (BRASIL, 2011).

Há que se enfatizar, porém, que mesmo com um aporte de recursos maior, e apesar dos inúmeros documentos que norteiam e estabelecem princípios, objetivos,

³⁰ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-04/cada-36-horas-um-homossexual-e-morto-no-brasil>. Acesso em 16/05/2013

diretrizes e linhas de ação no âmbito dos direitos humanos, o Brasil ainda não deu conta de incluir dignamente a população LGBT, como o comprova elevação do número de assassinatos em 2012³¹.

Em 2012 foram assassinados/as 338 homossexuais³². O dado representa um crescimento de 27% em relação a 2011. Entre 2005 e 2012 o aumento de homicídios foi de 317%.

No ranking nacional de crimes cometidos com motivação homofóbica em 2012, Pernambuco figura em primeiro lugar, Paraíba em segundo, Bahia e São Paulo dividem a terceira posição³³.

O “Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012” (BRASIL, 2013, p.49) revela o aumento³⁴ de 13,21% no número de homossexuais vítimas de violações de direitos humanos de 2011 para 2012.

Frei Beto expõe sua crítica quanto aos direitos garantidos em lei que não se efetivam:

Ainda hoje em muitos países a lei consagra os direitos inalienáveis de todos, sem distinção entre ricos e pobres, confinada, porém, à mera formalidade retórica que não assegura a toda a população uma vida justa e digna. Pouco vale as Constituições de nossos países proclamarem que todos têm igual direito à vida se não são garantidos os meios materiais que tornem efetivo esse direito (BETO, 1998, p.48).

Embora a educação seja vista como uma preparação para a cidadania, Richardson (1998, p. 88) ressalta que lésbicas e gays são cidadãos e cidadãs incompletos dentro do tradicional e dominante modelo de cidadania. Transgêneros o são ainda mais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação e determina, no art. 2º, que a educação, inspirada “nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para

³¹ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cresce-o-numero-de-assassinatos-de-homossexuais-em-2012,982836,0.htm>. Acesso em: 18/06/2013, às 19h45.

³² Levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

³³ Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-fev-10/travestis-homossexuais-presenca-odio-impunidade>. Acesso em 22/06/2013 às 12h19.

³⁴ Cabe destacar que travestis e transexuais também encontram-se nesse perfil.

o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Prescreve textualmente a solidariedade e a tolerância recíproca no art. 32:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

[...]

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social³⁵.

No ano de 1997, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) inseriu um conjunto de temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sendo um deles “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997). Entre os objetivos contidos no tema transversal, alguns tópicos oferecem possibilidade para a discussão da homossexualidade:

Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, **reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano**; Compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; **Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos**; **Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas**; Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro; Consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade (PCN – Orientação Sexual, 1997, p.311-312)³⁶.

Apesar da pertinência dos objetivos transcritos, eles são insuficientes para preparar os/as professores/as³⁷ para lidar com a questão da orientação sexual em sala de aula. Comumente os temas relacionados ao sexo e à sexualidade são circunscritos à disciplina de Biologia.

³⁵ Estudos e pesquisas apresentados no capítulo - 2, subitem - 2.4 A homofobia em números têm constatado, principalmente nas escolas públicas brasileiras, que os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca têm cedido lugar às práticas de *bullying*.

³⁶ Todos os grifos neste trabalho foram incluídos pela autora.

³⁷ Exemplo do que vem acontecendo nas escolas pode ser encontrado no caso de um aluno do Rio Grande do Sul. Ele foi agredido na saída da escola por ser gay e professores teriam ignorado o *bullying*. Segundo relatos do jovem, ele já sofria perseguição e agressões verbais, os professores tinham conhecimento do fato, mas nada fizeram para impedir as agressões. A vítima relata que o *bullying* ficou ainda maior quando a professora de História pediu que cada um dos novos estudantes se apresentasse e ele afirmou ser gay (MARTINS, 2012).

As violações dos direitos da população LGBT são cotidianas e veiculadas pelas mais diversas mídias³⁸ (GARCIA, 2012). O caso ocorrido em uma escola de Aracaju, em 2012, é mais um exemplo sintomático do que vem ocorrendo:

Professores acusam grupo de ex-alunos de invadir escola e ameaçar homossexuais: um grupo de cinco ex-alunos, armados com revólver e faca, tem realizado invasões na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Teles de Menezes, na zona norte de Aracaju, de acordo com professores da instituição. As ações seriam direcionadas contra estudantes homossexuais. Segundo uma das coordenadoras da escola o grupo começou a invadir a escola desde o último dia 12 de março/2012, início do ano letivo, e faz isso todos os dias, sempre nos turnos da tarde e noite. “Um deles arrancou o brinco de um rapaz e disse que aquilo não era coisa de homem. Eles ficam zombando dos homossexuais”, disse a coordenadora³⁹.

Epstein e Johnson (1994) relatam que, embora as escolas aparentem oferecer oportunidades para a formação da identidade, a sexualidade é um discurso silenciado.⁴⁰ Acrescente-se a isto os impactos do despreparo da maioria dos docentes para lidar com a temática sobre o resultado no processo de ensino e aprendizagem.

A necessidade de uma educação inclusiva nos convoca a refletir sobre o papel que a escola tem desempenhado, não só, mas também na formação da população LGBT.

A escola configura-se como um lugar de opressão, discriminação e preconceitos no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, autoaversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

Não há como negar a violência contra a população LGBT. As várias formas de intolerância e desprezo invadem os mais diversos espaços, entre eles a escola, comprometendo a trajetória de vida e a liberdade, podendo vir a causar danos

³⁸ De acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT) o aumento de pedidos de asilo político feitos por brasileiros/as gays e lésbicas passaram de três, em todo o ano de 2011, para 25 nos três primeiros meses de 2012. A ABGLT afirma ter remetido os casos à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Segundo o presidente da Associação: “Temos cartas de pessoas dizendo que não dá pra viver no Brasil, e sempre com a alegação de homofobia no nosso país”.

³⁹ Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/28/professores-acusam-ex-alunos-de-invadirem-escola-em-aracaju-e-ameacarem-homossexuais.htm>. Acesso em: 3/5/2013, às 7h31.

⁴⁰ Texto original – *Note the irony that while schools appear to offer opportunities for identity formation, sexuality is a silent discourse.*

físicos e psíquicos por meio de uma multiplicidade de violências. Tais sinais de rejeição e violações de direitos reforçam a necessidade de diálogos interculturais e transversais, e de uma educação para a cidadania que contemple a diversidade sexual como estratégia de redução da evasão, da expulsão e marginalização de estudantes do convívio escolar e de redução da discriminação em razão da orientação sexual.

A escola tem que ser entendida como o local das contradições, embora muitos professores ainda lidem com ela como um local sagrado em que tudo pode ser resolvido e para sempre. Ela é um local das contradições porque é o local das acomodações e resistências. Ou seja, nem tudo na escola é acomodação e nem tudo é resistência. Cabe a ela, no conjunto de seus professores, olhar para as suas práticas e para as coisas que acontecem no seu interior, identificando o que se constitui como acomodação e o que é resistência, permanência e ruptura. E a partir daí pensar seus projetos junto às famílias e alunos, definindo o que de acomodação querem manter e o que de resistência querem explorar. A discriminação, sobretudo no que se refere às identidades sexuais, parece estar determinada por essa dicotomia de acomodação e resistência (FERRARI, 2008, p. 47- 48).

A escola, como qualquer outra organização, também pode promover violências, ou se omitir diante delas, comprometendo a trajetória escolar e profissional, colocando em risco, por vezes e até para sempre, a vida daqueles cujas orientações sexuais fogem à norma. A escola muitas vezes se silencia frente às várias práticas de *bullying* homofóbico, as quais podem causar danos físicos, morais e psicológicos.

Para Tedesco a escola vive uma crise quanto ao efetivo papel que deve cumprir:

A crise da educação já não se apresenta como um fenômeno de insatisfação no cumprimento de demandas relativamente estabelecidas, mas como uma expressão particular de crise do conjunto das instâncias da estrutura social: desde o mercado de trabalho e o sistema administrativo até o sistema político, a família e o sistema de valores e crença. A crise, em consequência, já não provém da forma deficiente de como a educação cumpre os objetivos sociais que lhe são atribuídos, mas, o que é ainda mais grave, do fato de não sabermos que finalidades ela deve cumprir e para onde deve efetivamente orientar suas ações (TEDESCO, 2002, p. 15).

Com relação à formação de professores no Brasil⁴¹, podemos afirmar que ela se apresenta insuficiente quando focalizados os temas relativos aos direitos humanos. Alguns docentes buscam, por interesse e iniciativa pessoal, a própria

⁴¹ Sobre a formação de professores no Brasil consultar os trabalhos de Bernadete A. Gatti.

formação, outros o fazem por meio das capacitações que são ofertadas pelas secretarias de ensino da educação nas três instâncias de poder. Outros, ainda, lidam com a temática da forma como a entendem, a partir dos próprios valores e intenções.

Cabe indagar qual o impacto das interações dos diversos atores da escola sobre lésbicas e gays que seriam determinantes no processo de escolarização. De acordo com Charlot (1996) “as relações sociais estruturam a relação com o saber e com a escola, mas não a determina”.

Segundo Maria Alice Nogueira (2004) “podemos afirmar sem receio a existência, nos dias atuais, de uma sociologia das trajetórias escolares”. Nas palavras da autora:

(...) a trajetória escolar não é completamente determinada pelo pertencimento a uma classe social (...) ela se encontra associada também a outros fatores, como as dinâmicas internas das famílias e as características “pessoais” dos sujeitos, ambas apresentando um certo grau de autonomia em relação ao meio social (NOGUEIRA, 2004, p.135).

A origem social, apesar de componente importante, age sempre em concomitância a outras condições nas quais se encontram os indivíduos, entre elas a orientação sexual e seus impactos inarredáveis sobre o êxito escolar.

Quando problematizamos a inserção da população LGBT nas políticas de direitos humanos e educação, necessariamente nos questionamos como a diversidade sexual encontra formas de expressão no cotidiano e no currículo escolar, no mundo midiático, familiar, cultural e social (VIOLA; ZENAIDE, 2011, *apud* Revista dos Direitos Humanos da População LGBT, 2011, p. 22).

Para os autores supracitados, no contexto de uma sociedade democrática, a educação *em* e *para* os direitos humanos deve ser inserida transversalmente ao currículo escolar e como forma de construção de uma cultura de vida em detrimento das culturas de morte e exclusão, como as que são sempre veiculadas pela mídia. Para que esta cultura produza efeitos reais é necessário respeitar o direito à livre orientação sexual e a diversidade da identidade de gênero como importantes elementos para a construção de políticas públicas de direitos humanos voltados para a população LGBT.

Não obstante as mudanças legais e as atuais políticas governamentais implementadas, não se pode ignorar o papel de outros relevantes agentes sociais que trabalham com a temática LGBT. Exemplos da atuação destes agentes podem ser encontrados nas Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e outros importantes fomentadores da ação coletiva que têm contribuído para o empoderamento identitário da população LGBT.

Entretanto esses atores não serão objeto de detida reflexão nesta pesquisa, por fugirem ao seu escopo. A ação deles está contemplada nas deliberações das Conferências, apresentadas a seguir.

2.2 Conferências

Com base nos postulados constitucionais que orientam a organização do sistema federativo brasileiro, instituído por um regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, compreende-se que a promoção dos direitos humanos é uma obrigação do Estado, mas para se tornar realidade depende do diálogo e da negociação constante com representantes de grupos sociais.

As mobilizações sociais, principalmente nos anos 70 e 80, abriram espaço para a participação social nos processos decisórios e na implementação de políticas públicas, consolidadas após o fim do regime militar e, em especial, com a promulgação da Constituição de 1988.

As Conferências são expressão de participação e de controle social. No Plano Nacional de Direitos Humanos:

O Estado brasileiro consolidou espaços de participação da sociedade civil organizada na formulação de propostas e diretrizes de políticas públicas, por meio de inúmeras Conferências temáticas. Um aspecto relevante foi a institucionalização de mecanismos de controle social da política pública, pela implementação de diversos conselhos e outras instâncias (PNDH, 2009, p.23).

Nas palavras de Souza (2011, p. 198), as Conferências são “processos participativos que reúnem, com certa periodicidade, representantes do Estado e da sociedade civil para a formulação de determinada política”, o que necessariamente

passa pela escuta dos diversos segmentos e movimentos sociais. O diálogo entre os atores é sempre permeado pela narração de vivências familiares, profissionais, sociais, comunitárias e escolares.

As Conferências são nascedouros naturais de políticas públicas que deságuam não só, mas também, nas escolas públicas. A promoção do respeito aos direitos humanos e a luta do movimento LGBT para garantir direitos fundamentais têm encontrado nelas importantes e privilegiados espaços para a sua discussão.

Além do empoderamento e da visibilidade daqueles/as que lutam para garantir espaço digno na sociedade, não há como ignorar que as Conferências são também palcos de surpresas, divergências e discussões acaloradas diante dos debates de diferentes pontos de vista sobre uma mesma temática.

De acordo com levantamento publicado pela Secretaria Geral da Presidência da República, o Brasil realizou, desde 1941, 109 Conferências nacionais, 60% das quais ocorreram no período 2003-2009 (COSTA, 2010). Segundo dados do IPEA⁴², de 2003 a 2011, foram realizadas 82 Conferências nacionais.

As 20 Conferências nacionais que compõem o conjunto temático minorias desdobram-se em nove temas ou áreas de políticas, cada qual correspondente a um grupo social e cultural historicamente excluído do cenário político brasileiro. Os nove temas de conferência nacional são: “direitos da pessoa idosa”, “direitos da pessoa com deficiência”, “gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”, “povos indígenas”, “políticas públicas para as mulheres”, “direitos da criança e do adolescente”, “juventude”, “promoção da igualdade racial” e “comunidades brasileiras no exterior”. Destas nove áreas de políticas para minorias sociais e culturais, oito passaram a ser objeto de conferência nacional a partir de 2003 (POGREBINSCHI, 2012 p.11).

Nas Conferências, sejam municipais, distritais, regionais, estaduais ou nacionais, tenta-se estabelecer uma nova forma de proposição, elaboração e implementação de políticas públicas. Nelas se consolida a prática democrática participativa para os mais diversos públicos.

Várias ações demandadas pela sociedade civil passaram a compor a pauta dos governos, algumas com o objetivo de combater a violação dos direitos humanos

⁴² O Ipea disponibilizou em 2013 três bases de dados sobre as Conferências realizadas. A primeira reúne dados sobre o perfil e atuação de 767 conselheiros nacionais; a segunda sistematiza informações dos atos normativos dos 24 colegiados pesquisados; a terceira contém informações a respeito das formas de organização e regras de participação das conferências nacionais.

e garantir direitos aos múltiplos sujeitos que compõem a sociedade brasileira. Uma importante inovação é a ascensão das políticas de identidade para os grupos vulneráveis,⁴³ cada vez mais mobilizados, exigindo reconhecimento e respeito por parte da sociedade, como é o caso da população LGBT. Para este público foram realizadas, em Brasília, duas Conferências Nacionais. A primeira em 2008, na qual foram indicadas as bases para a implantação de uma política de promoção da cidadania e dos direitos humanos para a população LGBT. “Sua realização, inédita entre todos os países, se tornou referência para a promoção das políticas públicas dessa população”⁴⁴.

O movimento gay e lésbico coloca, ao mesmo tempo, tacitamente, com sua existência e suas ações simbólicas, e explicitamente, com os discursos e teorias que produz, ou a que dá lugar, um certo número de questões que estão entre as mais importantes das ciências sociais e que, para alguns, são totalmente novas (BOURDIEU, 2010, p. 144).

A segunda Conferência⁴⁵, realizada em 2011, teve como tema central: “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT”.

À medida que novas demandas surgem, novos e contraditórios posicionamentos se apresentam. Um dos entraves destacados durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT para o desenvolvimento mais célere de políticas para essa população encontra-se nas complexas relações entre religião e homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia⁴⁶.

Dados coletados pela pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2009) demonstraram a influência da religião na aceitação da população LGBT. Entre os evangélicos, 31% têm tendência a comportamentos homofóbicos; entre os católicos, 24%, 15% dos praticantes do candomblé e 10% entre dos kardecistas. As

⁴³ A exigência de justiça social e proteção de direitos violados para determinados grupos contribuem para a elaboração de novas políticas públicas, como são exemplos as cotas para afrodescendentes nas universidades públicas brasileiras.

⁴⁴ Texto base da 2ª Conferência Nacional LGBT.

⁴⁵ Na 2ª Conferência LGBT foi concedido o Prêmio de Direitos Humanos ao ministro Luiz Carlos Ayres de Britto – Categoria LGBT 2011, em reconhecimento à sua atuação no inédito reconhecimento, junto a outros ministros e ministras, da união estável homoafetiva. A necessidade de pesquisas sobre o universo LGBT foi uma das reivindicações dos participantes da referida Conferência.

⁴⁶ Texto base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, que teve como tema: "Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais".

notícias e os fatos revelam o aumento de violações de direitos humanos alicerçadas em motivações homofóbicas, racistas e xenófobas que atentam contra a dignidade humana. Vários são os casos de humilhação, tortura e morte.

Muitas vezes, os esforços por meio das políticas públicas encontram resistência em outras esferas da sociedade e nos próprios parlamentares, como o comprova a ação da bancada parlamentar religiosa.

Discurso usual entre os participantes das Conferências LGBT é o da necessidade de se combater o crescente fundamentalismo religioso instalado nas diversas instâncias de poder, como comprovam os relatórios e as propostas apresentadas. Exemplo desse fundamentalismo pode ser constatado quando, após forte pressão da bancada religiosa da Câmara Federal, o Ministério da Educação e Cultura - MEC suspendeu a distribuição de milhares de “kits anti-homofobia”⁴⁷. A decisão foi tomada em 25/5/2011, pela presidenta Dilma Rousseff.

Para Mello (2005), a homofobia está associada ao fundamentalismo religioso e ao machismo. Indivíduos homofóbicos “costumam ser conservadores, rígidos e favoráveis à manutenção dos papéis sexuais tradicionais”. É preciso estar atento às influências das práticas e discursos produzidos nas estruturas religiosas sobre a realidade e vivência das pessoas LGBT. Faz-se necessária a defesa de um Estado laico no qual as políticas públicas sejam elaboradas com base na garantia e defesa da dignidade humana.

A despeito do cenário em tela, mesmo que as Conferências possam exercer pressão sobre os governos para a implantação de políticas públicas, para Cunha (2012), a questão que permanece é se esses novos espaços participativos também têm potencial de inclusão de estratos sociais em situação marginal na participação política.

⁴⁷ Para se pressionar contra a distribuição de dezenas de milhares dos chamados “Kit anti-homofobia” foi disponibilizada uma Petição Pública *online*. Na chamada para colher as assinaturas lia-se: “Somos contra o maior escândalo deste País, o KIT GAY. Não aceitamos que nossas crianças de 7, 8, 9 e 10 anos recebam esse tal de KIT GAY. Neste Kit Gay há 2 vídeos com o Título Contra homofobia, mas na verdade nesses vídeos contém mensagens subliminares para as nossas crianças, induzindo-as a homossexualidade. Uma coisa é preconceito... Outra coisa é fazer apologia ao homossexualismo!!!”. (*sic*) A Petição foi assinada por 36.944 pessoas. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=PROL>. Acesso em: 2/2/2013, às 12h54.

2.3 Gênero, diversidade sexual, heteronormatividade, homofobia e cidadania LGBT

A construção social e histórica do feminino e do masculino, seus papéis e as relações sociais entre os sexos, erigiram em nossa sociedade uma hierarquia onde os atributos ligados ao feminino remetem a uma condição de inferioridade. É preciso considerar a “natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1990).

Como explicitou Débora Britzman (1996), as identidades sexuais não são fixas, nem se instalam automaticamente nos indivíduos. Elas vão se construindo ao longo da vida. A identidade sexual está sendo constantemente rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades das experiências vividas, pela cultura popular, pelo conhecimento escolar e pelas múltiplas e mutáveis histórias de marcadores sociais como gênero, raça, geração, nacionalidade, aparência física e estilo popular. As questões de gênero perpassam todo o processo educacional, delimitando possibilidades para todos e todas nos espaços públicos e privados (TEIXEIRA *et al*, 2008).

O conceito de gênero configura-se como uma construção cultural contínua e histórica, sempre inconclusa e relacional. O gênero de cada indivíduo não é o único elemento a atuar na determinação da qualidade de vida, experiências e oportunidades. Não obstante, ser mulher ou homossexual pode corroborar, em dados momentos ou lugares, como elemento decisivo na inclusão ou exclusão desses indivíduos. Da mesma maneira que a origem, classe social, seus capitais escolares, financeiros, sexuais, religiosos, entre outros, podem atuar como vantagem ou desvantagem em determinada circunstância.

A categoria de gênero surgiu da necessidade de se dar visibilidade ao caráter social, esvaziando as explicações meramente biológicas sobre comportamentos e demais diferenças entre os sexos. Neste sentido, gênero refere-se à maneira pessoal de se perceber como homem ou mulher, o que contribui para definir os papéis masculinos e femininos. Tais papéis tendem a caracterizar a personalidade, o comportamento sexual, a aparência física, gestos, gostos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas, tanto do

homem quanto da mulher. Estas diferenças variam de sociedade para sociedade e são temporais. Estudiosos da área divergem quando à definição de uma orientação sexual como algo nativo, ou seja, alguns acreditam que os seres humanos podem flutuar nestas orientações sexuais durante a vida. Outros são mais taxativos em afirmar que se nasce homossexual. Diz Simone de Beauvoir no clássico *O Segundo Sexo*: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. O mesmo podendo ocorrer com os homens. Esta afirmação permite a todos/as experimentar possibilidades, mesmo que nunca o façam. Estas são, portanto, liberdades e não transgressões (Teixeira, 2012)⁴⁸.

De acordo com Louro (2008, p.21), o termo “gênero” foi utilizado por feministas anglo-saxãs objetivando romper com termos como “sexo” e “diferença sexual”, restritos à condição anatômica do indivíduo. Para a autora, a distinção focalizada no sexo biológico tem sido utilizada, ao longo da história, para justificar as desigualdades sociais entre homens e mulheres e é “imperativo” contrapor-se a esse tipo de argumento.

A estudiosa afirma também que para que sejam compreendidos o lugar e as relações entre homens e mulheres numa dada sociedade “importa observar [...] tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”. O que vai constituir, “efetivamente, o que é feminino ou masculino” é a forma como as características sexuais são “representadas ou valorizadas”. Não seriam as características sexuais propriamente ditas, mas “aquilo que se diz ou se pensa sobre elas”.

Simone de Beauvoir abordou a sedimentada condição de inferioridade feminina em suas diversas dimensões. Nas palavras da autora, cuja obra foi lançada em 1949:

A função do adorno é muito complexa: possui entre certos primitivos um caráter sagrado; mas seu papel mais habitual é completar a metamorfose da mulher em ídolo. Ídolo equívoco: o homem a quer carnal, sua beleza participará das flores e dos frutos, mas ela deve também ser lisa, dura, eterna como uma pedra. O papel do adorno é fazê-la participar mais intimamente da natureza e ao mesmo tempo arrancá-la dessa natureza; é dar à vida palpitante a necessidade imota do artifício. A mulher faz-se planta, pantera, diamante, madrepérola, misturando a seu corpo flores, peles, búzios, penas; perfuma-se a fim de exalar um aroma como a rosa e o lírio: mas penas, seda, pérolas, perfumes, servem também para esconder a crueza animal de sua carne, de seu odor. [...] Na mulher enfeitada, a

⁴⁸ A obra da Professora Adla Betsaida Martins Teixeira estava no prelo quando este estudo foi concluído.

Natureza está presente mas cativa, moldada por uma vontade humana segundo o desejo do homem (BEAUVOIR, 1980, p. 201).

De acordo com Weber (1991) “a submissão ao senhor garante a legitimidade das regras por este estatuídas”. Como desdobramento de tal postura, atributos ligados ao feminino passaram a ser vistos como inferiores.

Louro (1997) ressalta que, ao se compreender gênero como produzido nas e produzindo as relações sociais, não se deve pensar na representação de papéis masculinos e femininos nos quais homens e mulheres aprenderiam e assumiriam seus modos de vida, vestuário, preferências, lazer, relações de trabalho, práticas educativas e religiosas *etc.* Esse modo de pensar remete a análise “para os indivíduos e para as relações interpessoais”, não se examinando, nessa perspectiva, as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades e “as complexas redes de poder que constituem hierarquias entre os gêneros”.

Para as mulheres tal constructo implicou em perdas materiais e simbólicas e em legitimação de suas “inferioridades”. Para a população LGBT as experiências são ainda mais complexas e desafiadoras, se consideradas as práticas homofóbicas muito toleradas em sociedades heteronormativas.

Como mencionado anteriormente, os Princípios de Yogyakarta (2007) refletem o atual estado da arte da legislação internacional de direitos humanos relativos às questões de orientação sexual e identidade de gênero. Desta forma cabe ressaltar o trecho abaixo, norteador das reflexões contidas neste estudo.

Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Compreendemos identidade de gênero como sendo a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

Os impactos da inferiorização de seres humanos e de quaisquer práticas que marginalizem pessoas em função da sua orientação sexual são inaceitáveis, pois violam direitos fundamentais. A orientação sexual é, sem dúvida, um direito já conquistado, pelo menos no âmbito da lei.

A heteronormatividade ⁴⁹exclui aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos como “normais”. Os reflexos da norma imposta, ao longo da história, se materializam, muitas vezes nas práticas de *bullying* vividas e crescentemente denunciadas nas escolas brasileiras.

Encarados pelo ângulo da moral, as práticas e ideias sexuais que não se conformam aos padrões morais vigentes são considerados vícios, pois os seus contrários, os padrões são tratados como virtudes. O vício possui três sentidos principais. Em primeiro lugar, é disposição habitual para o mal (aproximando-se, neste caso, do pecado); em segundo lugar, é uma tendência ou impulso reprovável, incontável, decorrente de uma imperfeição que torna alguém incapaz de seguir sua destinação natural; é defeito (e, neste caso se aproxima da doença). Mas, em terceiro lugar, significa depravação e, neste terceiro sentido, vício é diretamente sinônimo de gosto ou prática sexual reprovado pela moral e pela sociedade. Assim, a palavra vício traz inscrita, em sua definição, a referência ao sexo (CHAUÍ, 1984, p.118).

Há ainda longo caminho a ser percorrido na efetiva garantia de direitos aos múltiplos sujeitos que compõem a sociedade brasileira. Compomos ainda uma sociedade com forte tradição patriarcal⁵⁰ e eurocêntrica, cuja tradição machista, elitista, patrimonialista e heteronormativa limita as ações e oportunidades, deixando à margem aqueles que ousam transgredir as normas de conduta, entre elas a heteronormatividade.

2.4 A homofobia em números

Estudos sobre o tema diversidade sexual ou condição escolar de homossexuais no Brasil ainda são incipientes e raras quando comparadas aos estudos sobre a condição da mulher ou sobre questões mais amplas de gênero e educação. Entretanto, algumas pesquisas recentes permitem identificar qual lugar a população LGBT tem ocupado na sociedade brasileira, como veremos a seguir.

A pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais”, realizada pela da Fundação Perseu Abramo

⁴⁹ A heteronormatividade diz respeito à “obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante” (BRITZMAN, 1996, p.79), refere-se ao enquadramento de qualquer pessoa dentro de normas integralmente masculinas ou femininas e considera ser a heterossexualidade a única orientação sexual normal.

⁵⁰ O conceito de patriarcado pode ser entendido como um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres e estabelecer e manter o controle sobre elas. (SAFIOTTI, 2004, p. 104)

(2009), apresenta o quão preconceituosa ainda é a sociedade brasileira quando se trata dos/das homossexuais. Os dados coletados revelaram que gays ficaram em 4º lugar (16%) entre as pessoas que os/as entrevistados/as menos gostariam de encontrar, depois de *usuários de drogas*, *pessoas que não acreditam em Deus* e *ex-presidiários*. Indagados/as sobre a existência ou não de preconceito⁵¹ contra as pessoas LGBT no Brasil, quase a totalidade dos/as entrevistados/as respondeu afirmativamente: 93% acreditam que existe preconceito contra travestis; 91%, contra transexuais; 92%, contra gays; 92%, contra lésbicas; e, 90%, contra bissexuais. Mas perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitiram sê-lo contra travestis; 28%, contra transexuais; 27%, contra lésbicas e bissexuais; e, 26%, contra gays. A pesquisa constatou ainda que as mulheres são 20% menos homofóbicas que os homens.

Esta mesma pesquisa revela ainda a relação entre homofobia e nível de escolaridade. Nela detectou-se que a escolaridade é um dos fatores de maior peso. Entre os que nunca frequentaram a escola, o índice de pessoas homofóbicas é de 52%, contra 10% dos que têm curso superior.

Ainda a Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (2009)⁵², realizada pela Fundação de Pesquisas Econômicas – FIPE por meio de convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, traz dados bastante reveladores do ambiente escolar. O comportamento em relação às pessoas homossexuais foi o que apresentou maior índice percentual de discriminação, com 72%, seguido do comportamento discriminatório em relação a pessoas portadoras de deficiência mental (70,9%),

⁵¹ Nos grandes centros brasileiros o gênero e as normas de gênero reafirmam-se como organizadores da apreensão sobre a homossexualidade, articulando-se com outras variáveis, tais como nível de escolaridade, classe, raça/etnia, religião, idade etc. A pesquisa Gravad confirmou uma menor rejeição à homossexualidade entre as mulheres: cerca de um terço delas a rejeitam, contra quase metade dos homens (apenas entre pentecostais as cifras quase se igualam). A aceitação da homossexualidade aumenta à medida que se elevam os níveis de escolaridade e de renda, mas em proporções distintas segundo o sexo/gênero: apresentam postura mais aberta cerca de 90% das mulheres e 69% dos homens cujas mães têm nível superior. Entre os homens mantém-se alta a definição da homossexualidade como “doença”: 22,7% contra 7,4% das mulheres. É extremamente alta a rejeição entre os homens com baixa escolaridade e entre os que ainda não se iniciaram sexualmente: 72,9% e 62%. A pesquisa foi realizada, em 2002, com jovens de 18 a 24 anos, em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. (HEILBORN *et. al.*, 2006, p. 224-227 e segs., *apud* JUNQUEIRA, 2009, p.24).

⁵² A pesquisa contou com uma amostra de 18.599 pessoas de cinco diferentes públicos presentes no ambiente escolar: 15.087 estudantes; 1.004 professores(as) de português e matemática; 501 diretores(as) de escolas; 1.005 profissionais de educação e 1.002 pais, mães, responsáveis e membros do Conselho Escolar.

ciganos (70,4%), portadores de deficiência física (61,8%), índios (61,6%), moradores da periferia e/ou de favelas (61,4%), pessoas pobres (60,8%), moradores e/ou trabalhadores de áreas rurais (56,4%) e negros (55%).

Igualmente significativos são os dados coletados na pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte durante a 8ª Parada do Orgulho GLBT em 2005. Nela, 44,7% dos/as entrevistados/as alegaram ter sofrido alguma forma de discriminação no ambiente escolar. A mesma pesquisa registra que a escola ocupa o terceiro lugar em discriminação, após a família e os lugares públicos de lazer.

Outra pesquisa realizada pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência – ABRAPIA (2002) sobre as práticas de *bullying* em nove escolas públicas e duas particulares⁵³ da cidade do Rio de Janeiro revelou que 40,5% dos/as alunos/as admitiram estar diretamente envolvidos em atos de *bullying* e 60,2% afirmaram que o *bullying* ocorre mais frequentemente dentro das salas de aula.

Quando se trata de alunos/as homossexuais a situação não tem se mostrado diferente, como o comprova a veiculação diária em jornais, revistas, sites de notícias, *homepages* e *blogs*.

As sexualidades têm sido tratadas com base em crenças morais, provenientes de discursos religiosos, científicos, educacionais, entre outros. Essas crenças só serão questionadas quando passarem por um debate fundamentado nos direitos de cidadania. [...] Esses direitos devem informar educandos/as e servir de orientação para uma educação que os prepare para os direitos de cidadania relacionados à diversidade sexual (TORRES, 2010, p.36).

Os dados aqui expostos indicam a necessidade de estudos e pesquisas mais específicas que, livres de tabus, investiguem e abordem temáticas relativas ao universo LGBT.

Pouco se sabe sobre eventuais distinções de desempenho acadêmico entre estudantes homossexuais e heterossexuais, quanto à ocorrência de *bullying*, agressões verbais, físicas e evasão escolar. Tampouco se sabe em quais dos diversos espaços e atividades escolares a vivência de situações discriminatórias e

⁵³A pesquisa foi realizada com 5.337 alunos da 5ª à 8ª séries.

práticas homofóbicas estariam mais presentes, chegando a afetar o desempenho escolar.

A organização escolar corrobora ativamente para a permanência das discriminações de gênero em nossa sociedade. Tais questões “perpassam todo o processo educacional, delimitando possibilidades para meninas e meninos, mulheres e homens, tanto no âmbito público quanto privado” (Teixeira, 2010, p.2).

Tampouco se sabe sobre as trajetórias escolares de homossexuais que obtiveram sucesso ou sobre quais figuras marcantes teriam contribuído positiva ou negativamente para o resultado escolar alcançado.

Devemos notar que o preconceito atinge toda a comunidade escolar – dos serviços ao/diretor/a. Enquanto o preconceito não for reconhecido como um sistema que regula as relações educacionais de toda a comunidade escolar, ficaremos procurando a homofobia nas pessoas. Por isso, nas ações contra todas as formas de discriminação, especificamente o preconceito baseado no heterossexismo, é preciso repetir que as diferenças de identidade de gênero e orientação sexual são direitos a serem reconhecidos (TORRES, 2010, p. 39).

A homofobia presente, de forma velada ou não, em maior ou menor grau, configura grave violação de direitos e traz consequências, nos espaços escolares, para o projeto de vida da população LGBT. Exemplo desta afirmação pode ser facilmente encontrado na mídia, como é o caso do garoto Roliver⁵⁴:

Um menino de 12 anos se suicidou em Vitória, no Espírito Santo, após ser alvo de *bullying* na escola. Segundo relatos, o aluno era humilhado, empurrado e xingado de "gay", "bicha" e "gordinho" pelos colegas. De acordo com um outro aluno da escola, as crianças fizeram uma roda ao redor de Roliver e começaram a hostilizar o garoto. Quando voltou para casa, o estudante se enforcou com o cinto da mãe (FOLHA DE VITÓRIA, 23/02/2012).

Para TORRES (2010):

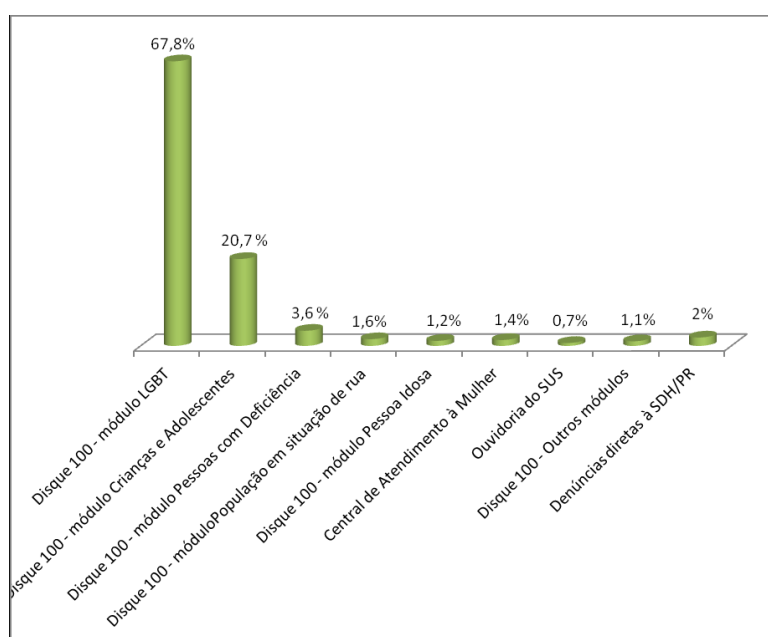
Os argumentos postos pelos direitos de cidadania da população LGBT são fundamentais para transformar a escola em um espaço de formação para a cidadania. As minorias sociais – os pobres e outros excluídos e marginalizados na comunidade escolar – revelam um espaço excludente a ser problematizado. Os movimentos e as lutas sociais têm auxiliado a educação nessa problematização, já que reafirmam a diversidade sexual (TORRES, 2010, p.38).

⁵⁴ O sobrenome do garoto foi retirado. O caso foi amplamente divulgado na internet.

Embora avanços sejam constatados, como o exemplifica a implantação de programas, projetos e ações citados neste trabalho, eles não têm sido suficientes para evitar as violações de direitos humanos e a sua recorrência.

De acordo com os dados obtidos por meio do Disque 100, a maioria das denúncias de violações de direitos estão no módulo LGBT. Foram 4.614 denúncias, o que corresponde a 67,8% do total conforme apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Violações denunciadas, segundo via de denúncia ao poder público federal, 2011.



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011 - Governo Federal (BRASIL, 2012, p.17)

Rebeca Grynspan (2012, *apud* Cruz, 2012), administradora-adjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e Subsecretaria-Geral da ONU, afirma que “a discriminação e o molestamento em famílias, escolas, no trabalho e na área militar, em razão da orientação sexual ou da identidade de gênero, levam as pessoas a deixarem a escola, impede-as de conseguir um emprego”.

Além de coibir quaisquer tipos de discriminação, trabalhar em favor dos direitos humanos, da igualdade e do pluralismo, é importante a promoção de ações para inclusão de grupos vulneráveis, como o fez o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao lançar, por meio do programa Justiça nas Escolas, uma cartilha *antibullying*

(SILVA, 2010). A cartilha visa envolver toda a sociedade na discussão sobre o problema. "Meninos homossexuais, desde muito cedo, sofrem assédio e até violência sexual nas escolas. É muito mais comum do que a gente imagina", afirma a autora⁵⁵.

Para Teixeira (2010), planejamento e política de igualdade de gênero na escola não terão efeito algum caso os indivíduos nas organizações de ensino não reconheçam a existência de discriminações de gênero no processo educativo e as suas consequências contraproducentes. A autora afirma que para que um docente ou uma escola auxiliem no processo anti-homofobia, é preciso que os próprios docentes e profissionais da escola se questionem sobre seus valores. Sem autocrítica e sem se aperceberem de seus preconceitos é improvável que possam desenvolver ações pedagógicas efetivas para empoderamento das vítimas e reeducação dos violadores.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada de acordo com as características da pesquisa qualitativa. Em seguida, são expostos os critérios de escolha dos indivíduos envolvidos na investigação e descritos o trabalho de campo, a escolha e a operacionalização dos procedimentos metodológicos de coleta e a análise dos dados.

Os procedimentos adotados foram submetidos e aprovados pelo Conselho de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais. A participação dos indivíduos no estudo foi formalmente solicitada, explicitada e consentida. A opção por não responder a quaisquer das questões foi respeitada durante a aplicação dos questionários e da realização das entrevistas.

Como mencionado, esta pesquisa buscou identificar as estratégias e características comuns no processo de escolarização de lésbicas e gays que vêm

⁵⁵ O texto da cartilha foi elaborado pela médica psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, autora também do livro "Bullying: mentes perigosas nas escolas".

obtendo sucesso escolar. Toma-se o sucesso como sendo o ingresso, por meio de vestibular, e a permanência nos cursos presenciais de bacharelado⁵⁶ mais concorridos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A pesquisa tem abordagem metodológica qualitativa, parte do pressuposto de que as experiências pelas quais cada indivíduo passa são importantes para a compreensão de uma dada realidade e de como ela é percebida pelos diversos sujeitos. As características básicas de uma pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994) são: ter como fonte direta de dados o ambiente natural e o pesquisador como instrumento fundamental; apontar o destaque da palavra escrita nesta abordagem, tanto para a obtenção de dados como para a disseminação dos resultados e obter, como preocupação essencial do investigador, o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida.

A abordagem qualitativa se mostra adequada ao grupo pesquisado e se justifica pela tradição compreensiva e interpretativa dos objetos de estudo.

Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado (PATTON, 1986 *apud* ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 131).

Nas análises feitas considera-se também o impacto previsto por Teixeira, (2010, p.530):

O impacto da micropolítica das organizações escolares que busca compreender como as organizações escolares afetam os indivíduos, suas identidades individuais e coletivas, indicando como a dominação ocorre de maneiras sofisticadas nas instituições de ensino.

Tendo em vista ainda o impacto da micropolítica, para Cynthia Epstein (1991) “as instituições e seus ambientes de trabalho não operam de modo neutro e uniforme uma vez que oferecem diferentes constrangimentos e oportunidades para cada grupo de gênero”.

⁵⁶ Foram entrevistados alunos dos cursos de Medicina e Direito por terem sido menos difíceis o acesso. Há uma clara distinção de perfis entre os alunos entrevistados de um e outro curso, o que pode se relacionar com o esforço necessário para ingresso. Em 2012 o curso de Direito teve 20,02 candidatos/vaga e o de Medicina, 54,03.

As estratégias metodológicas adotadas para responder aos objetivos desta pesquisa ocorreram em duas etapas:

- a) questionários exploratórios pré-teste, fechados e virtuais – Anexo 7.2;
- b) entrevistas semiestruturadas com estudantes da UFMG

Na primeira etapa, foram aplicados cem questionários pré-teste como etapa exploratória em uma Confraria de homossexuais. Objetivava fornecer uma percepção geral sobre questões de gênero nas trajetórias escolares de homossexuais, base necessária para aprimorar as questões para a segunda etapa, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes da UFMG.

As entrevistas tiveram o intuito de aprofundar e esclarecer questões, conferindo sentidos e significados às informações recebidas. Esta técnica de coleta de dados, “por sua natureza interativa, permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários” (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2004, p. 168). Ainda de acordo com estes autores, a técnica de entrevista permite ao pesquisador “compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana”.

A intenção das duas etapas foi compreender a percepção dos/das homossexuais sobre suas trajetórias escolares e identificar uma possível influência da orientação sexual sobre o resultado alcançado. Para CHAUI, (2000, p.155) a percepção:

[...] pode ser compreendida como uma experiência dotada de significação, isto é, o percebido é dotado de sentido e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências [...] a percepção envolve toda nossa personalidade, nossa história pessoal, nossa afetividade, nossos desejos e paixões, isto é, a percepção é uma maneira fundamental de os seres humanos estarem no mundo. Percebemos as coisas e os outros de modo positivo ou negativo, percebemos as coisas como instrumentos ou como valores, reagimos positiva ou negativamente.

Mesmo cientes que todo instrumento metodológico é limitado, optou-se por questionários exploratórios pré-teste, fechados e virtuais, para coleta dos dados iniciais. Tais questionários visavam esclarecer e introduzir o tema (ZIKMUND, 2006) e à familiarização com um assunto ainda pouco conhecido e explorado. Pouco se sabe sobre o impacto da orientação sexual sobre o desempenho de estudantes gays

e lésbicas. A principal finalidade desta etapa e de acordo com Gil (1999) foi “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. [...] O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados”.

William Foddy (2002, p.143) destaca algumas vantagens oferecidas pelo uso de questionários como recurso investigativo:

Permitem que os inquiridos respondam à mesma pergunta de modo a que as respostas sejam validamente comparáveis entre si; produzem respostas com menor variabilidade; propõem aos inquiridos uma tarefa de reconhecimento, por oposição a um apelo à memória, e, por isso, são de mais fácil resposta; produzem respostas mais facilmente analisáveis, codificáveis e informatizáveis.

Questionários e entrevistas são, como outros, recursos de coleta de dados que apresentam limitações, vantagens e desvantagens. No entanto, as vantagens elencadas se mostraram satisfatórias para responder aos objetivos propostos.

A opção por entrevistas semiestruturadas se deu devido à possibilidade de abranger questões abertas e fechadas. Ainda de acordo com William Foddy (2002, p.143):

Permitem aos inquiridos expressarem-se através das suas próprias palavras; não sugerem respostas (indicam o nível de informação de que os indivíduos dispõem; indicam o que é mais relevante no espírito dos inquiridos; indicam a intensidade dos sentimentos dos inquiridos) permitem identificar complexos quadros de referência e influências motivacionais; auxiliam a interpretação de respostas desviantes a perguntas fechadas.

As questões dos questionários da primeira etapa da coleta de dados foram testadas e incorporadas às entrevistas e permitiram incrementar e aprofundar alguns aspectos durante sua realização. As respostas foram a base para a realização das entrevistas. Estas seguiram a ordem de critérios de impessoalidade para personalidade, ou seja, iniciadas com questões que abordavam aspectos menos íntimos das experiências escolares para aspectos mais íntimos. Tal alternativa possibilitou ganhar a confiança dos/as entrevistados/as para o necessário aprofundamento das questões e o conhecimento de aspectos mais sensíveis das vivências desses/as homossexuais durante a trajetória escolar.

A utilização de expressões, comentários ou outras referências, diretas ou não, dos participantes, só foram incluídas após expressa autorização. Foram

mantidas em sigilo as identidades daqueles que contribuíram para o estudo, respeitando os acordos de confiabilidade e cuidados éticos exigidos.

A escolha por indivíduos de orientação sexual lésbica e gay se deve à hipótese de que as experiências vividas por eles/elas são diferentes das vividas pelos heterossexuais. São, também, distintas das experiências de travestis, transexuais e transgêneros, cujas trajetórias costumam ser fortemente marcadas, como demonstram os estudos realizados por Junqueira, 2009; Peres, 2009 e, Almeida, 1995.

Na segunda etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes dos cursos de Direito e Medicina da UFMG.

Fundada em 7 de setembro de 1927, a UFMG é uma importante instituição federal de formação e pesquisa do Brasil. Em 2010, recebeu 70.113 inscrições para o vestibular em 75 cursos ofertados. Abriga na graduação 30.957 estudantes; na especialização, 7.061; na residência médica, 402; no mestrado, 3.936; e, no doutorado, 3.439 estudantes.

O número de inscritos por vaga no vestibular, implicando em maior competitividade, foi o critério adotado inicialmente para a seleção dos cursos que seriam focalizados nesta pesquisa. O curso de Medicina (54,03 candidatos/vaga) e Engenharia Química (23 candidatos/vaga) teriam sido ideais. Contudo, diante das dificuldades encontradas, o curso de Engenharia Química deu lugar ao de Direito (20,02 candidatos/vaga). Além da concorrência no vestibular, foram considerados ainda, a idade de ingresso na Universidade e a idade na qual são mais comuns as violações de direitos dos/das homossexuais.

A seguir detalhamos as etapas do trabalho de campo.

3.1 Confraria: questionários exploratórios

Entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012 foram disponibilizados os questionários na rede social da Confraria⁵⁷, formada por homossexuais com perfis heterogêneos. Eles permitiram coletar dados gerais referentes à autodenominação, identificar as nuances das experiências vividas durante a trajetória escolar, além de melhor contextualizar, incrementar e testar as questões para as entrevistas semiestruturadas da segunda etapa.

O tempo gasto para aplicação dos questionários, contendo 12 questões, variou entre 3 e 4 minutos. Todas as questões foram tabuladas, analisadas e comparadas em planilhas do Microsoft Excel. Aquelas que dialogaram mais proximamente com o objeto pesquisado foram incorporadas ao texto. As demais podem ser consultadas no Anexo 7.5 - Tabelas.

3.2 Estudantes da UFMG: entrevistas semiestruturadas

Na segunda etapa da coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes dos cursos de bacharelado em Medicina (uma lésbica e um gay) e de Direito (uma lésbica e um gay).

Conseguir os estudantes para as entrevistas demandou esforço e empenho consideráveis. A greve das universidades públicas, em 2012, coincidiu com o período e as buscas feitas nas redes sociais virtuais, no vasto universo de *e-mails* de amigos, ex-alunos, estudantes de mestrado e doutorado da UFMG, e professores não surtiram qualquer resultado.

O estudante gay do curso de Direito foi indicado por uma colega de trabalho, a lésbica do mesmo curso por um integrante do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UFMG. Em um *workshop* sobre homofobia um aluno heterossexual do curso de Medicina indicou colegas de curso que concederam as entrevistas.

⁵⁷ A Confraria é do município de Belo Horizonte - MG. Seu nome não será revelado devido aos acertos de confiabilidade e cuidados éticos que pautam esta pesquisa. O termo *Confraria* significa, de acordo com o Dicionário Houaiss³, “conjunto restrito de pessoas unidas por um liame comum, profissional, corporativo ou outro; sociedade, associação”.

O objetivo das entrevistas foi analisar o impacto da orientação sexual sobre o desempenho e a permanência de estudantes lésbicas e gays nos espaços escolares e identificar as estratégias adotadas para o seu ingresso e permanência nos cursos de Direito e Medicina, bem como conhecer e esclarecer aspectos relevantes vivenciados durante a trajetória escolar e identificar qualitativamente as experiências de sucesso.

As questões para as entrevistas foram elaboradas a partir dos dados coletados nos questionários e dos estudos realizados por autores que tratam da temática de gênero e sexualidade, entre outros, Debbie Epstein, 1994, 1998 e 2000; Eribon, 2008; Ferrari, 2008; Junqueira, 2009; Louro, 1997, 1999, 2004 e 2008; Luiz Neto, 2004; Page e Liston, 2002; e Stoll e Fink, 1996. Para a análise do impacto da micropolítica das organizações⁵⁸ escolares foram usados os trabalhos de Teixeira.

O conceito de ação estratégica foi trabalhado de acordo com Habermas (1987), por privilegiar a perspectiva dos atores na compreensão dos processos sociais.

Para a análise das perspectivas das relações sociais foram utilizados os estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu 1977, 1979, 1980, 1983, 1989, 1990, 1998, 2004 e 2010, mais especificamente os conceitos de *habitus* e capital cultural.

As entrevistas incorporaram ainda quatro outros aspectos que nortearam a coleta de dados junto aos estudantes da UFMG:

- a) Comparar o nível de aspiração de escolarização com o nível alcançado – esta questão buscou identificar obstáculos durante a trajetória escolar de lésbicas e gays;
- b) Compreender as percepções de lésbicas e gays sobre suas experiências escolares, mais especificamente sobre elementos positivos e negativos para o sucesso acadêmico frente à orientação sexual – pretendeu-se com tal questão identificar os sentimentos diante das situações, favoráveis ou não, vivenciadas por lésbicas e gays no espaço escolar (acolhimento,

⁵⁸ A dimensão micropolítica das práticas no cotidiano refere-se às ações dos sujeitos que, em meio à esfera de normatividade social, podem, até mesmo sob a aparência de reprodução, transgredir ou estabelecer outros processos de organização social imbricados nas condições de existência vigentes (CERTEAU, 2002).

proteção, orientação, amizade, intimidação, isolamento, mágoa, estresse, assédio, humilhação, desqualificação e agressão);

- c) Identificar a possível relação entre orientação sexual e oportunidades de escolarização – pretendeu-se por meio desta questão conhecer o impacto da orientação sexual sobre o nível de escolarização alcançado;
- d) Identificar as estratégias que contribuíram para o sucesso escolar de lésbicas e gays, seja para o ingresso ou permanência dos estudos no ensino superior – o objetivo foi conhecer quais as atitudes adotadas e quais os seus impactos sobre os resultados alcançados.

As entrevistas duraram entre 50 e 100 minutos. Foram feitas à noite, uma na biblioteca da Faculdade de Letras da UFMG e três em aconchegantes e silenciosos cafés, escolhas feitas pelos/as entrevistados/as. Os contatos foram feitos inicialmente por *e-mails* e em seguida por telefone. Uma vez localizados/as os/as estudantes que se dispusessem a participar não foram encontradas outras dificuldades.

As entrevistas permitiram maior aproximação, interação com os estudantes e reflexão sobre a temática. Permitiram ainda, a partir dos dados colhidos nos questionários, obter esclarecimentos que relacionavam orientação sexual e acesso à educação; identificar relações entre orientação sexual e oportunidade de escolarização; e comparar os níveis de aspiração de escolarização com conquistas profissionais, pessoais e materiais, o que facilitou a apreensão da dimensão da subjetividade⁵⁹ do sujeito. Tais entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas pela pesquisadora e constituem a principal fonte de dados da pesquisa.

Os dados coletados durante as entrevistas foram separados em 6 (seis) eixos de análise, para os quais uma cor foi definida, de acordo com o conteúdo que apresentavam e das questões que se buscou investigar, conforme quadro a seguir:

⁵⁹ A subjetividade foi trabalhada na perspectiva histórico-cultural (GONZÁLEZ REY, 2005), segundo a qual o sujeito é interativo, ativo, comunicativo e, fundamentalmente, emocional. Não corresponderia, portanto, a uma identidade fixa e imutável.

Quadro 1 – Eixos de análise das entrevistas

EIXOS DE ANÁLISE	1. Identificação (azul)	✓ Origem social
	2. Nível de aspiração de escolarização (vermelho)	✓ Formação escolar ✓ Percalços durante a trajetória escolar
	3. Percepções sobre suas experiências escolares (verde)	✓ Elementos positivos e negativos para o sucesso acadêmico frente à orientação sexual ✓ Sentimentos diante das situações vivenciadas pelas/os lésbicas e gays no espaço escolar
	4. Relação entre orientação sexual e oportunidade de escolarização (laranja)	✓ Impacto da orientação sexual sobre o nível de escolarização alcançado
	5. Estratégias que garantiram sucesso escolar a lésbicas e gays (roxo)	✓ Atitudes adotadas e seus impactos sobre os resultados obtidos
	6. Outras análises: <u>Sublinhado</u>	✓ Postura dos professores ✓ Casos vivenciados de dificuldades relacionadas à orientação sexual

A formulação das categorias de análise foi definida pelos sentidos e significados de frases e palavras que esclareceram opiniões, posicionamentos e comportamentos. A análise do conteúdo considerou três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977, p.95). Ainda de acordo com o mesmo autor, a análise dos dados é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Uma vez identificado os conteúdos e temas comuns ou relevantes, procedeu-se à análise de conteúdo proposta por Bardin, uma técnica de tratamento

de informações que pode ser utilizada na interpretação de dados nas abordagens qualitativas, na medida que contribui para torná-los inteligíveis e faz emergir sentidos e significados. Na fase de inferência e interpretação foram focalizados os conteúdos por meio do estudo aprofundado das informações obtidas.

Os dados coletados nas duas etapas, questionários e entrevistas, devidamente analisados são apresentados no Capítulo 4, mais especificamente: 4.1 Explorando o universo homossexual a partir de uma Confraria; 4.2 Entendimento das trajetórias escolares a partir de estudantes da UFMG; 4.2.1 Estudantes homossexuais e suas estratégias e 4.2.2 Reflexões a partir das entrevistas com estudantes da UFMG.

4. CONTATO COM O CAMPO DE PESQUISA

A Confraria com a qual foi realizada a etapa exploratória é de Belo Horizonte, composta por 205 (duzentos e cinco) homossexuais, conforme registra o seu livro de criação, no qual é formalizada a adesão e são estabelecidos os critérios para a participação. Além de encontros mensais são desenvolvidas ações de ajuda, tais como campanhas solidárias de livros, roupas, remédios, alimentos e se realiza uma festa anual, da qual participam somente congreiras e confrades⁶⁰.

Os questionários foram disponibilizados no grupo virtual criado com o mesmo nome da Confraria, hospedado em um provedor de conteúdos de internet, com o intuito de facilitar a comunicação e organizar atividades e eventos do grupo. Os questionários tiveram objetivo exploratório, uma vez que visavam esclarecer alguns aspectos do universo homossexual e introduzir o tema. Foram coletados dados gerais referentes à autodenominação e à experiência de se ser homossexual e estar no espaço escolar. Buscou-se detectar, inicialmente, uma possível relação entre orientação sexual, oportunidade de escolarização e opção profissional. Tal estratégia permitiu uma reflexão sobre o universo homossexual e melhor elaboração das questões para as entrevistas semiestruturadas com os estudantes da UFMG.

⁶⁰ O contato com a Confraria foi primeiramente negociado com o gerenciador/moderador do grupo. As campanhas realizadas são normalmente para instituições que não têm relação com o grupo, mas sim com um/uma participante que apresenta a necessidade e propõe a ação.

Dos 100 questionários, cinquenta e seis foram recebidos por meio do grupo virtual, trinta e um aplicados por telefone e treze, pessoalmente.

O contato por telefone foi feito somente com aquelas pessoas que apresentaram dificuldade para preencher e anexar o questionário para o envio de forma virtual. Em treze dos telefonemas, novas situações revelaram a necessidade da aplicação de forma direta.

Embora a aplicação de alguns questionários por telefone ou pessoalmente pudesse vir a dar um viés de entrevista à coleta dos dados, essa alternativa possibilitou resolver dificuldades para o alcance da amostra definida no projeto de pesquisa. Em tais ocasiões o questionário foi aplicado tomando o cuidado de não fugir às questões propostas, apesar de ter havido uma interação mínima entre confrreira e pesquisadora.

Com parte dos confrades e das confreriras que se dispuseram a responder por telefone foi necessário agendamento para novo contato em outro dia e hora, depois da afirmação de que no lugar no qual se encontravam no momento não era possível tratar “do assunto”.

Em alguns casos, embora a pessoa tenha apresentado disponibilidade para falar ao telefone, após o objetivo do estudo ser explicitado desculpas eram dadas, tais como: “prefiro que envie para o meu *e-mail*” ou “lhe retornarei a ligação, neste momento não posso”. Nestas situações nenhum questionário foi conseguido, *e-mails* não foram respondidos e ligações não retornadas. É possível que tal silêncio sinalize desinteresse em participar da pesquisa, ou ainda, dificuldade para se falar do assunto e se expor.

4.1 Explorando o universo homossexual a partir de uma Confraria

Os questionários respondidos permitiram delinear o perfil da Confraria e melhor identificar aspectos do grupo investigado.

O grupo respondente era constituído da seguinte forma:

Tabela 1⁶¹ - Características gerais dos/das homossexuais da Confraria

%	Perfil
91%	Mulheres
92%	Pessoas acima de 39 anos (64% acima de 50 anos)
72%	Ensino superior completo e/ou especialização (5% com mestrado/doutorado).
25%	Estudaram em escolas públicas
33%	Estudaram em escolas particulares
42%	Estudaram em escolas públicas e particulares
20%	Formação profissional em administração e ciências contábeis
18%	Formação profissional em educação
9%	Formação profissional em economia
7%	Enfermagem
6%	Engenharias (demais áreas ficaram abaixo de 5%)

A opção por um grupo maduro para um primeiro contato com o campo de pesquisa se deu devido à possibilidade de um comparativo entre duas gerações e às mudanças sociais ocorridas, principalmente, a partir da globalização, da internet e da exposição⁶² que as novas gerações têm vivido. Para ERIBON (2008, p.51), as redes de amizade são muito importantes para os gays mais velhos, principalmente quando cessam de participar das vidas dos bares e dos lugares de paquera.

Quanto à orientação sexual, 55% das congreiras e confrades se declararam homossexuais, 16%, lésbicas, 14%, bissexuais, 7%, gays, 7% não se definiram e apenas 1% não respondeu. O questionário oferecia ainda as opções: travesti, transexual, transgênero e outra, opções não assinaladas.

Tabela 2 – Orientação sexual

Você se considera	Totais
Homossexual	55%
Lésbica	16%
Bissexual	14%
Gay	7%
Não me defino	7%
Em branco	1%

Diante da complexidade para se relacionar as múltiplas categorias profissionais nos tempos atuais, foram adotadas aquelas utilizadas pelo Conselho

⁶¹ Os questionários geraram 13 tabelas, nem todas incorporadas ao texto. As demais podem ser consultadas no Anexo 7.5 - Tabelas, na página 111.

⁶² Exemplos inequívocos da exposição atual dos grupos homossexuais podem ser obtidos nas referidas Conferências para discussão de políticas públicas para a população LGBT, nas atividades da militância, na exposição em diversas mídias, nas agências de turismo especializadas ou nas paradas gay.

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Embora o questionário permitisse a inclusão de outras categorias profissionais, o grupo pesquisado se identificou com as alternativas apresentadas, o que talvez se justifique por ser notadamente sênior.

Com o objetivo de mensurar o grau de satisfação ou frustração, além da adaptabilidade desses sujeitos às possibilidades e limitações que a sociedade impõe, questionou-se sobre o nível de escolaridade. Para 53% das pessoas o nível de escolaridade está dentro do pretendido, 46%, abaixo e 1% considerou a formação acima do pretendido. Apenas uma advogada afirmou haver influência da orientação sexual sobre a escolha profissional, 3% afirmaram ter influenciado em parte e 96% não identificaram qualquer relação entre a orientação sexual e a escolha da profissão (vide anexo 7.5 - Tabelas 11 – Aspiração por Escolaridade e 12 – Orientação sexual e escolha profissional).

Embora 46% dos/as questionados/as tenham considerado seu próprio nível de escolaridade abaixo do pretendido, os dados coletados não permitem relacionar a orientação sexual com possíveis percalços que teriam impedido o alcance do nível desejado. Some-se a isto o reduzido número de universidades disponíveis à época para essa geração.

Quando questionados/as sobre quando assumiram publicamente a homossexualidade, 48% nunca assumiram, 34% somente assumiram na fase adulta, 14%, durante a adolescência e puberdade, e 2% afirmaram tê-la assumido na infância.

Tabela 3 – Afirmação pública da homossexualidade

Quando se assumiu publicamente	Totais
1 Nunca assumi	48%
2 Fase adulta	34%
3 Adolescência	10%
4 Puberdade	4%
5 Infância	2%
6 Em branco	2%

A questão que investigaria a percepção quanto a como foi ser homossexual durante a trajetória escolar ficou com surpreendentes 41% das respostas em branco. Vinte e cinco por cento classificaram como boa, 13%, como excelente, e para 21% a experiência foi ruim ou péssima.

Tabela 4 – Vivência homossexual e espaço escolar

Você classificaria sua vivência		Totais
1	Em branco	41%
2	Boa	25%
3	Excelente	13%
4	Ruim	11%
5	Péssima	10%

Os questionários não permitiram classificar os impactos da vivência da homossexualidade durante a trajetória escolar. Conforme dito, 41% das questões que apurariam este dado não foram respondidas. Estas omissões pode se relacionar com a idade com a qual esses indivíduos assumiram a homossexualidade, o que pode indicar que muitos/as a tenham assumido depois do processo de escolarização. Assim, não sofreram preconceito, discriminação ou *bullying*, práticas comuns à população LGBT, sobretudo nas escolas públicas, como tem sido divulgado pelas mídias.

Durante as conversas mantidas com alguns membros da Confraria foi comum ouvir “só não assumi [a homossexualidade] no trabalho e para a família, mas eles sabem”. O que, salvo melhor juízo, é diferente de transitar desembaraçadamente pelos espaços, como fazem os heterossexuais em uma sociedade de óbvia heteronormatividade.

Finalmente, a última pergunta, aberta, permitiu conhecer as escolhas religiosas. Os dados mostraram que 54% dos inquiridos se classificaram como católicos, praticantes ou não; 17%, espíritas, 15% não têm religião, 5% acreditam em Deus, 4%, espiritualistas, 2%, ateu/ateia e com 1% cada, cristãos, agnósticos e budistas (vide tabela 13 – Perfil Religioso). Ninguém do grupo se declarou evangélico ou pertencente a uma religião mais conservadora ou ortodoxa.

Se relacionado o nível de escolaridade ao fato de serem todos brancos e o contato pessoal com alguns integrantes, pode-se afirmar que o grupo pertence à classe média ou média alta.

Como visto na tabela 3 o fato de não se assumirem pode indicar que a orientação sexual desses confrades e confreriras seja assumida apenas em determinados contextos e grupos. Tal postura garantiu que passassem incólumes da educação infantil ao ensino médio, não tendo sido alvos dos atos de discriminação e preconceito em razão da orientação sexual. Também é possível que não tenham

consciência de qualquer possível influência entre orientação sexual e opção profissional ou, ainda, que a grande maioria das lésbicas – 91% do grupo, cujos destinos “naturais” em uma sociedade heteronormativa seriam casamento e filhos, nem cogitassem ou entendessem seus sentimentos contrários à expectativa social.

Cabe considerar que as escolas, públicas ou privadas, frequentadas por esse maduro grupo de homossexuais, viviam à época, além da ditadura militar (1964-1985), problemas distintos dos apresentados atualmente, como homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, as diversas formas de *bullying* e tantos outros. A conjuntura política certamente afetou as formas de agir e estar na sociedade.

Percebe-se, entre os/as militantes que se manifestam nas Conferências e na rotina do trabalho diário no âmbito dos Direitos Humanos, a utilização dos termos lésbica, gay e transgênero como marcadores identitários importantes para o grupo LGBT. Salientam a relevância dos termos para o reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos detentores de direitos e para a legitimação das suas reivindicações.

Em dias atuais, a luta dos militantes é para tornar a homofobia, no mínimo, tão reprovável quanto o racismo.

Segundo Luiz Neto (2004), a invisibilidade dos/das homossexuais nos espaços escolares “permanece oculta na escola, vindo à tona somente nos casos de violência ameaçada ou perpetrada, quando um estudante se revela ou é considerado gay ou lésbica pelos demais”. Enquanto a maioria dos travestis, transexuais e transgêneros que impõem, em dias atuais, de forma inequívoca⁶³ seu gênero sexual sofrem preconceito, discriminação e *bullying*, o mesmo pode não ocorrer com aqueles que muitas vezes, por escolha pessoal ou contingências sociais, passam “despercebidos” na escola.

Para Soares (2004) a invisibilidade:

⁶³ Quando uma pessoa do sexo masculino passa a se identificar com o gênero feminino, tendo realizado ou não uma cirurgia de mudança de sexo, é comum fazer uso de acessórios que a caracterizem de acordo com o seu novo *status*: batons, esmaltes, brincos, colares, calçados. O mesmo ocorre com as pessoas de sexo feminino que passam a se identificar com o gênero masculino e passam a utilizar também vestimentas e acessórios de acordo com nova identidade de gênero que assumiram.

[...] decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Uma das formas mais eficientes para tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos (SOARES, 2004, p.132).

A Confraria era composta majoritariamente por mulheres, 16% das quais se declararam lésbicas. Cabe registrar que, mesmo sendo o termo homossexual um adjetivo de dois gêneros, tanto a literatura quanto as pesquisas mais recentes referem-se a “lésbica” e “gay” para homossexuais do sexo feminino ou masculino, respectivamente. Muitas confradeiras declararam achar a palavra “lésbica” de conotação pejorativa, preferindo se identificar como homossexual ou gay. A geração dessas mulheres usava o termo “entendida”⁶⁴ para “lésbica”. Identificavam, assim, sua orientação sexual, sem, entretanto, serem expostas abertamente aos preconceitos vividos naqueles tempos. A palavra é dicionarizada, mas não é de uso corrente nas novas gerações.

No que diz respeito à possível relação entre orientação sexual e escolha profissional, Didier Eribon (2008) relata a tendência que os/as homossexuais teriam na escolha de certos tipos de profissões “artísticas” (não manuais), ou, no interior das carreiras e dos ofícios uma distância que os/as levariam a serem, por exemplo, jornalistas, no âmbito cultural mais que no comercial; ou advogados/as, especializados no direito autoral, mais que no direito comercial. Contudo, não foi possível identificar, entre os confrades e confradeiras, qualquer relação significativa, 96% declararam não identificar influência da orientação sexual sobre a escolha da profissão.

Os dados apresentados podem indicar importantes diferenças comportamentais devido à diferença de idade e ao período histórico no qual cada um dos dois grupos – Confraria e estudantes – esteve no espaço escolar.

⁶⁴ O termo “entendida”, segundo o Dicionário eletrônico Houaiss, versão 3.0, usado como tabuísmo, é “quem pratica, ou apenas aceita, comportamentos sexuais variados, esp. o homossexualismo”. Embora o dicionário assim o traga, sabe-se que o correto é referir à homossexualidade e não ao homossexualismo, pois o sufixo *‘ismo’* remete a doença.

4.2 Entendimento das trajetórias escolares a partir de estudantes da UFMG

Como mencionado, foram realizadas entrevistas com duas lésbicas e dois gays dos cursos de Direito e Medicina, na faixa etária entre 19 e 24 anos, cujo ingresso na UFMG foi pelo vestibular.

O objetivo das entrevistas foi conhecer e esclarecer aspectos relevantes vivenciados durante a trajetória escolar e identificar as estratégias adotadas que favoreceram o sucesso.

A coleta dos dados foi prejudicada devido à dificuldade para localizar os/as estudantes dentro do perfil necessário e que se dispusessem a participar da pesquisa. Neste sentido, cabe indagar sobre os desdobramentos preconceituosos aos quais os coletivos LGBT se expõem ao se revelarem e qual o impacto desta sociedade heteronormativa que os levaram a se negar a falar sobre algo que sofreram na pele.

É provável que muitos/as prefiram, por contingências sociais, permanecer na invisibilidade. Para BOURDIEU (2010), “a opressão como forma de invisibilização traduz uma recusa à existência legítima, pública [...] e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se então, explicitamente, a discrição ou a dissimulação que o homossexual é ordinariamente obrigado a se impor”.

O nível de preparo dos/as entrevistados/as foi surpreendente. Além de muito à vontade para falar da própria orientação sexual, demonstraram conhecimento do *bullying* sofrido por estudantes LGBT.

4.2.1 Estudantes homossexuais e suas estratégias

Considerando que esta pesquisa utilizou Bourdieu para a análise sociológica, mais especificamente os conceitos de *habitus* e *capital cultural*, faz-se necessário apresentar e explicitar a origem social dos participantes, uma vez que a trajetória escolar exitosa se relaciona ao que tudo indica - no caso em tela - também com a condição financeira e social desses/as estudantes.

... [habitus é um] modo de engendramento das práticas, condição de construção de uma ciência experimental da dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. [...] as práticas que o habitus produz (enquanto princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevistas e sem cessar renovadas) são determinadas pela antecipação implícita de suas consequências, isto é, pelas condições passadas da produção de seu princípio de produção de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em última análise, o produto.[...] O habitus está no princípio de encadeamento das 'ações' (1983, p.60-61).

Os/as entrevistados/as apresentaram alguns sinais da classe social à qual pertencem, como preparo intelectual, postura, aparência bem tratada e fluidez para tratar do tema. Este conjunto de atributos provavelmente se relaciona a uma herança cultural familiar e os/as situaria, no mínimo, num grupo de classe média ou média alta.

Basta dizer – embora seja bem mais complicado – que os dominantes só aparecem como distintos porque, tendo de alguma forma nascido numa posição positivamente distinta, seu habitus, natureza socialmente constituída, ajusta-se de imediato às exigências imanentes do jogo, e que eles podem assim afirmar sua diferença sem necessidade de querer fazê-lo, ou seja, com a naturalidade que é a marca da chamada distinção “natural”: basta-lhes ser o que são para ser o que é preciso ser, isto é, naturalmente distintos daqueles que não podem fazer a economia da busca de distinção (BOURDIEU, 1990, p. 23-24).

Guardadas as devidas proporções entre a sociedade francesa, na qual Bourdieu (1998) concentrou boa parte de suas pesquisas, e a brasileira, a origem familiar parece ter dado a sua contribuição para o êxito alcançado pelos/as estudantes entrevistados/as. Para o autor, o mais oculto e socialmente determinante dos investimentos educativos é a transmissão doméstica do capital cultural.

A identidade dos sujeitos não será revelada atendendo às determinações do Conselho de Ética que rege os projetos de pesquisa da UFMG. Os nomes utilizados foram escolhidos pelos/as próprios/as entrevistados/as.

Tabela 14 - Características gerais dos/das estudantes entrevistados/as

Curso	Pseudônimo	Pais	Religião	Origem Rural/Urbana
Medicina	Maria Valente 24 anos	Pai: ensino médio completo, comerciante do ramo de alimentos. Mãe: fez Belas Artes. (divorciados)	Espírita kardecista	Interior de Minas Gerais. Mudou-se para a capital para estudar e se preparar para o vestibular.
Medicina	Bruno 20 anos	Pai: fazendeiro, já foi comerciante de pedras preciosas. Mãe: sempre trabalhou com o marido, atualmente faz supletivo.	Não tem	Interior de Minas Gerais. Mudou-se para a capital para estudar e se preparar para o vestibular.
Direito	Guilherme 22 anos	Pai: professor de matemática no ensino superior e na rede pública. Mãe: secretária.	Agnóstico	Urbana
Direito	Gabriela 20 anos	Pai: engenheiro mecânico. Mãe: farmacêutica.	Espírita	Urbana

Os dois estudantes do curso de Medicina vieram morar em Belo Horizonte para estudar e se preparar para o vestibular.

São muitos os que procuram deixar o lugar onde nasceram e onde passaram a infância para vir se instalar em cidades mais acolhedoras. Marie-Ange Schiltz escreve, comentando o resultado de estudos recentes, que, “comparando com as pesquisas feitas na população geral, fica claro que a partida do lar familiar e o acesso à independência econômica são mais rápidos entre os jovens homossexuais”. Esse movimento de fuga seguramente conduz os homossexuais para a cidade grande (ERIBON, 2008, p.31).

Quando questionados/as sobre a descoberta da homossexualidade, o maior volume de informações foi relativo à família. Natural que seja assim, uma vez que a família é o primeiro núcleo social de contato e está diretamente relacionada com o bem-estar desses indivíduos, tendo em vista a proteção e apoio que podem dar.

O despreparo e o preconceito dos adultos no ambiente escolar e/ou familiar tendem a perpetuar e agravar o problema, além de contribuir para a ocorrência de suas cruéis e indesejáveis consequências. É fundamental que nossos jovens aprendam e compreendam que a homofobia, bem como qualquer outro tipo de discriminação, é, sobretudo, um desrespeito à liberdade e à individualidade de cada ser humano (SILVA, 2010, p.149).

As entrevistas permitiram esclarecer muitas das questões omitidas nos questionários, fornecendo respostas instigantes para o presente estudo.

Sobre o nível de aspiração de escolarização, três estudantes o consideraram dentro do pretendido; somente a Gabriela, do Direito, afirmou estar abaixo. Não foi identificado qualquer percalço escolar que pudesse ter comprometido a trajetória por eles escolhida. Todos manifestaram a intenção de continuar os estudos após a conclusão dos cursos. O aluno e a aluna da Medicina pretendem fazer especializações, mestrado e doutorado dentro da própria área de formação. Os estudantes do curso de Direito manifestaram o desejo de continuar os estudos, considerando, entretanto, a possibilidade de fazer outro curso superior.

Com exceção da aluna de Medicina, a qual cursou a primeira série em escola pública, os/as demais nunca a frequentaram. A aluna descreve superficialmente uma dificuldade pontual quando a frequentou:

No começo da minha infância eu tive um pouco, bem no comecinho, na primeira série, na parte de alfabetização, tive um pouco de dificuldade por ser mais desatenta, por ter outros interesses... a escola não me despertava grande furor, então nesse começo eu não tinha grande interesse, mas a partir da 4ª, 5ª série eu fui percebendo que aquele conhecimento para mim era relevante, me dando mais prazer (Maria Valente – Medicina).

A formação escolar dos/as entrevistados/as se deu, nas palavras deles/as, em boas escolas particulares:

Escola de classe alta, o cursinho eu fiz aqui em BH no xxx⁶⁵ é uma referência muito grande como cursinho para Medicina (Maria Valente – Medicina).

No interior estudei numa escola de classe média, quando vim para BH estudei no colégio mais caro. Eram todos filhinhos de papai mesmo, gente que não aceitava [a homossexualidade], colégio muito fechado (Bruno - Medicina).

Lá era tipo zona sul, todo mundo que tem um pouquinho mais de condição coloca lá (morador de Contagem/MG) ou em Belo Horizonte (Guilherme - Direito).

Sim, ótimas escolas (Gabriela - Direito).

Na tentativa de compreender as percepções dos/as entrevistados/as sobre as suas experiências escolares buscou-se identificar os sentimentos diante das situações vividas por eles/as no espaço escolar que se relacionassem com a

⁶⁵ Os nomes das escolas não foram revelados por questões éticas.

orientação sexual. As respostas obtidas foram bastante distintas. Maria Valente relatou:

Uma situação que para mim foi bem traumática foi uma vez que eu tinha 15 anos mais ou menos, então eu tava no 1º ou 2º ano, tinha um colega de escola, a gente 'tava brincando e em algum momento uma brincadeira [...] eu tava zoando ele, uma brincadeira sobre time de futebol ou qualquer coisa do tipo. Ai ele veio "*o quê que você ta falando, o que você quer sua lésbica*", ele foi falando e foi assim... um tapa na cara. A minha percepção é que **eu conseguia passar completamente despercebida, eu não me relacionava com nenhum outro homossexual dentro da escola, eu não falava disso**, então assim, quando ele falou aquilo com o objetivo de me ofender eu fiquei extremamente surpresa.

O trecho negrito acima nos remete aos 41% das questões que ficaram sem resposta nos questionários exploratórios aplicados na Confraria. Neste caso parece haver relação com a omissão da homossexualidade, uma vez que 82% dos respondentes dos questionários na Confraria nunca assumiram a homossexualidade ou o fizeram na idade adulta, tendo a orientação sexual passado de forma "invisível" durante a trajetória escolar.

Os outros dois estudantes e a aluna do direito:

Uma coisa é notada, o *bullying* e a discriminação existem, por mais que o professor seja esclarecido, saiba que eu era igual a todo mundo, que não tinha porque eu ser mal tratado, eles tapam os olhos. Eles tapam os olhos, eu acho que devido à questão de ser um colégio religioso (Bruno - Medicina).

Um dia eu tive que me ausentar do colégio de tarde e meu colégio era bastante restrito, eu não podia sair e aí a chefe da comissão [de formatura] veio me perguntar por que eu me ausentei, eles ficaram preocupados e eu não entendi direito o que era. Na época eu tinha terminado com meu namorado, aí eu falei com ela 'eu terminei com meu namorado, to meio pra baixo', mas ela não queria saber isto, queria saber por que eu saí, mas ela foi mega compreensiva, conversou comigo falou "tem sempre uma primeira vez e tal", eu achei legal (Guilherme - Direito).

Para Junqueira (2009) um nítido traço da homofobia se expressa na indiferença cultivada pelos seus efeitos na vida de estudantes, sejam eles/elas homo, hetero ou bissexuais.

Um menino da faculdade [...] uma vez ele veio conversar comigo e falou 'eu tenho que te agradecer demais porque um dos motivos de eu mais ter tido força para me assumir foi ter visto seu exemplo porque **você era homossexual mas você não incomodava ninguém, ninguém ficava incomodado com você, todo mundo gosta de você**, te chamava pra sair e ninguém estava nem ai pra isso, ninguém nunca ligava, então vendo a sua experiência eu fiquei até mais encorajado de me assumir, de também começar a vivenciar um pouco a minha. Isso foi a coisa mais positiva que eu

tive além das próprias amizades que eu fiz (Gabriela – Direito).

O relato de Gabriela, transcrito acima, é bastante revelador. A experiência indica a leitura que o colega, gay, tem do lugar que a sociedade brasileira confere aos/às homossexuais. Não incomodar ninguém e ser querido como algo acessível apenas aos heterossexuais. O relato da Maria Valente é igualmente revelador:

A gente tem uma tendência de querer provar pros outros que apesar disso, é pesado dizer, mas apesar disso eu sou um bom ser humano, sou honesta, sou dedicada às coisas que eu quero, sou confiável enfim.

Ainda com relação às situações vivenciadas no ambiente escolar que se relacionassem com a orientação sexual, a mesma aluna, além de não ter vivido nenhuma que fosse positiva, relatou a postura de amigos os quais, como ela própria, tentavam manter a homossexualidade invisível:

Os outros amigos que eu me lembro assim de serem homossexuais e em algum momento eu descobri depois, todos eles tinham um perfil mais discreto, era uma coisa mais velada, uma coisa que não se falava, não se conversava (Maria Valente – Medicina).

Epstein e Johnson (1994 e 1998) relatam que o silenciamento dos desafios à heterossexualidade compulsória não são vistos como relevantes para o desempenho acadêmico. Espera-se que jovens estudantes gays e lésbicas funcionem em todo o seu potencial, embora aspectos significativos de sua subjetividade e formação de identidade sejam negados. Para estes autores as construções sexuais são onipresentes no contexto escolar, enquanto, ao mesmo tempo, a sexualidade é específica e veementemente excluída do currículo formal ou confinada a espaços muito específicos e fortemente guardada⁶⁶.

O relato do Bruno da Medicina, quando questionado sobre os espaços nos quais se sentia menos confortável na escola, sendo gay, remete-nos às distinções focalizadas nos sexos e na dificuldade para romper com o padrão sexo/gênero/sexualidade:

⁶⁶ Texto original – *The silencing of the challenges to compulsory heterosexuality are not seen as relevant to academic performance. Young lesbian and gay students are expected to function at their full potential, while significant aspects of their subjectivity and identity formation are denied. Paradoxically, sexual constructions are all-pervasive in the school context, while, at the same time, sexuality is specifically and vehemently excluded from the formal curriculum or confined to very specific and heavily guarded spaces.*

Todos aqueles momentos que separam meninos de meninas por mais que eu tenha nascido homem, me considero homem, gay, mas homem. Por mais que eu me assuma, jamais me sinto confortável. Nesses momentos nenhum gay se sente confortável, quando separam meninos de meninas, só que, culturalmente, eu acho que não tem porque abolir isso. Eu acho que é muito difícil, a sociedade não está pronta para conceber a separação de gênero físico sexual da separação de identidade, identidade de gênero, acho que o Brasil não está pronto para perceber isso (Bruno - Medicina).

A construção social e histórica do feminino e do masculino e, portanto, as relações sociais entre os sexos, erigiram em nossa sociedade uma hierarquia onde os atributos ligados ao feminino remetem ainda a uma condição de inferioridade. Com relação aos gays, segundo Ferrari (2008, p.37):

O vínculo que se estabelece entre gênero e sexualidade é responsável pela associação tão comum da homossexualidade a um gênero defeituoso, gerando a aproximação do homossexual masculino ao feminino, o que pode servir para organizar a homofobia.

As aulas de educação física nas escolas foram tema recorrente na fala dos/as quatro entrevistados/as, em especial com relação ao uso desse espaço por eles/elas. As informações coletadas nas entrevistas demonstra ainda a postura da escola e dos/as professores/as quanto ao tratamento dispensado a tais estudantes:

Eu sempre fui o perfil de aluna que passava o recreio na sala de aula fazendo dever de casa ou qualquer coisa do tipo, mas era muito da minha postura mesmo, tentar me proteger. Eu nunca gostei de fazer educação física e eu sempre conseguia não fazer [...] eu tinha uns professores que me protegiam [...] e sempre teve o perfil de colegas que eu evitava conviver [...] homem heterossexual que joga futebol, fica falando de meninas no recreio, sempre fugi desse tipo, desse perfil de colegas, para mim era evidente que era o perfil que poderia ser mais difícil pra mim (Maria Valente - Medicina).
Educação física eu realmente não fazia, sei lá, ficava jogando xadrez, conversando com o professor, não gostava muito de fazer, mas eu não sentia discriminação da parte deles (Guilherme - Direito).

Eu fazia. Não gostava de jogar futebol, sempre me dei bem com todos os outros esportes [...] eu parei de fazer o esporte que eu mais gostava (vôlei) [...]. Eles acham que eu sou gay porque eu jogo vôlei, aí eu passei a jogar basquete. Adoro basquete até hoje, mas mesmo assim eu vi que deixei de fazer uma coisa que eu amava para tentar agradar (Bruno - Medicina).

A fala de Bruno nos remete à insegurança e ao medo de ser identificado como gay. Indica ainda a privação, por ele imposta a si, para não revelar sua orientação sexual.

Na educação física ou coisas assim eu não tive problema não, o que já aconteceu foi minha própria professora de educação física vir conversar comigo, vir me dizer que porque eu jogava futebol não era obrigada a ser homossexual (Gabriela - Direito).

A fala transcrita acima descortina uma penumbra de preconceito que não pode ser ignorada. Indica haver no imaginário da professora de educação física, uma associação entre futebol feminino e homossexualidade.

Buscou-se, também, identificar uma possível relação entre orientação sexual e oportunidade de escolarização, cujo objetivo foi verificar os possíveis impactos da orientação sexual sobre o nível de escolarização alcançado. As respostas obtidas nas entrevistas, embora não conclusivas, contribuem para se compreender que outras categorias, como classe econômica, amalgamam-se à condição de gênero e podem ser determinantes para as trajetórias escolares. Os dados mostram que há uma percepção precária quanto ao que se caracteriza como violação de direitos à educação. Ao não se revelarem – ou assumirem sua homossexualidade –, se anulam, não reivindicam seus legítimos direitos e não contribuem para mudar o quadro de preconceito contra a população LGBT.

Eu acho que pra mim é um pouco mais difícil falar disso porque como eu venho de um perfil de classe média até em algum momento da minha vida classe média alta, **eu sempre vivi num nível social que o dinheiro comprava**. Então, assim, sempre frequentei boas escolas e dentro da escola, independente do seu perfil, você vai conseguir passar mais ou menos ileso, a escola dá um jeito de te proteger. Mas a experiência que eu tenho, de conviver e conversar com outros homossexuais, é que isso é muito mais significativo do que parece, mas eu também acho que tem muito a ver com meu perfil mais discreto (Maria Valente – Medicina).

Não se pode ignorar que a condição econômica pode abrir muitas portas, da mesma forma que pode fechar aquelas pelas quais as práticas de *bullying* poderiam entrar. Entretanto, é preciso considerar que o dinheiro não supre tudo. Inseguranças e sentimentos de inferioridade podem permanecer se não são combatidos, se os sujeitos não forem empoderados para viver livremente sua orientação sexual, fora do ‘armário’ e da invisibilidade. Parece não haver uma postura de enfrentamento para a mudança da situação posta.

Ainda tentando captar uma possível relação entre orientação sexual e oportunidade de escolarização, foi possível colher os seguintes relatos:

Eu acho que pode haver. Eu acho que o que me levou a escolher Medicina pode ter levado outras pessoas a escolher Medicina também (Bruno - Medicina).

Eu acho que a sexualidade não interfere (Guilherme - Direito).

Olha, o que eu penso é isso, não faz, a pessoa não tem diferença, o que faz diferença na verdade é os homossexuais acreditarem que faz alguma diferença (Gabriela - Direito).

As renomadas⁶⁷ e caras escolas particulares protegem e acolhem ignorando a orientação sexual de seus alunos. A maioria daqueles que tem oportunidade de frequentar tais escolas leva consigo um *habitus* incorporado, o qual pode operar também como possível elemento inibidor de práticas homofóbicas mais ostensivas de colegas.

O *habitus* nada mais é do que essa lei imanente, *lex insita*, depositada em cada agente pela educação primeira, condição não somente da concentração das práticas, mas também das práticas de concertação, posto que as correções e os ajustamentos conscientemente operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e que os empreendimentos de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre *habitus* dos agentes mobilizadores (por exemplo, profetas, chefes de partido *etc.*) e as disposições daqueles cujas aspirações eles se esforçam em exprimir (BOURDIEU, 1983, p. 71).

Ainda e de acordo com o mesmo autor:

As práticas que o *habitus* produz (enquanto princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevisíveis e sem cessar renovadas) são determinadas pela antecipação implícita de suas consequências, isto é, pelas condições passadas da produção de seu princípio de produção de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em última análise, o produto (BOURDIEU, 1983 p.61).

De modo diverso do constatado nas entrevistas com o/a estudante do Direito, os quais afirmaram não identificar relação entre orientação sexual e escolha profissional, o/a da Medicina revelaram um cenário distinto. As transcrições seguintes reforçam outras já apresentadas:

É uma pergunta bem difícil, porque eu acho que, de alguma forma, quando a gente se sente socialmente menosprezada ou excluída por alguma escolha, a gente tende a buscar outra coisa para balancear. Olhando por essa perspectiva eu acho que talvez, mas muito inconscientemente. **Mas é muito curioso que num curso de medicina em torno de 25% dos alunos sejam homossexuais.** [...] É uma coisa assim... que dentro do círculo homossexual e das pessoas, a gente conversa, eu consigo de cabeça levantar uma lista da minha turma de um número muito grande de homossexuais. Inclusive é uma pergunta que a gente já levantou no nosso grupo... **se é uma questão de tentar contrabalancear uma sensação de inferioridade com o curso que dá muita notoriedade ou se é uma questão do próprio perfil psicológico do homossexual que tem um**

⁶⁷ Os termos 'escolas renomadas' ou de 'prestígio' são utilizados neste trabalho para indicar que a instituição escolar goza de reconhecimento na sociedade pela qualidade do ensino, exerce poder de atração e tem mensalidades elevadas.

perfil afetivo, um perfil voltado pro outro, que, por exemplo, é o que eu sinto sendo mais o meu caso. [...] Não tem nada certo e não tem nenhum tipo de pesquisa, mas é notório que o número de homossexuais é muito grande (Maria Valente – Medicina).

Tem, ainda mais na minha faculdade que entram 160 por ano, tem muito gay⁶⁸. E tem gay de todos os tipos e com todo tipo de problema. [...] já tive professores médicos que deram matérias de ciências sociais aplicadas à saúde que já falavam sobre a alta frequência de homossexuais no meio médico e já achavam aquilo natural, mas eu sei que eu vou ter que ter aula com alguns professores que são mais preconceituosos [...] eu convivo no meu curso com muita gente que é gay e não se assume. **É gay, vive no mundo gay, chega na faculdade e não se assume, vive uma vida dupla, chega na faculdade finge que não é e é!** (Bruno - Medicina).

O intuito era conhecer quais as estratégias adotadas e quais seus impactos sobre os resultados obtidos. O tema sucesso escolar foi surgindo ao longo das entrevistas e o ponto comum refere-se às notas:

Muito boas, de alguma forma você acaba sendo uma referência dentro da sua sala, um trabalho que tem que fazer, um dever de casa, no dia da prova as pessoas querem sentar perto de você pra colar, essas coisas assim (Maria Valente - Medicina).

Minhas notas eram excelentes (Bruno - Medicina).

Eu sempre tive boas notas. Eu passei (no vestibular) com 17 anos, foi a primeira vez que eu tentei. Eu era tipo *nerd*, acho que eu sofria mais por isso do que por ser gay (Guilherme - Direito).

No colégio sempre foram muito boas [...] minha média era bem alta (Gabriela - Direito).

As boas notas não revelam nenhuma novidade, visto que além de serem de classe favorecida, ingressaram na UFMG em cursos concorridos, por meio do vestibular. O que chama a atenção, parece se distinguir e se distanciar das práticas de *bullying* rotineiramente divulgadas pelas mídias e sofridas pela maioria de gays e lésbicas das escolas públicas, está relacionada à condição social e financeira privilegiada, a uma postura de “proteção” das escolas particulares, além do esforço, dedicação aos estudos e omissão da orientação sexual. Mesmo que os/as entrevistados não se deem conta, fica evidente que tal omissão acabou sendo, de forma consciente ou não, uma estratégia de proteção a favorecer o resultado escolar obtido.

⁶⁸ Uma amiga médica e professora no curso de medicina disse não se lembrar se havia muitos/as homossexuais quando ela era aluna, mas como professora tem percebido a presença de muitos alunos homossexuais na sala de aula.

Eu acho que o meu desempenho, eu tive sucesso basicamente pelas mesmas razões que qualquer heterossexual, é uma questão de dedicação e foco, horas que você fica sentada numa cadeira, com o livro na sua frente, mas eu sempre corri um pouco também de problema, Eu nunca me impus muito no meu ciclo social, nunca tentei ser, pelo menos não naquele ambiente, eu nunca tentei ser aceita, já parti do pressuposto que ia ser problemático e que a melhor saída seria realmente ficar mais na discrição, Mas eu acho que o meu sucesso acadêmico é basicamente uma questão de esforço (Maria Valente - Medicina).

[...] não basta ser inteligente para passar no vestibular, não é a inteligência que te faz passar no vestibular, tem que estudar e estudar muito, se dedicar mesmo, acordar 6 da manhã, eu pegava ônibus, ia pro cursinho, assistia aula até meio dia, almoçava, voltava pro cursinho, ficava de 2 da tarde até 9 da noite, eu estudava todos os dias, fazia simulado no sábado (Bruno - Medicina).

É possível identificar ainda o definido por Bourdieu como sendo o 'senso do jogo'. A postura adotada durante o período escolar parece tê-los protegido das práticas de *bullying* das quais homossexuais masculinos e femininos são frequentemente vítimas. Como afirma BOURDIEU (2004, p.24):

O *habitus* mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem nem mesmo precisar colocar a questão nesses termos.

A fala da aluna da medicina comprova tal afirmação:

Eu optei por ficar em uma posição que para mim era mais confortável, que era de **não compartilhar, de não conversar, de participar do meio da escola só quando era estritamente necessário, assim eu acho que eu me protegi** (Maria Valente - Medicina).

Dos/as quatro entrevistados/as, três tinham irmãos/ã homossexuais. Algumas passagens relatadas merecem destaque por ilustrarem claramente os desdobramentos de se revelar a orientação sexual:

Minha irmã caçula é lésbica, mas ela é lésbica no perfil estereotipado, masculinizada, ela desde muito nova sempre se recusou a usar vestido cor de rosa, esse tipo de coisa. Na 4ª série **minha mãe tirou ela da escola por questões ligadas à orientação dela**, estava ficando muito em evidência [...], mesmo num ambiente mais protegido e mais preocupado em agradar o pai, eles não conseguiram lidar bem e ela acabou tendo que mudar de escola (Maria Valente - Medicina).

[...] esqueci de comentar, meu irmão é médico também, eu costumo dizer que **meu pai, eu me lembro disso muito bem, quando ele foi à formatura do meu irmão eu tinha uns 12 anos, foi quando eu vi, pela primeira vez, meu pai respeitando meu irmão, vi com certeza, muita certeza que o gay, ele tenta se superar para obter o respeito**, ele tenta

fazer de tudo para que as outras pessoas vejam ele de outra forma que não gay, o maior medo do gay é ser taxado “o fulano é o que é gay” então todo mundo quer ser aquele filho que deu orgulho pro pai e não aquele filho... (Bruno - Medicina).

Tenho três irmãos, um deles é homossexual. Pra minha mãe e pros meus irmãos ele assumiu, mas pro meu pai ainda não. Ele gostava de jogar queimada, futebol era eu que gostava de jogar. **E ele tinha um jeito mesmo, hoje ele não tem, ele é muito menos perceptível que é gay** que eu, por exemplo, **não tem nenhum traço, mas ele teve quando era mais novo**, então sofreu preconceito. No colégio também o pessoal comentava, ele é veado né, essas coisas assim, [...] mas a vivência dele foi muito diferente da minha (Gabriela - Direito).

O relato de Gabriela do curso de Direito, transcrito acima, sobre o irmão de 21 anos, gay, atualmente aluno de Engenharia de Produção na UFMG, ilustra uma trajetória de sucesso permeada por *bullying*. Mostra também a postura por ele adotada após ser rejeitado por ser gay.

Pelos relatos já transcritos do/a estudante da Medicina, fica claro que ele e ela se protegeram, sendo “invisíveis”, não revelando a orientação sexual nas escolas frequentadas, pelo menos até o ingresso no curso superior. A postura adotada é reforçada e fica evidente também em outros momentos:

Eu acho que **passou batido porque apesar de ser homossexual eu sempre fui uma pessoa um pouco mais discreta** e estudiosa. Eu nunca ocupei uma posição de destaque dentro da escola, e pra mim era confortável assim porque eu tive consciência que seria um complicador muito grande (Maria Valente - Medicina).

Eu tentei desvincular minha imagem de uma criança gay, então eu comecei a jogar futebol, eu tive essa fase de tentar reverter, **namorei por um ano uma mulher** (Bruno - Medicina).

É possível que as experiências de preconceito e *bullying* vivenciadas por pessoas muito próximas tenham, de certa forma, despertado a necessidade de se resguardarem:

[...] uma das pessoas do meu convívio que tiveram um ensino fundamental e médio mais traumático pela questão de ser homossexual e ter uma postura mais incisiva é o caso da **minha namorada. Ela trocou de escola duas vezes por causa disso**. [...] minha irmã, por exemplo, na 4ª série minha mãe tirou ela da escola por questões ligadas à orientação dela, estava ficando muito em evidência. De alguma forma, mesmo num ambiente mais protegido e mais preocupado em agradar o pai, eles não conseguiram lidar bem e ela acabou tendo que mudar de escola. Ela (a namorada) sofria *bullying*, a minha irmã também, mas o da minha irmã era um *bullying* mais generalizado, tipo ela é machinho e o da minha namorada era tipo ela é lésbica e ela quer se assumir lésbica dentro da nossa escola e nós não vamos deixar, ela saiu da escola (Maria Valente - Medicina).

Lá em casa, desde cedo eu cresci ouvindo a história do meu irmão que foi... meu irmão foi uma criança gay, igual eu fui, mas **meu irmão foi extremamente frágil, extremamente chorão, apegado na minha mãe, não se dava bem com meu pai e a família do meu pai é muito preconceituosa [...] sempre crucificou meu irmão [...]** Quando eu era pequeno eu era de bater, eu era de explodir de raiva, brigar, meu pai sempre achou isso lindo, ele sempre elogiou, então quando ele via isso ele se orgulhava de mim e todo mundo achava que eu era heterossexual, quando na verdade eu só era reprimido e tinha que descontar minha raiva de alguma forma, inclusive eu sempre briguei muito com meu pai e **meu irmão sempre engoliu o que meu pai tinha para impor** e eu não (Bruno - Medicina).

Meu primo que é residente em cirurgia geral em Betim, ele fala que no bloco cirúrgico é piadinha machista o tempo todo, que é preconceito o tempo todo, quando ele foi contratado, uma garota que tava concorrendo à vaga perguntou pro médico se eles tinham problema de deixar uma mulher entrar na sala de cirurgia, porque ainda existem cirurgiões que tem esse preconceito machista. Ele falou: **“não, aqui a gente não tem esse preconceito, mulher pode operar, veado pode operar apesar de que a gente nunca teve um veado aqui”**. Isto meu primo escutou estando lá e sendo gay. Então é um ambiente que eles não concebem mesmo, é um ambiente machista e que prefere ainda tapar os olhos (Bruno - Medicina).

A conclusão da aluna da Medicina é bastante reveladora e remete ao equivocado lugar ocupado pela sexualidade na sociedade, ao ignorar ser ela um construto social fundado sobre os corpos, o qual não se limita ao biológico e, portanto não deveria impor comportamentos, formas de sentir e estar no mundo.

Eu acho que na Medicina, pra sobreviver, tem que ter um perfil mais discreto (Maria Valente - Medicina).

Embora a proposta inicial deste trabalho tenha cogitado a eventual possibilidade de uma terceira etapa de coleta de dados com profissionais que tivessem contribuído, de forma significativa, para o êxito alcançado pelos/as estudantes, tendo em vista a orientação sexual deles/as, as informações obtidas não revelaram tais pessoas. Como demonstrado pelas entrevistas, a escola e seus profissionais ignoraram a homossexualidade.

A aluna Maria Valente (Medicina) foi categórica ao afirmar a inexistência de alguém com tal colaboração nas escolas por ela frequentada:

[...] na escola não, ninguém.

O Bruno da Medicina foi igualmente incisivo:

Olha, não, [...] de forma geral não, [...] eles não me tratavam mal porque eu sempre fui muito querido, mas há omissão [...] era como se eu não fosse gay.

Da mesma forma as situações apresentadas pelo/a estudantes do Direito não indicaram qualquer profissional na escola que tenha contribuído para o êxito alcançado, que pudesse ser relacionado com a orientação sexual: uma se referia a um colega de sala, para quem a aluna teria sido um exemplo ao se assumir lésbica; outra demonstra, explicitamente, que a professora adotou uma atitude, em suas palavras, “mega compreensiva”, não estava interessada e ignorou a orientação sexual do aluno.

4.2.2 Reflexões a partir das entrevistas com estudantes da UFMG

As pessoas LGBT, na medida em que rompem com os modelos definidos para uma sociedade heteronormativa na qual se dita os comportamentos ligados à sexualidade/gênero/afetividade, sofrem, no processo da socialização, as mais diversas violências que podem vir a comprometer a sua integridade, o seu desenvolvimento e a sua inserção cidadã.

A Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2009)⁶⁹ apurou que 53% dos/das homossexuais já se sentiram discriminados/as, sobretudo pelos colegas de escola. Quando perguntados sobre a primeira vez em que foram discriminados, a resposta foi "na escola". Este dado é reforçado e coincide com as informações coletadas na entrevista com o Bruno da Medicina, quando este fala da experiência vivida e da estratégia adotada para evitar o preconceito por parte dos colegas:

Eu tinha que me enquadrar não só na cultura heteronormativa, mas na cultura da classe alta.

De acordo com Didier Eribon (2008, p.30):

⁶⁹ Outros dados sobre a pesquisa são apresentados no capítulo 2, subitem 2.4 - A homofobia em números.

Mesmo aqueles que hoje se sentem mais livres, nas grandes cidades dos países ocidentais, devem saber negociar a todo instante a relação com o mundo a sua volta: saber onde é possível dar a mão ao parceiro, onde é possível deixar transparecer afeição pelo outro do mesmo sexo e onde é melhor evitar fazê-lo. Esse saber prático, tão interiorizado que raramente aflora à consciência, não tem necessidade alguma de ser explicitado para agir e organizar as condutas adaptadas.

A família foi o tema sobre o qual os/as entrevistados/as mais falaram espontaneamente, indicando a dificuldade de aceitação encontrada no seio familiar. Os relatos coletados vão desde curso para “desomossexualização” até a contratação de detetives, como medidas adotadas pelos pais, para lidar com a homossexualidade dos filhos.

Na pesquisa realizada pela Prefeitura municipal de Belo Horizonte, durante a 8ª Parada do Orgulho GLBT (2005), a discriminação sofrida na família e nos lugares públicos de lazer ocuparam o primeiro e segundo lugares respectivamente, a escola ocupou o terceiro lugar.

De acordo com Junqueira (2009), a escola configura-se como um lugar de opressão, discriminação e preconceitos no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos/as LGBT. E mais, isso se faz com a participação ou com a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado.

Mesmo que nas escolas frequentadas pelos/as alunos/as entrevistados/as as práticas homofóbicas não sejam colocadas explicitamente, “o *bullying* e a discriminação existem, e o professores tapam os olhos”, conforme relatou o aluno da Medicina.

A invisibilidade dos/das homossexuais nos espaços escolares pode se relacionar com vários fatores, como ausência de ações efetivamente inclusivas, debates sobre a diversidade sexual, e, ainda, em uma sociedade heteronormativa, o despreparo para lidar com a questão da homossexualidade. Esta última pode partir tanto do corpo docente quanto dos próprios estudantes. Tal invisibilidade pode, também, tratar-se de uma estratégia passível de ser adotada por professores ou alunos.

Importante considerar na situação em tela o fato da discriminação trazer consigo um forte componente conceituado por Bourdieu (1989) como violência

simbólica, ou seja, “a violência que se exerce também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro”.

Quanto à religião, é inegável o peso exercido pelas mais ortodoxas sobre as identidades homossexuais, como bem o ilustra a fala da aluna da Medicina quando compartilha que os pais da namorada, os quais são evangélicos, a teriam colocado em um curso de “desomossexualização” na igreja por eles frequentada.

Para além das convicções religiosas individuais, alguns demonstram acreditar em uma possível ‘cura’ como a irmã do Bruno da Medicina, ao dizer que se fosse filho dela ela ‘ia levar para fazer um tratamento psicológico’.

Gabriela também viveu uma experiência neste sentido ao se envolver afetivamente com uma colega na mesma escola. Quando a mãe da moça descobriu, além de ter entrado em depressão e contratado um detetive, procurou a escola para solicitar a expulsão da então namorada da filha. A Diretora teria dito para a mãe da aluna cuja expulsão estava sendo solicitada:

[...] não vou expulsar a Gabriela, mas eu acho interessante que você a levasse em um psicólogo para que ele pudesse ver o que ela realmente iria querer, pudesse ajudar ou até um neuro (Gabriela - Direito).

Sobre o teste ao qual foi submetida, foi apresentado o seguinte relato⁷⁰:

[...] o teste não era específico quanto à homossexualidade. Tratava-se de um teste de personalidade em geral, destinado a medir a porcentagem de características específicas, por tópicos, (ex.: agressividade, heterossexualidade etc.). O normal é que uma pessoa apresente de 25 a 75% de cada característica, taxas consideradas como padrão. No meu caso, no Tópico 16 - heterossexualidade, me foi acusado o percentual de 3%, o que me caracteriza como homossexual num percentual superior a 95% da população. O teste consistia em diversas perguntas cujo conteúdo pude perceber ser repetitivo em certos pontos (como se a mesma pergunta me fosse feita, sutilmente, de várias formas). Creio que a repetição de perguntas se destinasse à certificação de que eu respondesse à pergunta da mesma forma, como a confirmar se tal tendência seria efetivamente a minha. Dessa forma, várias perguntas se relacionavam à minha interação com o sexo oposto e como eu me sentia em relação a isso (Gabriela - Direito).

Os relatos obtidos nas entrevistas nos permitem afirmar que, além de terem enfrentado situações preconceituosas e discriminatórias, há uma clara distinção

⁷⁰ Para esclarecer algumas dúvidas sobre o teste aplicado foi enviado um *e-mail* para a aluna que concedeu a entrevista. O trecho cuja transcrição segue na íntegra foi recebido como resposta à correspondência eletrônica.

entre a trajetória e o empenho dos/as estudantes do curso de Medicina e de Direito, como o denotam os trechos a seguir. A aluna de Medicina relatou que durante o cursinho pré-vestibular a vida social 'deixou de existir completamente'. O aluno do mesmo curso também relatou ter se dedicado bastante:

Eu estudei muito, com certeza. [...] tem que se abdicar de muita coisa, você tem que abrir mão de esporte, abrir mão de conviver com seus amigos, todo mundo sabe que você tá sacrificando sua vida mesmo (Bruno - Medicina).

A informação do/a estudante da Medicina foi corroborada pela fala do aluno de Direito:

Eu vejo gente que se descabela, como quem 'tava tentando o curso de Medicina, eu nunca fui assim [...] pra mim foi tranquilo, eu passei com 17 anos, foi a primeira vez que eu tentei (Guilherme – Direito).

A Gabriela (Direito) também demonstrou ter sido necessário um esforço menor que o empreendido pelos concorrentes ao curso de medicina:

Quando fizeram o vestibular para a UFMG só quatro passaram, eu fui uma das quatro (Gabriela - Direito).

Ainda quanto às diferenças vivenciadas, pelos alunos e alunas da Medicina e do Direito, o Guilherme (Direito) afirmou ter sofrido mais por ser *nerd* do que por ser gay:

Eu nunca sofri realmente preconceito por ser gay, eu acho que eu fui muito bem aceito. Eu não me recordo de ter sofrido preconceito nem pelos professores, nem pelos alunos (Guilherme - Direito).

Contudo, o mesmo aluno do Direito demonstra perceber que a realidade experimentada pelos socialmente menos favorecidos é distinta da por ele vivida, quando diz dos preconceitos dos quais os/as homossexuais podem ser vítima. Diz ainda da sua percepção quanto à dificuldade de acolhida e presença de preconceito contra a população LGBT nas escolas públicas:

Eu já trabalhei no tribunal e lá tem os meninos da Assprom⁷¹ que ajudam...Eu acho que eu transpareço que eu sou gay, tipo nó, o jeito de falar de sentar e tal. Deles eu já ouvi comentários tipo assim depreciando, tipo no elevador meninos, meninas cochichando... Eles são meninos de escola pública, então eu fico imaginando que para um menino do meio deles talvez sim (Guilherme - Direito).

⁷¹ A Associação Profissionalizante do Menor (Assprom) surgiu com o objetivo de regularizar a situação de adolescentes de baixa renda que trabalhavam em órgãos estaduais. Atualmente conta com parcerias de órgãos públicos e empresas privadas.

Quando arguida sobre como foi a experiência de ser lésbica e estar num espaço escolar, a aluna de Direito relatou:

Boa experiência, eu até poderia dizer ótima, mas muito pela minha personalidade (Gabriela - Direito).

O aluno de Direito também não relatou qualquer dificuldade. Já o Bruno, da Medicina, afirmou que foi “péssimo” que o pior período foi durante o ensino fundamental entre a 1ª e a 4ª séries, e mais:

Agora eu voltei a jogar vôlei, quando eu parei de jogar eu tinha 10 anos, porque vôlei é atrelado ao homossexual (Bruno - Medicina).

O *bullying* sofrido pela população LGBT aponta indícios que permitem questionamentos sobre o legítimo papel das escolas, a qual deveria ser, por excelência, o *locus* de inclusão de todas as pessoas, independente de quaisquer características que os/as distingam.

Alunos/as homossexuais são frequentemente hostilizados e assim será até o desvencilhamento das escolas do entendimento ultrapassado concernente às construções de gênero histórica e socialmente arraigadas.

Não há como negar, pelo relato da estudante da Medicina que a necessidade de se proteger comprometeu a vivência, no mínimo, de uma adolescência mais livre, feliz e prazerosa. Embora a entrevistada tenha dado o seu primeiro beijo em uma coleguinha aos sete anos, a primeira namorada veio aos dezenove. Bruno igualmente relatou:

Eu não tive nenhum envolvimento homossexual até os 15 anos, mesmo porque eu ainda não morava em uma cidade que me permitisse conhecer alguém (Bruno - Medicina).

O aluno e a aluna de Direito demonstraram ter tido uma trajetória menos marcada pelos preconceitos que orbitam em torno o universo LGBT, tanto no ambiente familiar quanto no escolar. Demonstraram também mais leveza e naturalidade quando relataram suas experiências sem traumas.

Assumi na adolescência, eu tinha 15 anos [...] eu realmente tive uma vida escolar bem tranquila (Guilherme - Direito).

Eu tive uma trajetória bem feliz [...] Aos 4 anos eu dei uns beijinhos numa prima minha [...] aos 12, quando eu me envolvi foi com a irmã dela, minha outra prima [...] mas para eu realmente falar: é isso realmente o que eu quero, foi com 14 anos (Gabriela - Direito).

A qualidade do ensino ao qual tiveram acesso os/as alunos/as entrevistados/as ficou evidente pelos resultados por eles/elas alcançados. A postura do corpo docente pode ser evidenciada na colocação de Guilherme do Direito quando relata a diferença percebida ao entrar na Faculdade:

Se os meus professores tivessem o mesmo interesse do Colégio xxx [frequentado por ele], nossa! A faculdade de Direito seria muito melhor (Guilherme - Direito).

A entrevistada da Medicina afirma que ‘a escola dá um jeito de te proteger’, demonstrando que a orientação sexual não comprometeu a sua própria trajetória escolar. Apesar disso revela seu sentimento de exclusão na escola:

Durante o ensino médio **eu sempre fiquei muito deslocada, seja pela questão da homossexualidade, seja pela questão de ser estudiosa eu nunca me senti inclusa**, sempre fui deslocada (Maria Valente - Medicina).

Tal afirmação nos remete para as formas diferentes pelas quais as relações são estabelecidas nas escolas públicas.

Não é novidade, para quem frequentemente está em contato com as escolas públicas, o grande número de queixas dos professores sobre seus alunos. ‘Desinteressados’, ‘vândalos’ e ‘indisciplinados’ emergem como as principais características dos jovens estudantes (LEÃO, 2006, p.40).

A fala de Guilherme, ao se referir ao pai – professor universitário e na rede pública - é bastante emblemática:

Meu pai, por estar na rede pública, eu vejo uma realidade totalmente diferente. Trabalha e tem que ir já para outra escola. Ele não se prende aos alunos dele, ele sabe o nome de um ou outro (Guilherme - Direito).

A afirmação feita pelo aluno do direito ao referir-se ao trabalho do pai na escola pública nos remete às condições de trabalho adversas enfrentadas pelos professores e ao consequente esvaziamento dos cursos de licenciatura.

A história de encontros e desencontros entre jovens, escolas e professores tem disseminado uma imagem preconcebida dos ‘jovens contra a escola’. É comum ouvirmos depoimentos como: ‘os jovens não valorizam a escola’; ‘são todos uns marginais’; ‘são uns bárbaros’; ‘ameaçam os professores’. Por outro lado, há também uma tendência a transferir a responsabilidade

para os professores: 'são corporativos'; 'estão desanimados'; 'não compreendem os alunos'; 'são desatualizados e incompetentes'. O fato mais banal e aparente, no entanto, não é considerado: a escola é um espaço onde pessoas se encontram e produzem relações sociais. Essas relações poderão ser ricas e humanas, mas também poderão ser desumanizadoras (LEÃO, 2006, p.47).

Ficam evidentes a importância da origem social e do poder aquisitivo como definidores do destino da maioria dos estudantes. Ao que tudo indica, há um universo paralelo habitado pelos/as homossexuais das escolas públicas em relação ao das boas escolas particulares destinadas aos mais afortunados.

Os/as entrevistados/as alegaram não terem sido influenciados/as quanto à escolha do curso. Os relatos que se seguem evidenciam uma relação entre o sentimento de ser homossexual e a profissão escolhida:

A gente que é gay, por mais que a gente se aceite a gente se sente de certa forma culpado. [...] eu achava que se eu escolhesse uma profissão que eu tivesse contribuindo com outras pessoas eu ia tá agradecendo espiritualmente pela vida que eu tenho (Bruno - Medicina).

Maria Valente nos remete à segurança e à possibilidade de aceitação que um/uma homossexual pode sentir estando em um curso que lhe confere prestígio social, conforme explicitado no seguinte trecho:

É engraçado que tem um número muito grande de pessoas que só saem do 'armário' depois que entram no curso, é muito engraçado porque a gente vê uma faixa etária de pessoas que com outras escolhas já teriam saído do 'armário', na Medicina isso acontece frequentemente (Maria Valente – Medicina).

Entretanto a fala de Bruno nos sinaliza a existência de outros perfis. O irmão, também médico, mesmo tendo concluído um curso que confere prestígio social, não conseguiu se assumir:

[...] a minha mãe falou: 'olha, de você eu nunca desconfiei, não esperava, do seu irmão a gente sempre esperou, a vida inteira que ele se assumisse', e meu irmão, por mais que eu soubesse de casos dele com outros caras, envolvimento dele, ele sempre teve relações fixas de namoro com mulheres (Bruno - Medicina).

Cabe registrar alguns trechos relevantes os quais remetem para o inequívoco lugar da orientação sexual. Parece haver consenso, até para uma criança, que ser heterossexual em uma sociedade heteronormativa seria a opção mais fácil, se opção sexual houvesse:

[...] a primeira pessoa que eu beijei na minha vida eu tinha 7 anos de idade e foi uma menina, na época eu tive consciência que o que eu estava fazendo não era certo (Maria Valente – Medicina).

Esta mesma aluna nos traz outro dado bastante importante sobre como os/as estudantes da Medicina fizeram para chegar aonde chegaram:

Todos os meus amigos mais próximos da Medicina, **todos eles têm um perfil mais discreto, não tem nenhum homossexual afeminado na minha turma** (Maria Valente – Medicina).

Em outro trecho da entrevista, afirma:

A única que eu conheço que é mais masculinizada, ela tenta não aparentar ser masculinizada, ela nega, reafirma, fica com meninos. Eu sei que ela é homossexual porque nós somos amigas, ela já me contou, [...] mas pra todo mundo ela tenta parecer heterossexual (Maria Valente – Medicina).

Esta afirmação pode indicar os motivos da dificuldade encontrada pela pesquisadora para conseguir quem se dispusesse a participar desta pesquisa. É possível que os/as homossexuais tenham uma dimensão dos desdobramentos preconceituosos e das consequências que poderiam advir ao se exporem.

Ao se assumir, a população LGBT ganhou maior visibilidade. Os/as homossexuais contam atualmente com uma militância a cobrar dos governantes seus direitos. É notório, durante as Conferências LGBT, o esforço para garantir direitos, empoderar-se e fortalecer-se num coletivo. Entretanto, o ganho de visibilidade na arena social e política que a população LGBT vem alcançando tornaram mais expostas também as práticas preconceituosas, mais evidentes a cada dia, como se nota pelas diversas veiculações que são feitas pelas mais variadas mídias.

Um trecho da entrevista da aluna da Medicina corrobora esta afirmação, ao se referir a um colega homofóbico do mesmo curso que teria afirmado que “se ele tivesse um filho homossexual o filho dele ia apanhar muito até virar hetero”.

Negar cidadania e marginalizar seres humanos em função da sua orientação sexual, questão estritamente de foro íntimo, é, no mínimo, questionável. Cumpre concordar com Cury (2005), quando afirma que “a educação escolar é uma

dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos”.

Quanto a eventuais situações positivas que se relacionassem com a orientação sexual e o ambiente escolar, elas não foram vivenciadas ou o foram de forma irrelevante para o resultado obtido pelo seletivo e bem sucedido grupo de alunos/as entrevistados/as.

Os dados coletados nas duas etapas desta pesquisa permitiram apontar algumas semelhanças e distinções entre duas gerações, uma na faixa etária dos 20 anos e outra na dos 50.

[...] os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas *habitus* que são produtos de modos de engendramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas e inversamente (BOURDIEU, 1994, 64).

As diferenças entre as duas gerações também nos remetem aos distintos *habitus* incorporados por cada um dos grupos. Sobre as distinções é possível elencar a óbvia distância que separa essas gerações no quesito novas mídias e tecnologias. Enquanto algumas pessoas da Confraria alegaram ter respondido ao questionário, mas não o conseguiram encaminhar, os jovens da UFMG se apresentaram muito íntimos e frequentadores das redes sociais, como é comum e usual principalmente entre os/as jovens. Disse Bruno:

O que colaborou para eu aceitar (a homossexualidade) foi a internet. Conhecer gente que eu compartilhava interesse e aí fui conversando (Bruno - Medicina).

A dificuldade apresentada pelos membros da Confraria diante de algumas questões é bastante distinta da postura dos/as alunos/as entrevistados/as. Natural que assim o seja devido às possibilidades e limites dos instrumentos de coleta de dados utilizados – questionários e entrevistas. Um exemplo é o próprio termo – lésbica – que identifica a homossexual. Ele encontra resistências entre as mais maduras ao passo que as jovens com ele lidam com naturalidade. Ainda, enquanto alguns confrades e algumas confreriras apresentaram dificuldade para entender a necessidade da pesquisa, dela participar e falar sobre a homossexualidade, os/as

jovens o fizeram com um sentimento de contribuição necessária⁷², que pode ser relacionado com o atual momento social vivido que facilita posturas mais conscientes e politizadas. Afirma o Bruno da Medicina:

Se as coisas estão mudando eu tô aqui para acelerar essa mudança, [...] o máximo que eu fizer para dar a cara a tapa, mesmo se for para sofrer preconceito, acontece que alguém tem que fazer isso, porque eu penso nos que estão por vir⁷³.

Todos/as os/as jovens estudantes da UFMG tinham um caso próximo de *bullying* ligado à orientação sexual para relatar, indicando uma presença menos velada e mais contemporânea de tais práticas.

Este dado pode estar vinculado à saída do 'armário', ao atual estado da arte das políticas no âmbito dos direitos humanos e ao ganho de visibilidade social e política que os/as homossexuais vêm vivenciando. Para Corrêa e Parker, (2007) a entrada na escola do debate sobre identidade de gênero e orientação sexual por meio de políticas públicas tem ocorrido concomitantemente com o recrudescimento de outros setores sociais, de diversas origens.

Sobre as semelhanças entre os dois grupos é possível apontar uma homossexualidade assumida mais livremente dentro de determinados grupos e contextos, deixando de fora a escola, pelo menos até o ensino médio, ou colocando como espaços mais difíceis para se assumir o grupo familiar e o trabalho. Neste sentido, Didier Eribon (2008, p. 51) relata que:

Os amigos encontrados nos lugares gays substituem as relações familiares, ou mais ou menos deixadas de lado, assim como as relações no lugar de trabalho, tão difíceis de se estabelecer e de serem mantidas para um gay ou uma lésbica, sobretudo quando procuram esconder o que são.

Considerando as respostas não fornecidas pelo/as confrades e confradeiras, 41% das questões que tentaram compreender a relação entre orientação sexual e ambiente escolar ficaram em branco, é possível, e a impressão que ficou é que estavam refletindo sobre a sua orientação sexual, no espaço escolar, pela primeira

⁷² Uma mensagem recebida de um dos alunos entrevistados trazia o seguinte texto: "fiquei muito feliz de poder contribuir! Sempre que fico pensativo quanto às questões LGBT me lembro de você e agradeço que pessoas como você existem! Às vezes a luta das pessoas é muito desvalorizada se ninguém "de fora" consegue entender a dor delas, então pessoas que compram a luta de um grupo desfavorecido são mais do que especiais".

⁷³ Quarenta e um por cento das respostas à questão atinente ficaram em branco.

vez naquele momento. Por outro lado, os/as entrevistados/as demonstraram ter mais clareza sobre os impactos da orientação sexual sobre as trajetórias escolares.

5. CONCLUSÕES

Esta pesquisa investigou o impacto da orientação sexual sobre o desempenho exitoso e a permanência de estudantes gays e lésbicas nos espaços escolares. Os elementos apresentados auxiliam a compreensão de algumas nuances do complexo e multifacetado universo que envolve as relações de gênero nos espaços escolares.

As organizações escolares não são neutras e determinam definitivamente os lugares dos sujeitos, por vezes excluindo aqueles que não se conformam com a ordem imposta.

Não resta dúvida quanto à necessidade de tratamento igualitário, como o prescreve a Constituição. Há que se considerar a urgência de uma educação que contemple, em seus planos de ação pedagógica, medidas antissexistas para que nenhum gênero seja privilegiado ou excluído.

Nos espaços escolares, a homofobia, velada ou não, em maior ou menor grau, configura grave violação de direitos e traz consequências, não só, mas de forma muito marcante para o projeto de vida dos/das estudantes homossexuais, principalmente daqueles/as que se assumem.

Pode-se afirmar que as estratégias que garantiram sucesso aos/às estudantes entrevistados/as se relacionam à omissão da orientação sexual, à condição financeira privilegiada e à postura das renomadas escolas frequentadas. Estas, como apontado pelos entrevistados, evitam a discussão sobre a temática, ignoram a orientação sexual de seu alunado e eventuais desdobramentos sobre o desenvolvimento acadêmico.

No caso dos entrevistados, experiências negativas vivenciadas na família ou por pessoas muito próximas pareceram ter contribuído para a deliberada omissão da

própria orientação sexual, recurso que os/as protegeu de práticas mais ostensivas de *bullying* e favoreceu o resultado escolar alcançado.

O pertencimento a uma classe econômica mais abastada favorece o acesso a renomadas escolas particulares. Nelas os estudantes, sejam homo ou heterossexuais, levam consigo um *habitus* incorporado e um 'senso do jogo' - os quais os/as deixam mais preparados/as para lidar com situações de preconceitos e discriminações. Podem atuar ainda como elemento inibidor de práticas homofóbicas mais ostensivas que poderiam partir de colegas.

Os dados coletados com os/as estudantes entrevistados/as, quando contrapostos às inúmeras pesquisas e notícias sobre práticas preconceituosas em ambientes escolares públicos brasileiros, indicam realidades diferentes. Apesar de não se ter investigado diretamente as escolas privadas, é possível supor que elas ofereçam um ambiente mais seguro, ao passo que nas escolas públicas parece haver mais violações de direitos da população LGBT. Quiçá, nos estabelecimentos de ensino privados, os/as estudantes sejam tratados/as como clientes, consumidores/as. Ainda, talvez a origem de classe os/as empodere para ignorar atitudes homofóbicas e se impor nos ambientes escolares. Estes são elementos que precisam ser melhor investigados.

As informações obtidas induzem à hipótese que, permanecendo no 'armário', alunos gays e alunas lésbicas acreditam estar mais 'protegidos/as' das práticas de assédio moral, preconceito e *bullying*, sendo poupados/as de maiores percalços durante a trajetória escolar.

Um aspecto significativo deste estudo é a inexistência de uma consciência coletiva por parte dos/das entrevistados/as indicando ausência de organização e responsabilidade social para com outros/as nas mesmas condições. Cada um/a agiu de forma isolada, à sua própria maneira, individualizada, silenciosa e frágil para se colocar numa esfera maior. Ainda há desconforto para expressar publicamente a homossexualidade, sobretudo nos ambientes familiar e profissional. Estes ainda são ambientes pouco seguros para se expressar tais diferenças.

As entrevistas com a lésbica e com o gay do direito demonstraram uma trajetória escolar menos marcada pelos preconceitos que orbitam o universo LGBT.

Já as da medicina trouxeram relatos muito fortes, sinalizando uma indignação contida.

Há que se buscar novos estudos que auxiliem também a compreensão das trajetórias, muitas vezes interrompidas, daqueles/as que frequentaram as escolas públicas e ainda dos/as que, apesar das práticas discriminatórias e preconceituosas nesses ambientes, conseguiram lograr êxito.

Quanto às políticas públicas recentemente implantadas, como ações afirmativas de inclusão e acesso à educação, nota-se que elas pouco modificaram o quadro de preconceito e discriminação vividos pelos/as homossexuais dentro das instituições escolares.

Esta investigação qualitativa permite complementar avaliações macro sobre os impactos das questões de gênero, especificamente as condições que gays e lésbicas experimentam no sistema de ensino.

Algumas questões ficam em aberto: como discutir a (homo)sexualidade livre de tabus nos espaços escolares? Como empoderar os sujeitos e favorecer práticas e estratégias mais coletivas no lugar de soluções individuais? Como implementar uma agenda política que garanta o bem-estar dos/das homossexuais em qualquer nível de escolaridade?

Muitos passos ainda precisam ser dados no sentido de construir uma sociedade onde as distintas formas de ser e estar no mundo sejam aceitas em respeito ao princípio da dignidade humana, pilar da Constituição Brasileira.

Propiciar condições para as diferentes maneiras de viver a própria vida é o mínimo que se espera de um Estado que se pretende Democrático de Direito.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. (Org.). *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

ABRAPIA. *Abuso Sexual – Mitos e Realidade*. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 3ª. Ed., ABRAPIA, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3 ed. 1980.

BOBBIO, N. *Qual socialismo?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 55-56, 1983.

BOBBIO, N. *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BOCCHINI, Bruno. Estudo indica crescimento de 149% nos gastos do SUS até 2030. *Agência Brasil*. Saúde. Publicado em 27 de nov. de 2012, às 15h21. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-27/estudo-indica-crescimento-de-149-nos-gastos-do-sus-ate-2030>>. Acesso em: 23/1/2013, às 19h11.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *La reproducción*. Barcelona: Laia, 1977.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction – critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, p.109-157 / 189-195.

BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980a.

BOURDIEU, P. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 7-16.

BOURDIEU, Pierre. Fieldwork in philosophy. Entrevista com A. Honneth, H. Kocyba e B. Schwibs. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *Os três estados do capital cultural*. In: Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; Ver. Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 7/6/2012, às 12:52.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Decreto n. 1.904, de 13 de maio de 1996. *Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. José Gregori (coord.), 1996.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei Darcy Ribeiro (1996). 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais* 2009.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Orçamento 2012 para população LGBT será 64% maior em relação a 2011*. Portal Brasil: notícias, em 22 de dez. de 2011, atualizado às 17:58h. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/_noticias/arquivos/2011/12/22/orcamento-2012-para-populacao-lgbt-sera-64-maior-em-relacao-a-2011>. Acesso em: 20/10/2012, às 16:30h.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 23/7/2012, às 19:43h.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011*. Brasília, DF, jul, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. *Revista dos Direitos Humanos da População LGBT, VIOLA*, Solon Annes e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, 2011.

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada Amor, Identidade Homossexual, educação e currículo. *Revista Educação & Realidade*. Rio Grande do Sul: UFRGS. n. 1, v. 21, p. 71, 1996. Publicação quadrimestral.

CANDAU, Vera M. *Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.

CHARLOT, B. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. *Cadernos de Pesquisa*, n. 97, p. 47-63, maio 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual essa nossa (dês)conhecida*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, S; PARKER, R. Preface. In: PARKER, R; PETCHESKY, R; SEMBER, R (Eds.). *Reports from the front lines*. Sexual Policy Watch, 2007. p. 5-7. Disponível em: <www.sxpolitics.org>. Acesso em: 6/5/2012, às 12:02h.

COSTA, G. *Consolidação das Leis Sociais prevê Conferências nacionais para criar políticas públicas*. Rede Brasil Atual: cidadania. Publicado em 23 de fev. 2010, atualizado às 11:51. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/>>

cidadania/2010/02/consolidacao-das-leis-sociais-preve-conferencias-nacionais-para-criar-politicas-publicas-2>. Acesso em: 25/8/2012, às 13h.

CUNHA, E. S. M. *Conferencia de Políticas Públicas e Inclusão Participativa*. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012.

CURY, C. R. J. *Os fora de série na escola: Direito à Educação – Direito à Igualdade, Direito à Diferença*. Campinas, SP: Autores Associados Ltda., 2005.

CURY, C. R. J. Cidadania e Direitos Humanos. In: CURY, C. R. J.; TOSTA, S. F. P. (Orgs.). *Educação, cidade e cidadania: Leituras de Experiências Socioeducativas*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

CRUZ, A. *'Homofobia prejudica desenvolvimento'*: em mensagem para o Dia Internacional contra a Homofobia. Subchefe do PNUD alerta que preconceito afeta acesso a educação e saúde. PNUD: Agência Brasil. Publicado em: 18 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2521>>. Acesso em: 24/7/2012, às 21:58.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO *HOUAISS* 3. Versão monousuário 3.0. Junho de 2009. Instituto Antônio Houaiss. Produzido e distribuído por Editora Objetiva LTDA. Software.

DOMINGUES, I. Um desafio intelectual. In: I. Domingues (org.). *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

EPSTEIN, Cynthia. Constraints on excellence: structural and cultural barriers to the recognition and demonstration of achievement. In: ZUCKERMAN, Harriet et al (orgs). *The other circle: women in the scientific community*. New York: W.W. Norton & Company, 1991.

EPSTEIN, D.; JOHNSON, R. *On the straight and narrow: the heterosexual presumption, homophobias and schools*. In: EPSTEIN, D. (ed.), *Challenging Lesbian and Gay Inequalities in Education*. Buckingham: Open University Press, 1994. pp. 197-230.

EPSTEIN, D.; JOHNSON, R. *Schooling Sexualities*, Buckingham: Open University Press, 1998.

EPSTEIN, Debbie; Sarah O'Flynn; David Telford. "Othering" Education: Sexualities, Silences, and Schooling. *Review of Research in Education*, vol. 25 (2000-2001), Washington D.C.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EUROPEAN COMMISSION. *European Union. Homophobia, transphobia and discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity*. In: EU Member States Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, p.13-14, 2011.

_____. Council of Europe Publishing. *Discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in Europe*. 2 ed., part. 1. França: Council of Europe Publishing, sept.de 2011, 132 p. Disponível em: <http://www.coe.int/t/_Commissioner/Source/LGBT/report/Part1.pdf>. Acesso em: 8/7/2012, às 14h07h.

FERRARI, A. E quando as homossexualidades invadem a escola? In: MARQUES P. L. e MARQUES A. C. (orgs.). *(Re) significando o Outro*. Minas Gerais: UFJF, p. 47-49, 2008.

FIPE; INEP. *Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*. Pesquisa realizada em conjunto pela Fundação de Pesquisas Econômicas e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

FODDY, W. *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.

FOLHA DE VITÓRIA. *Bullying: Pais de menino que se matou após ofensas*. Vitória. Publicado em: 23 de fev. 2012, às 20:30. Atualizado em: 24 de fev. 2012, às 18:23. Disponível em: <<http://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/2012/02/bullying-pais-de-menino-que-se-matou-apos-ofensas-dizem-que-pediram-transferencia-de-colegio.html>>. Acesso em: 23/2/2012, às 20h30.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREI BETO. *Educação em direitos humanos*. In: ALENCAR, Chico. *Direitos mais humanos*. Rio de Janeiro: Garamound, 1998.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais*. Gustavo Venturi, Vilma Bokany (coords.) e Rita Dias (colab.). Publicado em: 8/0/2009 e atualizado em 3/5/2009. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/conheca-pesquisa-diversidade-sexual->>. Acesso em: 25/9/2012, às 17:47.

GARCIA, J. *Cresce número de brasileiros gays no exterior que pedem asilo alegando homofobia*. São Paulo: Uol Notícias. Cotidiano. 4 de abr. de 2012, atualizado às 06h00. Informações prestadas pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais – ABGLT. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/04/cresce-numero-de-brasileiros-gays-no-exterior-que-pedem-asilo-alegando-homofobia.htm>>. Acesso em: 20/10/2012, às 17h.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZÁLEZ REY, F. *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HABERMAS, Jurgen *Teoría de la acción comunicativa*. Tomo I: racionalidad de La acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987.

_____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

HUMAN RIGHTS EDUCATIONS ASSOCIATES. *Orientação Sexual e Direitos Humanos*. Guia de Estudo. 29 de out. 2012. Disponível em: <http://www.hrea.net/learn/guides/lgbt_pt.html>. Acesso em: 29/7/2012, às 13h12.

JORNAL DO BRASIL. *Deputada Myrian Rios diz que não deixaria seus filhos com um homossexual*. Rio de Janeiro. Publicado em 27 de jun. de 2011, às 15h55 e atualizada em 27 de jun. de 2011, às 19h11. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/06/27/deputada-myrian-rios-diz-que-nao-deixaria-seus-filhos-com-um-homossexual/>>. Acesso em: 22/1/2013, às 19h56

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 15-60.

JUSBRASIL NOTÍCIAS. Estimativa aponta que número de brasileiros homossexuais já chega a 17,9 milhões. Notícias Jurídicas/Política e Gestão Pública. In: *Espaço Vital*. Estimativa da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 20 de out. de 2008. Disponível em: <<http://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/145829/estimativa-aponta-que-numero-de-brasileiros-homossexuais-ja-chega-a-17-9-milhoes>>. Acesso em: 8/7/2012, às 11h14.

LEÃO, G. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n.1, p. 31-48, jan./abr. 2006.

LISTON, D. D.; PAGE, A. *Homofobia in the Schools: Student Teachers' Perceptions and preparation to Respond*. In: *Getting ready for Benjamin: Preparing teachers for sexual diversity in the classroom*, 2002.

LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 10. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARTINS, F. *Aluno do RS é agredido na saída da escola por ser gay; professores teriam ignorado bullying*. Rio de Janeiro: UOL Educação - Bullying na escola. Publicado em: 20 de mar. 2012, às 16h27. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/20/aluno-do-rs-e-agredido-na-saida-da-escola-por-ser-gay-professores-teriam-ignorado-bullying.htm>>. Acesso em: 20/3/2012, às 19h37.

MARTINS, J. *Operária chamada de "sapatona" receberá R\$ 30 mil*. Conjur – Consultor Jurídico: ataques à dignidade. Rio Grande do Sul. Publicado em 1º de out. 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-out-01/operaria-chamada-sapatona-gerente-indenizada-30-mil>>. Acesso em: 21/10/2012, às 16h01.

MELLO, L. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Censo da educação superior 2009: Resumo Técnico*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília, DF, 2010.

MISOCZKY, Maria Ceci. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 7ª Edição Especial, Curitiba, 2003.

NETO, L. R. *Um silêncio desconcertante: a homossexualidade permanece invisível na escola*. In: 27ª Reunião anual da ANPED. Caxambu, Minas Gerais, 2004.

NOGUEIRA, M. A. *Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, n. 26, p.135-144, mai./jun./jul./ago. de 2004.

O GLOBO. *Petição on-line contra aplicativo que promete 'cura gay' no iTunes reúne mais de cem mil pessoas*. Tecnologia. Publicado em 21/03/11, às 0h00. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/tecnologia/peticao-on-line-contra-aplicativo-que-promete-cura-gay-no-itunes-reune-mais-de-cem-mil-pessoas-2807737>>. Acesso em 2 de maio de 2011, às 17h20.

ONU. *Princípios de Yogyakarta*. Universidade GadjahMada. Indonésia: Java, de 6 a 9 de nov. de 2006. Michael O'Flaherty (rel.), Viti Muntarbhorn e Sonia Onufer Corrêa (co-presidentes). Lançado como uma Carta global pelos direitos dos homossexuais, na sede da ONU, em Genebra, em 26 de mar. de 2007.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Unids. *Homofobia prejudica combate a HIV em gay: preconceito contribui para que prevalência de Aids em homens gays...* Brasil. 15 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1750>>. Acesso em: 16/9/2012, às 14h39.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. ASAMBLEA GENERAL. *Derechos Humanos, Orientación Sexual e Identidad de Género*. Trigésimo octavo período ordinario de sesiones. Colombia: Medellín, del 1 al 3 de junio de 2008. Actas y documentos v. I, p. 312, 14 de oct. 2008. 328 p. ISBN 978-0-8270-5229-1. Disponível em: <http://es.convdocs.org/docs/index-34995.html?page=79>>. Acesso em: 29/7/2012, às 13h05.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Participação, política e homossexualidade: 8ª Parada GLBT de Belo Horizonte*. Marco Aurélio Máximo Prado (coord.); Cristiano Santos Rodrigues, Frederico Viana Machado. – Belo Horizonte: PBH, 2006.

RICHARDSON, D. *Sexuality and citizenship*, Sociology, n.32, Fev. 1998. p.83-100.

SANTOS, D. B. C. *Nome Social de Travestis e transexuais na escola básica: política Pública Afirmativa ou Capricho?* Paraná: UFPR e SEED, 2009.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2), jul./dez.1990.

SILVA, A. B. B. *Bullying*. Cartilha 2010 – Justiça na Escola. Sidmar Dias Martins (coord.), Daniel Isller e Reinaldo Cintra Torres de Carvalho (org.). 1 ed. Conselho Nacional de Justiça. Apoio: Complexo Educacional FMU. Brasília, DF, 2010.

Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-escolas/cartilha_bullying.pdf>. Acesso em: 11/9/2011, às 13h06.

SILVA JUNIOR, Enézio. Diversidade Sexual e suas nomenclaturas. In: DIAS, Maria Berenice (org). *Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 97-115

SMIGAY, K. E. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

SOARES, L. E. (2004). *Juventude e Violência no Brasil contemporâneo*. In: Novaes, R. & Vannuchi, P. (Org.). *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 130-159). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SOUZA, C. H. L. *Conferências e os desafios metodológicos de seu estudo*. In: PIRES, R. R. C. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011 (Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 7).

STOLL, L.; FINK, D. *Changing our School: Linking School Effectiveness with School Improvement*. Buckingham: Open University Press, 1996.

TEDESCO, J. C. *O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. São Paulo: Ática, 2002.

TEIXEIRA, A. B. M.; RAPOSO, A. E. S. S. Banheiros escolares: promotores de diferenças de gênero. *GT: Gênero, Sexualidade e Educação*, n. 23, ANPED, 2006.

_____. PEREIRA, L. C. S. A.; MIRANDA, N. F. Qual escola queremos? Educação em Direitos Humanos. In: *Educação em direitos humanos: uma contribuição mineira*. Organização: Mariá Brochado, Décio Abreu, Natália Freitas. Belo Horizonte: UFMG/Proex, p. 45, 2009.

_____. NASCIMENTO, S. S; ARAUJO, P. *Relações de Gênero nas Trajetórias Acadêmicas de Mulheres no Ensino Superior*. Curso de Física. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente /organização de Leôncio Soares ... [et al.]. – Belo Horizonte : Autêntica, 2010. P. 526

_____. Mulheres nas Ciências: preconceitos e dificuldades encontrados pelas mulheres no mundo acadêmico. In: BROCHADO M., BETSAIDA, A. SALCEDO M. F.

(orgs.). *Educação para direitos humanos: diálogos possíveis entre a pedagogia e o direito*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proex, p. 193-194, 2010.

_____. Mulheres nas áreas Científicas e Tecnológicas: desinteresse ou preconceito? Modismo ou respeito aos Direitos humanos? Instrumento: *R. Est. Pesq. Educ.* Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 94, jul./dez. 2010.

POGREBINSCHI, Thamy. Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários. Texto para discussão 1741. IPEA, 2012.

TORRES, M. A. *A Diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

UNIÃO EUROPEIA. *Fim aos atos de violência e outras violações dos direitos humanos baseadas na orientação sexual e na identidade de gênero*. Direitos Humanos e Democracia no mundo: relatório sobre a ação da UE em 2011. S.L.: Publicação do Serviço Europeu para a Acção Externa, p. 9, jun. de 2012, 315 p. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/human_rights/docs/2011_hr_report_pt.pdf>. Acesso em: 8/7/2012, às 10h22.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. *Conheça a UFMG*: UFMG em números. Belo Horizonte: UFMG. Atualizado em: 17 de jun. de 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/nu_index.shtml>. Acesso em: 29/7/2012, às 9:58.

_____. *UFMG divulga relação candidatos/vaga do Vestibular 2013*. Publicado em 20 de set. de 2012, às 12h29. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/025551.shtml>>. Acesso em 18/3/2013, às 20h50.

VIOLA, Solon; ZENAIDE, Maria de Nazaré. *Revista dos Direitos Humanos da População LGBT*, Edição Especial. N. 0, dezembro 2011.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1991.

ZIKMUND, W. G. *Princípios da pesquisa de marketing*. Trad. Cristina Bacellar. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

7. ANEXOS

7.1 Relação candidato/vaga vestibular UFMG 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR
CONCURSO VESTIBULAR 2011

RELAÇÃO DE CANDIDATOS / VAGA

COD	NOME DO CURSO	VAGAS	TOTAL	CAND/VAGA
01	ADMINISTRACAO - (MONTES CLAROS) - N	40	213	5,33
02	ADMINISTRACAO - D	50	715	14,30
03	ADMINISTRACAO - N	50	751	15,02
04	AGRONOMIA - MC - D	40	223	5,58
05	ANTROPOLOGIA - N	40	155	3,88
06	AQUACULTURA - D	50	85	1,70
07	ARQUITETURA E URBANISMO - D	90	1523	16,92
08	ARQUITETURA E URBANISMO - N	60	699	11,65
09	ARQUIVOLOGIA - N	40	119	2,98
10	ARTES VISUAIS - D	80	268	3,35
11	BIBLIOTECONOMIA - D	82	153	1,87
12	BIBLIOTECONOMIA - N	40	117	2,93
13	BIOMEDICINA - N	40	653	16,33
14	CIENCIA DA COMPUTACAO - D	80	965	12,06
15	CIENCIAS ATUARIAIS - D	25	57	2,28
16	CIENCIAS BIOLOGICAS - D	100	1085	10,85
17	CIENCIAS BIOLOGICAS (LICENCIATURA) - N	100	398	3,98
18	CIENCIAS CONTABEIS - N	80	629	7,86
19	CIENCIAS DE ALIMENTOS - MC - N	40	90	2,25
20	CIENCIAS DO ESTADO - T	50	201	4,02
21	CIENCIAS ECONOMICAS - D	80	532	6,65
22	CIENCIAS SOCIAIS - D	80	275	3,44
23	CIENCIAS SOCIOAMBIENTAIS - N	50	271	5,42
24	CINEMA DE ANIMACAO E ARTES DIGITAIS - N	40	399	9,98
25	COMUNICACAO SOCIAL(JORNALISMO OU REL.PUBL.)-D	40	611	15,28
26	COMUNICACAO SOCIAL(JORNALISMO OU REL.PUBL.)-N	40	499	12,48
27	COMUNICACAO SOCIAL(PUBLICIDADE) - D	40	794	19,85
28	CONS. REST. DE BENS CULTURAIS MOVEIS - D	30	89	2,97
29	CONTROLADORIA E FINANÇAS - D	50	158	3,16
30	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA - N	80	148	1,85
31	DANÇA (LICENCIATURA) - N	20	92	4,60
32	DESIGN - N	60	509	8,48
33	DESIGN DE MODA - N	45	560	12,44
34	DIREITO - D	200	4004	20,02
35	DIREITO - N	200	3449	17,25
36	EDUCACAO FISICA (BACHARELADO) - D	60	438	7,30
37	EDUCACAO FISICA (LICENCIATURA) - D	60	212	3,53
38	ENFERMAGEM - D	96	704	7,33
39	ENGENHARIA AEROSPAÇIAL - D	50	772	15,44
40	ENGENHARIA AGRICOLA E AMBIENTAL - MC - D	40	220	5,50
41	ENGENHARIA AMBIENTAL - D	50	915	18,30
42	ENGENHARIA CIVIL - D	200	3936	19,68
43	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMACAO - D	80	610	7,63
44	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMACAO - N	50	505	10,10
45	ENGENHARIA DE MINAS - D	60	737	12,28
46	ENGENHARIA DE PRODUÇAO - D	90	1403	15,59
47	ENGENHARIA DE SISTEMAS - N	50	412	8,24
48	ENGENHARIA ELETRICA - D	100	1093	10,93
49	ENGENHARIA FLORESTAL - MC - D	40	197	4,93
50	ENGENHARIA MECANICA - D	80	1153	14,41
51	ENGENHARIA MECANICA - N	80	1114	13,93
52	ENGENHARIA METALURGICA - D	60	601	10,02
53	ENGENHARIA QUIMICA - D	60	1517	25,28
54	ESTATISTICA - D	45	143	3,18
55	FARMACIA - D	132	752	5,70
56	FARMACIA - N	80	499	6,24
57	FILOSOFIA - D	45	73	1,62
58	FILOSOFIA - N	40	102	2,55
59	FISICA - D	80	198	2,48
60	FISICA (LICENCIATURA) - N	40	95	2,38
61	FISIOTERAPIA - D	75	732	9,76
62	FONOAUDILOGIA - D	50	220	4,40
63	GEOGRAFIA - D	40	202	5,05
64	GEOGRAFIA (LICENCIATURA) - N	80	207	2,59



COD	NOME DO CURSO	VAGAS	TOTAL	CAND/VAGA
65	GEOLOGIA - D	35	562	16,06
66	GESTAO DE SERVICOS DE SAUDE - N	100	252	2,52
67	GESTAO PUBLICA - N	80	283	3,54
68	HISTORIA - D	44	238	5,41
69	HISTORIA (LICENCIATURA) - N	44	241	5,48
70	LETRAS - D	160	313	1,96
71	LETRAS - N	260	473	1,82
72	MATEMATICA - D	80	149	1,86
73	MATEMATICA - (LICENCIATURA) - N	40	141	3,53
74	MATEMATICA COMPUTACIONAL - D	20	78	3,90
75	MEDICINA - I	320	17290	54,03
76	MEDICINA VETERINARIA - D	120	1525	12,71
77	MUSEOLOGIA - D	40	64	1,60
78	MUSICA (BACHARELADO)	76	277	3,64
79	MUSICA (LICENCIATURA) - N	30	81	2,70
80	NUTRICA0 - D	72	525	7,29
81	ODONTOLOGIA - D	144	1544	10,72
82	PEDAGOGIA - M	66	198	3,00
83	PEDAGOGIA - N	66	240	3,64
84	PSICOLOGIA - D	132	1682	12,74
85	QUIMICA - D	50	252	5,04
86	QUIMICA (LICENCIATURA) - N	40	131	3,28
87	QUIMICA TECNOLOGIA (BACHARELADO) - N	40	243	6,08
88	RELACOES ECONOMICAS INTERNACIONAIS - N	50	714	14,28
89	SISTEMAS DE INFORMACAO - N	80	665	8,31
90	TEATRO - D	40	166	4,15
91	TERAPIA OCUPACIONAL - D	66	211	3,20
92	TURISMO - D	60	211	3,52
93	ZOOTECNIA - MC - D	40	113	2,83
	TOTAL	6640	70113	10,56

7.2 Questionário



ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS COM SUCESSO ACADÊMICO

Agradecemos sua participação nesta pesquisa de mestrado sobre as estratégias e as características comuns no processo de escolarização de homossexuais. Este questionário faz parte dela e sua identificação é desnecessária.

1. SEXO BIOLÓGICO DE NASCIMENTO: () FEMININO () MASCULINO () HERMAFRODITA
2. FAIXA ETÁRIA: () ENTRE 18 E 28 () ENTRE 29 E 38 () ENTRE 39 E 49 () ACIMA DE 50
3. RAÇA: () BRANCO/A () NEGRO/A () PARDO/A () INDÍGENA () ORIENTAL
4. VOCÊ SE CONSIDERA (ASSINALE APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS):
() HOMOSSEXUAL () GAY () LÉSBICA () TRAVESTI () TRANSEXUAL
() TRANSGÊNERO () BISSEXUAL () NÃO SEI () NÃO ME DEFINO () OUTRO, QUAL? _____
5. NÍVEL DE ESCOLARIDADE:
() ENSINO FUNDAMENTAL () SUPERIOR COMPLETO
() ENSINO MÉDIO () PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO
() SUPERIOR INCOMPLETO () MESTRADO OU DOUTORADO
6. A MAIOR PARTE DA SUA FORMAÇÃO ESCOLAR FOI EM:
() ESCOLA PÚBLICA () ESCOLA PRIVADA () ESCOLAS PÚBLICA E PRIVADA
7. ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL (CATEGORIAS CNPq):
() ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS () FILOSOFIA / TEOLOGIA
() ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA () GEOCIÊNCIAS
() ARQUITETURA E URBANISMO () GEOGRAFIA
() ARTES / MÚSICA () HISTÓRIA
() ASTRONOMIA / FÍSICA () LETRAS / LINGUÍSTICA
() BIOTECNOLOGIA () MATEMÁTICA
() CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO () MATEMÁTICA / ESTATÍSTICA
() CIÊNCIA DE ALIMENTOS () MEDICINA I
() CIÊNCIA POLÍTICA/REL. INTERNACIONAIS () MEDICINA VETERINÁRIA
() CIÊNCIAS AGRÁRIAS () ODONTOLOGIA
() CIÊNCIAS BIOLÓGICAS () PLANEJAMENTO URBANO / DEMOGRAFIA
() CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS () PSICOLOGIA
() DIREITO () QUÍMICA
() ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE () SAÚDE COLETIVA
() ECONOMIA () SERVIÇO SOCIAL
() EDUCAÇÃO () SOCIOLOGIA
() EDUCAÇÃO FÍSICA () TURISMO
() ENFERMAGEM () ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS
() ENGENHARIAS OUTRA _____
() FARMÁCIA
8. PARA VOCÊ, O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE ESTÁ:
() ABAIXO DO PRETENDIDO () ACIMA DO PRETENDIDO () DENTRO DO PRETENDIDO
9. A SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL INFLUENCIOU A SUA ESCOLHA PROFISSIONAL?
() SIM () NÃO () EM PARTE
10. QUANDO VOCÊ ASSUMIU PUBLICAMENTE A SUA HOMOSSEXUALIDADE?
() INFÂNCIA () PUBERDADE () ADOLESCÊNCIA () FASE ADULTA () NUNCA ASSUMI
11. VOCÊ CLASSIFICARIA SUA VIVÊNCIA HOMOSSEXUAL NA SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR COMO:
() PÉSSIMA () RUIM () BOA () EXCELENTE
SE PÉSSIMA OU RUIM, EM QUE PERÍODO ESCOLAR FOI PIOR? _____
SE BOA OU EXCELENTE, EM QUE PERÍODO ESCOLAR FOI MELHOR? _____
12. QUAL A SUA RELIGIÃO:
_____ A equipe responsável e o

Comitê de Ética da UFMG (COEP/UFMG) estarão à disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas durante todo o processo da pesquisa. O telefone da coordenadora do projeto é (31) 3409-6192 (Profa. Dra. Adla Betsaida M. Teixeira). Os contatos do COEP/UFMG são Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005 - Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG - Brasil, CEP: 31270-901; e-mail: coep@prpq.ufmg.br; e telefax: (31) 3409-4592.

() Estou ciente dos objetivos da pesquisa e concordo em participar

7.3 Termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Professora doutora Adla Betsaida Martins Teixeira e a mestranda Janice Aparecida de Souza, ambas vinculadas à pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, têm o prazer de convidá-lo (a) a participar da pesquisa: “ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS COM SUCESSO ACADÊMICO”.

O objetivo da pesquisa é investigar as estratégias e as características comuns no processo de escolarização de homossexuais que obtiveram sucesso acadêmico. Espera-se com esta pesquisa contribuir para a elaboração de políticas públicas conforme diretrizes contidas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Os indivíduos selecionados serão dos cursos presenciais de bacharelado, que entraram por meio do vestibular, na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

A coleta dos dados será feita por meio de entrevistas gravadas e que serão transcritas. A entrevistadora se deslocará até você em locais e horários de sua disponibilidade e preferência, sem quaisquer ônus materiais. As entrevistas terão como tema elementos e ou acontecimentos da sua história de vida que foram importantes na sua trajetória escolar. Esclarecemos que o material coletado será utilizado na pesquisa e a sua identidade jamais será divulgada, uma vez que serão usados nomes fictícios. Quaisquer eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no decorrer da pesquisa, da qual naturalmente você poderá se retirar a qualquer momento.

A equipe responsável e o Comitê de Ética da UFMG (COEP/UFMG) estarão à disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas durante todo o processo da pesquisa. O telefone da coordenadora do projeto é (31) 3409-6192 (Profa. Dra. Adla Betsaida M. Teixeira). Os contatos do COEP/UFMG são Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005 - Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG – Brasil, CEP: 31270-901; *e-mail*: coep@prpq.ufmg.br; e telefax: (31) 3409-4592.

Eu _____, declaro que fui consultado (a) pelos responsáveis pela pesquisa, Professora doutora Adla Betsaida Martins Teixeira (Orientadora), telefone (31) 3409-6192 e pela Mestranda Janice Aparecida de Souza, telefones (31) 3342-3373 / 9973-0282 e respondi positivamente ao convite para participar das entrevistas para a coleta de dados enquanto eu assim o desejar. Entendi as informações fornecidas pela pesquisadora e sinto-me esclarecido (a) e em pleno acordo para participar da pesquisa. Participo, portanto, com meu consentimento livre e esclarecido.

Assinatura: _____

e _____

Adla Betsaida Martins Teixeira (Orientadora) Janice Aparecida de Souza (Mestranda)

Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Educação / Avenida Antonio Carlos 6627, Campus Pampulha - Belo Horizonte, Minas Gerais - Telefone para contato: (31) 3409-6192

7.4 Mapa de análise das entrevistas

EIXOS DE ANÁLISE	Identificação (azul)	✓ Origem social
	Nível de aspiração de escolarização (vermelho)	✓ Formação escolar ✓ Percalços durante a trajetória escolar
	Percepções de homossexuais sobre suas experiências escolares (verde)	✓ Elementos positivos e negativos para o sucesso acadêmico frente à orientação sexual ✓ Sentimentos diante das situações vivenciadas pelos homossexuais no espaço escolar
	Relação entre orientação sexual e oportunidade de escolarização (laranja)	✓ Impacto da orientação sexual sobre o nível de escolarização alcançado.
	Estratégias que garantiram sucesso escolar aos homossexuais (roxo)	✓ Atitudes adotadas e seus impactos sobre os resultados obtidos.
	Outras análises <u>Sublinhado</u>	Postura dos professores. Casos vivenciados de dificuldade quanto à orientação sexual

7.5 Tabelas

Tabela 1 – Características gerais da Confraria

Características gerais dos homossexuais da Confraria	
%	Perfil
91%	Mulheres
92%	Pessoas acima de 39 anos (64% acima de 50 anos)
72%	Ensino superior completo e/ou especialização (5% com mestrado/doutorado).
25%	Estudaram em escolas públicas
33%	Estudaram em escolas particulares
42%	Estudaram em escolas públicas e particulares
20%	Formação profissional em administração e ciências contábeis
18%	Formação profissional em educação
9%	Formação profissional em economia
7%	Enfermagem
6%	Engenharias (demais áreas ficaram abaixo de 5%)

Tabela 2 – Orientação sexual

Orientação Sexual	Totais
Homossexual	55%
Lésbica	16%
Bissexual	14%
Gay	7%
Não me defino	7%
Em branco	1%

Tabela 3 – Afirmação pública da homossexualidade

Afirmação pública da homossexualidade	Totais
Nunca assumi	48%
Fase adulta	34%
Adolescência	10%
Puberdade	4%
Infância	2%
Em Branco	2%

Tabela 4 – Vivência homossexual e espaço escolar

Vivência homossexual e espaço escolar	Totais
Em Branco	41%
Boa	25%
Excelente	13%
Ruim	11%
Péssima	10%

Tabela 5 – Sexo biológico

Sexo biológico de nascimento:	Totais
Feminino	91%
Masculino	9%

Tabela 6 – Faixa etária

Faixa etária	Totais
Acima de 50	64%
Entre 39 e 49	28%
Entre 29 e 38	6%
Entre 18 e 28	2%

Tabela 7 – Raça

Raça	Totais
Branco/a	74%
Pardo/a	21%
Negro/a	3%
Em branco	2%

Tabela 8 – Escolaridade

Nível de escolaridade	Totais
Pós-graduação/especialização	40%
Superior completo	32%
Ensino médio	14%
Superior incompleto	9%
Mestrado ou doutorado	5%
Ensino fundamental	0%

Tabela 9 – Formação escolar: pública ou privada

Formação escolar: pública ou privada	Totais
Escolas pública e privada	42%
Escola privada	33%
Escola pública	25%

Tabela 10 – Áreas de atuação profissional

Áreas de atuação profissional (CNPq):	Totais
Administração, ciências contábeis	20%
Educação	18%
Economia	9%
Enfermagem	7%
Engenharias	6%
Saúde coletiva	4%
Arquitetura e urbanismo	3%
Artes / música	3%
Ciência da computação	3%
Direito	3%
Psicologia	3%
Medicina veterinária	3%
Educação física	2%
História	2%
Odontologia	2%
Química	2%
Em Branco	2%
Biotecnologia	1%
Ciência política/rel. Internacionais	1%
Ciências biológicas	1%
Farmácia	1%
Letras / linguística	1%
Sociologia	1%
Turismo	1%
Medicina I	1%

Tabela 11 – Aspiração por escolaridade

Nível de aspiração de escolaridade	Totais
Dentro do pretendido	53%
Abaixo do pretendido	46%
Acima do pretendido	1%

Tabela 12 – Orientação sexual e escolha profissional

A sua orientação sexual e escolha	Totais
Não	96%
Em parte	3%
Sim	1%

Tabela 13 – Perfil religioso

Religião	Totais
Católica	37%
Católica não praticante	17%
Espírita	17%
Não tem religião	15%
Acredita em Deus	5%
Espiritualista	4%
Ateia / ateu	2%
Cristã	1%
Agnóstica	1%
Budismo	1%

Tabela 14 – Características gerais dos estudantes

Características gerais dos/das estudantes entrevistados				
Curso	Pseudônimo	Pais	Religião	Origem Rural/Urbana
Medicina	Maria Valente 24 anos	Pai: ensino médio completo, comerciante do ramo de alimentos. Mãe: (divorciada) fez Belas Artes.	Espírita kardecista	Interior de Minas Gerais. Mudou-se para a capital para estudar e se preparar para o vestibular.
Medicina	Bruno 20 anos	Pai: fazendeiro, já foi comerciante de pedras preciosas. Mãe: sempre trabalhou com o marido, atualmente faz supletivo.	Não tem	Interior de Minas Gerais. Mudou-se para a capital para estudar e se preparar para o vestibular.
Direito	Guilherme 22 anos	Pai: professor de matemática no ensino superior e na rede pública. Mãe: secretária.	Agnóstico	Urbana
Direito	Gabriela 20 anos	Pai: engenheiro mecânico. Mãe: farmacêutica.	Espírita	Urbana